



Revista
ACADÊMICA

BELO HORIZONTE
AGOSTO
2019



REVISTA ACADÊMICA v.7

Diretora Fundadora:

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Coordenação Científica

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Joaquim José Miranda Júnior

Cilas Bernardes Rosa

Eugenio R. Zaffaroni

Ricardo Rabinovich-Berkman

Raphael Silva Rodrigues

Amélia Imbriano

José Luis Fliguer

Kaminsky Mello

Manoel Felizardo

Mario Secchi

Nicolás Rodríguez León

Monica Pinto

Marta Biagi

Teodora Zamudio

Renato Rabbi-Baldi Cabanillas

Eduardo Sisco

Manuel Vial Dumas

Javier Baños

Conselho Editorial:

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Joaquim José Miranda Júnior

Cilas Bernardes Rosa

Eliane Bernardes Rosa de Miranda

Francis Albert Cotta

Josinaldo Leal

Manoel Felizardo

Thiago Perez

Valéria Fernandes

Pareceristas:

Sistema IESLA Double Blind Peer Review

Luis Fernando Pires Machado (DF); Sara Maria Alves Gouveia Bernardes (MG); Joaquim José Miranda Júnior(MG); Raphael Silva Rodrigues(MG); Amélia Imbriano (AR); Alberto Rodríguez Blanco(AR); Nicolás Rodríguez León(AR); José Luis Fliguer(AR).

Editor Responsável:

Dr. Cilas B. Rosa

Diagramação e Revisão Textual:

Amanda Gama



2019 Editora Edições Superiores

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, e videográficos. (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Av. Miguel Perrela, 698 - Castelo - Belo Horizonte /MG CEP: 31.330-290

<http://edicoessuperiores.com.br/>

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Os trabalhos divulgados nesta edição são de responsabilidades exclusiva dos autor

R454

Revista Acadêmica. / Belo Horizonte: IESLA – Instituto de Educação Superior Latino-americano – v. 1, Set. 2013 – Belo Horizonte: Edições Superiores, 2019.

v. 7, n. 1, ago. 2019.

ISSN: 2318-258X

Bilíngue: Português e Espanhol

1. Genética. 2. Saúde. 3. História. 4. Psicologia. 5. Ciência da Informação. 6. Multi-disciplinar. 7. Educação

CDU: 34





PREFÁCIO

Caro leitor, todo reconhecimento público é reflexo de uma trajetória de aprendizado e construção coletiva, que inclui erros e acertos, esforços e investimentos que vão de encontro de um objetivo maior. O processo educacional é composto por várias frentes, igualmente importante e que só culminam em um resultado de sucesso ao caminharemos juntas.

A sétima edição da revista Acadêmica reflete a grande conquista que obtivemos por termos apostado na construção de um ambiente acadêmico de excelência. Aqui, a difusão do saber é capitaneada por profissionais que fomentam o debate e entendem o poder do diálogo. Metodologias inovadoras de ensino e equipamentos de ponta possibilitam a formação de profissionais multidisciplinares. Professores são constantemente estimulados a compartilhar experiências, a aprimorar e a desenvolver habilidades e a se preparar constantemente para lidar com o caráter fluido do processo educacional. Essa parceria resulta em produções acadêmicas e científicas de alto nível e que poderão ser conferidas nesta edição.

Ao entender o papel estratégico de uma instituição de ensino no ambiente em que está inserida e ao contribuir com ações de melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, o IESLA entrega à sociedade cidadãos conscientes do seu papel social. Parcerias com entidades reconhecidas em nível mundial fortalecem a produção científica, a formação acadêmica e o intercâmbio do conhecimento e projetam a instituição no cenário internacional do saber há mais de 14 anos. O que nos move é a convicção de que estamos no caminho certo.

Boa leitura.

Prof^a Dra. Sara M. A. G. Bernardes¹
Presidente mantenedora IESLA
Reitora Faculdade IESLA

¹ Pós-doutorado em Ciências Penais e Garantias Constitucionais (2014), Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais (2013), MBA em Gestão de Negócios pela FGV (2007), Pós-doutoranda em Psicologia Social pela Universidad John Kennedy. Mestre em Psicanálise, graduação em Direito (2000). Docente de graduação, especialização e mestrado em diversas instituições de ensino superior e no exterior. Orientadora de teses doutorais e dissertações de mestrado. Fundadora e Presidente do IESLA - Instituto de Educação Superior Latino-Americano e Diretora-Presidente da ESJUS - Escola Superior de Justiça. Conferencista internacional sobre temas relacionados ao Empreendedorismo e Inovação, Educação Superior, à Família, à Criança e ao Adolescente.





edições
SUPERIORES





SUMÁRIO

O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PRÁTICA DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL SEXUAL NO BRASIL: ALTERNATIVAS PARA ENFRENTÁ-LAS <i>Cristienne Gonçalves Pereira</i>	13
O SUCESSO DAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS QUE ADOTAM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO <i>Cristiano André Amaral Borges</i>	29
CULTURA ESCOLAR: UM LOCAL DE DIVERSIDADES <i>Edirene Freitas Silva</i> <i>Michelle Christiane Janacaro Reis</i>	49
CÂNCER E A MICROBIOTA INTESTINAL <i>Eliana Bovolon</i>	63
A SÍNDROME DO SILÊNCIO NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UM OLHAR PSICANALÍTICO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA <i>Genivaldo Elias dos Santos</i>	71
ÍNDICE DE DEPRESSÃO EM MULHERES RESIDENTES EM UM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA <i>Karine Nogueira de Souza</i>	89
PREVALÊNCIA DE OSTEOPOROSE E SEUS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS EM MULHERES COM IDADE AVANÇADA <i>Maria Efigênia de Assis</i> <i>Karina Calvo</i> <i>Shirley Suely Soares Veras Maciel</i>	109

ERGONOMIA E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO:
ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO CIMENTEIRO

Roberto Rodney Ferreira Junior

121

APLICAÇÃO DO LEAN SEIS SIGMA NO DESENVOLVIMENTO
DE UM PROGRAMA DE GESTÃO DA INOVAÇÃO, NA ÁREA HOSPITALAR

Taiana Barbosa de Freitas Galderice

139

A PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR EM SITUAÇÕES
DE SEQUESTRO INTERNACIONAL

Valdeci Ataíde Cápua

Margareth Brandina Barbosa

159

LAS MOTIVACIONES FEMENINAS PARA LA VIDA Y EL TRABAJO

Valdir Amado da Silva

181

RELATIVIDADE ACERCA DO COLONIALISMO E AS DIVERGÊNCIAS
A PARTIR DO PENSAMENTO COLONIAL E DESCOLONIAL

Valdir Francisco da Silva Filho

193

RELACIÓN DE LA MÚSICA CON EL COMPORTAMIENTO HUMANO:
LA INFLUENCIA DE LOS GÉNERO ROCK Y HEAVY METAL EN LA
CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

Viviane Maria Ramalho Galvão

205



REVISTA ACADÊMICA
V.7



VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E A PRÁTICA DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL SEXUAL INFANTO JUVENIL NO BRASIL: ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO

Cristienne Gonçalves Pereira¹

RESUMO

Este trabalho refere-se a uma revisão bibliográfica sobre a violência sexual cometida contra criança e adolescente, sinalizando para uma reflexão no que tange a realidade da exploração comercial sexual infantil no Brasil. Neste sentido, aborda uma análise teórica sobre a infância, a definição de violência sexual e exploração comercial sexual, procurando elencar os fatores associados ao seu surgimento na realidade nacional. Expõe as consequências desta violência para a vítima e o atendimento da mesma, bem como enfatiza a questão da estruturação familiar e do contexto social como aspecto estratégico e produtivo para a minimização desta prática cruel. Considerando a condição de exploração comercial sexual no Brasil, pretende-se, com este artigo, apresentar os mecanismos de estruturação do mercado da prostituição infantil e colaborar com pesquisas e projetos públicos já existentes sobre o tema a fim de evidenciar novas alternativas e estratégias de enfrentamento.

Palavras-chave: Criança; Adolescente; Violência Sexual; Exploração Comercial.

RESUMEN

Este trabajo se refiere a una revisión bibliográfica sobre la violencia sexual cometida contra niños y adolescentes, señalando para una reflexión en lo que se refiere a la realidad de la explotación comercial sexual infantil en Brasil. En este sentido, aborda un análisis teórico sobre la infancia, la definición de violencia sexual y explotación comercial sexual, buscando el perfil de los factores asociados a su surgimiento en la realidad nacional. Expone las consecuencias de esta violencia para la víctima y la atención de la misma, así como enfatiza la cuestión de la estructuración familiar y del contexto social como aspecto estratégico y productivo para la minimización de esta práctica cruel. Considerando la condición de explotación comercial sexual en Brasil, se pretende, con este artículo, presentar los mecanismos de estructuración del mercado de la prostitución infantil y colaborar con investigaciones y proyectos públicos ya existentes sobre el tema a fin de evidenciar nuevas alternativas y estrategias de enfrentamiento.

Palabras-clave: Niño. Adolescente; Violencia Sexual; Explotación Comercial;

¹ Psicóloga pós-graduada no Enfrentamento da violência contra criança e adolescente pela PUC/PR. Pós-graduada em avaliação psicológica pela UFAL/AL. Doutoranda em Psicologia pela UCES – Buenos Aires/Argentina, e Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sapezal/MT. E-mail: cris2n@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O problema da violência sexual contra criança e adolescente tem se tornado algo frequente em nossa sociedade e um tema bastante recorrente. Na perspectiva de Ferreira e Azambuja (2011), atos de violência estão presentes no dia a dia de muitas pessoas, causando medo e requerendo medidas e alternativas efetivas de enfrentamento. Para Zucchi (2006), a violência se caracteriza em anular o outro como um sujeito diferenciado, de maneira que este perca sua identidade e seja reduzido a um puro objeto.

Discorrer sobre violência tem se mostrado um trabalho extremamente extenso, em que os pesquisadores apresentam a violência sexual como uma faceta da violação dos direitos humanos. Para Ferriani, Reis e Ribeiro (2004), trata-se de um fenômeno ainda encoberto pela sociedade. Questões como o medo por parte dos envolvidos, a dificuldade em apresentar segurança no sistema judiciário e o silêncio dos personagens, tornam a notificação uma tarefa cada vez mais difícil. De igual forma, discutir sobre a exploração comercial sexual no Brasil é um exercício que requer urgência. É necessário criar novos mecanismos de combate a fim de minimizar, e por fim, erradicar esta prática.

Segundo o Relatório Mundial de Saúde (OMS, 2002), os dados mostram que estimativas de prevalência da violência sexual oscilam muito, dependendo principalmente das definições utilizadas e como as informações são coletadas. Assim também, as pesquisas internacionais realizadas a partir de 1980 mostraram uma prevalência de vitimização sexual na infância de 20% entre mulheres e de 5% a 10% entre homens. Este relatório afirma que em muitos países o reconhecimento da violência entre os profissionais da área pública ou da saúde ainda encontra-se restrito.

A prática da violência sexual contra crianças e adolescentes, que geralmente está associada a outros atos de violência, traz consequências físicas, psicológicas e sociais para o indivíduo e conseqüentemente para o grupo social. Isto, necessariamente, fomenta a um sistema de garantia de proteção integral à criança e ao adolescente. Nesta perspectiva, refletir sobre o comércio da prostituição infantil e seus atores, suas especificidades e o conjunto de fatores que levam à sua estruturação pode favorecer para a programação e elaboração de estratégias e alternativas de combate e de diminuição desta prática violenta, partindo de um olhar crítico sobre a estruturação familiar e sobre o contexto social, numa perspectiva de direitos.

Considerando a violência sexual contra crianças e adolescentes, um fenômeno resultante de um processo que vem sendo consolidado histórica e socialmente, é possível perceber, segundo Libório (2005), que a violência acontece em vários contextos, principalmente em contextos destituídos de proteção os quais reforçam o processo de vulnerabilização das vítimas enxergando as mesmas como objetos e não como sujeitos de direitos. Este trabalho é necessário para entender esse processo de vitimização, suas características, entraves e, assim, apresentar uma prospecção para transformação social.

Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo apresentar os mecanismos que levam à estruturação do mercado da prostituição infantil e às outras formas de violência sexual. Nesse contexto, irá



contribuir para a diminuição da exploração sexual e para o acolhimento satisfatório destas crianças e adolescentes vítimas que se encontram, no momento, frente a esta situação de extrema vulnerabilidade social, psicológica e cultural.

Além do mais, este trabalho também pode colaborar para pesquisas já existentes sobre o tema, de maneira que sejam evidenciadas novas alternativas para se atingir o objetivo proposto no que diz respeito à diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto, torna-se necessário o fomento de novas estratégias, principalmente por meio de políticas públicas muito bem consolidadas e efetivas no enfrentamento desta barbárie.

CRIANÇA, ADOLESCENTE E A VIOLÊNCIA SEXUAL

Análise Teórica

O Estatuto da Criança e do Adolescente, formalizado pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, também conhecido como ECA, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, preconiza, em seu artigo 2º, a seguinte definição de criança e adolescente:

Art. 2º. Considera-se criança, para efeitos desta Lei, as pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (ECA, 2006, p.9).

Para o Estatuto, a diferenciação entre criança e adolescente fundamenta-se no limite etário do indivíduo, não em características psicológicas ou sociais. Fica estabelecido como criança a pessoa que tem até 12 anos incompletos e o adolescente, o que se encontra na faixa etária dos 12 aos 18 anos completos de idade.

Estudiosa do desenvolvimento humano, Papalia (2000) percebe a infância como o período que vai desde o nascimento até aproximadamente os doze anos de vida de uma pessoa. Divide-se em primeira, segunda e terceira infância até chegar na adolescência; trata-se de uma fase de grande desenvolvimento físico, principalmente nos três primeiros anos de vida, seguido de florescimento das habilidades motoras e mentais, bem como de avanços no pensamento lógico e criativo, nos juízos morais e na capacidade de socialização.

A adolescência, fase de transição entre a infância e a idade adulta, inicia-se no final da puberdade e vai até o início da fase adulta de desenvolvimento; nos meninos, caracteriza-se pelo aparecimento de sinais externos de maturidade sexual, bem como pelas primeiras ejaculações de esperma; quanto às meninas, acontece o aparecimento de pelos nas regiões específicas do corpo e a primeira menstruação. Para o psicólogo David Elkind (1984, apud PAPALIA, 2000, p. 328), a adolescência é caracterizada pela capaci-



dade de fazer julgamentos morais com maior facilidade e de imaginar sociedades ideais, pela presença de sentimentos provenientes das incursões inexperientes, como por exemplo: encontrar defeitos nas figuras de autoridade, tendência a discutir, indecisão, hipocrisia aparente, autoconsciência e pela suposição de invulnerabilidade. É o período que também está associado com a alta produção de hormônios, tanto femininos quanto masculinos, que alteram as condições emocionais do jovem, provocando crises de identidade, insegurança e outros sintomas facilmente perceptíveis pelos outros. Também acontece o desenvolvimento do autoconceito, autoestima e de conceitos mais complexos.

Quanto ao cuidado para com a infância, em seu artigo 5º, o Estatuto da Criança e do Adolescente (2006, p.10) institui que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

A ideia central do texto, de proteção integral à criança e ao adolescente, tem sido apresentada de forma cada vez mais distante da realidade social. Isto significa que faltas como: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão têm sido perceptíveis e marcantes para muitas crianças e adolescentes brasileiros. As mais diversas formas de violência, combatidas tanto pela legislação especial quanto pela legislação decorrente dos direitos fundamentais da pessoa humana, vem infringindo os direitos da condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Seja qual for a forma como a violência é praticada, trata-se de um crime que tem aumentado a cada dia, gerando consequências desastrosas para a vítima, principalmente, mas também para aqueles que têm o desprazer de ter conhecimento sobre os atos da violência, seja através da imprensa televisiva, internet, redes sociais ou outros meios de divulgação. Quando a violência é praticada contra criança e adolescente, esta se torna ainda mais assustadora por se tratar de pessoas indefesas, haja vista que a mesma deixa marcas profundas, tanto físicas quanto psicológicas.

Tratando-se de violência sexual contra criança e adolescente, esta não consiste apenas na violação da liberdade sexual do indivíduo, mas, sobretudo, numa violação de direitos humanos, haja vista que ela é praticada sem o consentimento da vítima. Ela exerce grande impacto sobre a saúde da pessoa vitimada, numa condição futura de vulnerabilidade cujo perpetrador da violência sexual, na maioria das situações, não apresenta nenhum distúrbio mental incapacitante que o impeça de compreender a complexidade e gravidade do ato que comete. Geralmente apresentam fatores psicológicos que o encorajam a cometer o crime, possivelmente, vivências traumáticas do passado. (MITCHELS, 2009).

Esta violação de direitos pode se expressar de diversas formas, sendo: Abuso sexual sem contato físico, como por exemplo, assédio sexual que é caracterizado por propostas de relações sexuais baseadas na posição de poder do abusador; abuso sexual verbal que é definido por conversas abertas sobre atividades sexuais com o objetivo de chocar a criança ou o adolescente, ou de despertar o interesse sexual em ambos; exibicionismo, ato de mostrar os órgãos genitais cuja prática pode ser assustadora para a criança;

voyeurismo que é também uma forma de obter satisfação por meio de observar atos ou órgãos sexuais de outras pessoas; e pornografia que pode se enquadrar em exploração sexual comercial cujo objetivo pode ser também a obtenção de lucro financeiro, além de gratificação de desejos. A violência sexual contra criança e adolescente também se expressa por meio de abuso sexual com contato físico, a saber, atos que são acrescidos de carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal ou anal, atos libidinosos e outros. (GUIA ESCOLAR REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 2004, p. 38-39).

Faleiros (2000) fala que a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre esteve presente em todas as classes sociais relacionando-se com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e o papel das famílias no interior das estruturas sociais.

Segundo Brenner (1987), a teoria psicanalista, freudiana, traz a contribuição acerca da sexualidade infantil, explicando que a sexualidade da criança divide-se em três momentos distintos, sendo o primeiro deles a fase oral, o segundo a fase anal e, por fim, a fase fálica. O primeiro estágio caracteriza-se pela satisfação elementar de comer e beber, cuja zona erógena refere-se à boca. De igual forma, o prazer também se dá quando o bebê suga o peito da mãe. O segundo estágio é caracterizado pela satisfação que a criança sente no momento de urinar e defecar. Já o terceiro estágio relaciona-se com o comportamento que a criança começa a manifestar com três ou quatro anos de idade, quando é influenciada pelas reações das descobertas e aceitação do seu sexo. Neste momento aparece a prioridade dos órgãos genitais como zona erógena.

Este pensamento remete-nos a refletir que a prática da violência sexual está diretamente associada com a existência humana, haja vista que a tendência natural do ser humano é a gratificação de desejos, a busca incessante do prazer e da satisfação de sua própria libido, segundo a teoria psicanalítica de Sigmund Freud. Neste sentido, utilizar o corpo de criança e adolescente pode ser considerado uma grande forma de satisfação e gratificação de desejos para pessoas adultas com fatores psicológicos alimentados por questões internas não resolvidas voltadas para a sua própria sexualidade.

A complexidade da violência sexual deve ser entendida em seu contexto. Ela pode ocorrer tanto no ambiente da convivência familiar, quanto no contexto extrafamiliar, em que não há proximidade entre vítima e agressor. Assim também, pode acontecer por meio da exploração comercial sexual.

A Exploração Comercial Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil

O comércio de crianças e adolescentes com o fim de exploração sexual é uma maneira agressiva de violação de direitos, podendo ser considerada como um crime à humanidade. Obstrui o exercício de direitos, tais como: a liberdade de escolha, o direito sobre o próprio corpo, e o direito da vivência saudável da própria sexualidade. Neste ato, vê-se o ser humano como objeto, mercadoria ou coisa, que nos remete a tempos históricos em que a criança não era vista como sujeita a direitos. Nesta relação centrada no adulto,

a criança e o adolescente passam a ser considerados objetos da dominação dos adultos, o que pode variar tanto por meio da exploração de seu próprio corpo para o trabalho, quanto para a gratificação de desejos de ordem sexual. A definição de exploração comercial sexual inclui muitas formas de violência, desde a prostituição, o tráfico, a venda de pessoas, o turismo sexual e a pornografia infantil (CECRIA, 2006).

Existem definições próprias sobre a exploração sexual comercial de criança e adolescente, que são importantes para a compreensão de todo o processo:

Pornografia Infantil: trata-se de qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material;

Prostituição infantil: é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração;

Turismo sexual: é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças;

Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais: consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade. (LIBÓRIO, 2004, p. 24, grifo da autora).

Estes conceitos de exploração comercial sexual contra criança e adolescente nos remetem ao pensamento de que os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente quanto aos direitos fundamentais, à dignidade, respeito, liberdade e ao princípio de não ser objeto de qualquer forma de exploração, em muitas situações, não têm demonstrado o caráter de proteção que lhe é assegurado. Por outro lado, o ECA precisa ser considerado uma ferramenta legislativa de referência para a proteção da infância, principalmente por meio do fortalecimento das políticas públicas de prevenção e combate.

As formas de violência que acontecem no âmbito familiar ou fora do contexto da família não necessariamente são determinantes para que a criança ou o adolescente esteja vinculado expressamente na rede de exploração comercial sexual, mas está intrinsicamente associado à questão de vulnerabilidade, ou seja, à possibilidade de maior exposição para a exploração. Por outro lado, as diversas violências sofridas, no interior delas ou no exterior das famílias, bem como a condição de pobreza tem sido fundamental para que crianças e adolescentes façam parte de grupos facilmente expostos à exploração comercial sexual e a muitos outros tipos de violência.

No estudo sobre os fatores que estão associados à exploração comercial sexual infantil, é importante considerar o pensamento de Vasquez (1990), de que a pobreza geralmente está situada como consequência nítida de um sistema de classes desiguais. Concomitante, o ambiente de vulnerabilidade social é considerado o cenário da própria violência cujos componentes atuam, ora como vítima, ora como autor da violência ou de qualquer outro processo conflituoso.



Esta relação da violência sexual com a pobreza é perceptível em diversas situações da realidade brasileira, nas quais crianças e adolescentes partem da mendicância, da miséria, e chegam até o comércio da prostituição vendendo o próprio corpo com fins de auferir lucro e favorecer a renda familiar. Para Libório (2005), que observou atentamente o interior do Estado de São Paulo, esta situação põe a criança e o adolescente frente a uma premência de satisfazer as necessidades básicas e elementares, sendo em alguns casos estimulados pela própria família, configurando o fator da desestruturação e da negligência familiar. É neste sentido que tal autora fala sobre a violência estrutural, a qual interfere no fenômeno da exploração comercial sexual, pois a partir do momento em que o Estado não consegue cumprir o seu dever de promover os direitos das pessoas que se encontram em situação de exclusão social, de maneira que os indivíduos tenham acesso às políticas públicas e aos benefícios sociais, estes mesmos estarão sempre sujeitos e propensos a violações de várias naturezas, incluindo a exploração sexual.

De igual forma, o aspecto do tráfico de drogas também apresenta vinculação com a exploração comercial, haja vista que para Dimenstein (1992), a rede de prostituição é extremamente associada ao tráfico de drogas, representando assim mais uma vez, as mazelas do contexto social e cultural dos indivíduos. O autor fala sobre uma estimativa alarmante de 500 mil meninas no Brasil que vivem na prostituição, condição multifatorial em quaisquer circunstâncias.

A associação com o tráfico de drogas ou com a extrema vulnerabilidade social ou outra, podem ser oriundas do próprio lar, do próprio desequilíbrio no qual se encontram muitas famílias brasileiras. Inicialmente, em função da pobreza extrema, as crianças ou adolescentes começam a traficar, mais tarde consomem a droga, viciam-se e começam a assaltar ou prostituir-se, gerando um ciclo vicioso no contexto social. Drogas, violência e prostituição podem ser consideradas um tripé que sustenta o desequilíbrio e fortalece a rede de exploração de criança e adolescente.

Segundo Vaz (2017), a Polícia Rodoviária Federal Brasileira tem apresentado relatórios que indicam os principais pontos de prostituição e tráfico de menores em estradas, com foco na exploração comercial sexual em pelo menos 12.180 km dos 72 mil km da malha de rodovias federais brasileiras. Estes relatórios têm sido entregues à CPI do Congresso que investiga a exploração sexual de crianças no país. Este levantamento foi feito com base em relatos de policiais rodoviários sobre ocorrências que envolviam crianças e adolescentes.

Através destes relatórios, a polícia rodoviária percebeu a BR-381 (Fernão Dias), entre Belo Horizonte/MG e Guarulhos/SP, sendo utilizada para encaminhar meninas de cidades do interior mineiro para prostíbulos da capital paulistana. Na região Norte, por exemplo, seis rodovias são citadas, sendo duas delas, a BR-174 e a BR-401, ambas em Roraima, são usadas para traficar jovens para os países vizinhos, Venezuela e Guiana. Já na região Sul do país, o relatório enfatiza ocorrências na BR-277, em Foz do Iguaçu/PR, onde traficantes de drogas também estão envolvidos na exploração sexual de menores. A BR-471, entre Chuí e Santa Vitória do Palmar/RS é considerada rota para o tráfico de crianças e adolescentes

que são prostituídos no Uruguai e na Argentina. Quanto à região Centro-Oeste, as estradas que requerem atenção maior de fiscalização são a BR-262, em Corumbá/MS, a BR-463, em Ponta Porá/MS, e a BR-174, próxima ao município de Pontes e Lacerda/MT. Nesses trechos, a Polícia Rodoviária Federal tem registrado ocorrências de exploração sexual de meninas por turistas que visitam a região do Pantanal, exploração de crianças de origem indígena e fluxo descontrolado de pessoas entre a Bolívia, o Paraguai e o Brasil. (VAZ, 2017).

Esta realidade brasileira de exploração comercial enquadra-se dentro da estimativa em que Saffioti (1989) fala de crianças na prostituição infantil, que segundo o Fundo das Nações Unidas, tem-se cerca de 20% de meninas entre 10 e 15 anos de idade no mercado do sexo. Para Minayo (1990), as crianças e adolescentes vítimas deste tipo de situação geralmente apresentam uma história em comum, que é a da violência.

Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual

Ao refletir sobre as consequências da violência sexual para o indivíduo, a prática psicológica de atendimento a essas vítimas permite-nos considerar que a violência não apresenta os mesmos resultados para todas as crianças e adolescentes a ela submetidos.

As vítimas podem reagir ao trauma de várias maneiras, cujos efeitos podem aparecer e atuar tanto na infância quanto na vida adulta. Estas consequências apresentam variações na mudança do comportamento da criança por meio de sinais físicos, como por exemplo, doenças psicossomáticas, doenças sexualmente transmissíveis, dores, sangramento e outros; apresentam indicadores também no sentimento da criança/adolescente, ou seja, aparecimento de sentimentos de medo, mudanças súbitas no comportamento, regressão a comportamentos infantis, tristeza, baixo nível de autoestima, vergonha, ansiedade generalizada, agressividade e demais alterações de humor. Também apresentam alterações na sexualidade, nos hábitos e cuidados corporais, bem como na frequência e no desempenho escolar. Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter dificuldades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podem se transformar em adultos que também abusam de outras crianças, bem como se inclinarem para a prostituição ou apresentar problemas sérios quando adultos. (GUIA ESCOLAR REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 2004, p. 47-49).

Segundo o Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, o Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), enquanto unidade pública da política da Assistência Social brasileira, é uma importante fonte de dados sobre a exploração sexual no Brasil cujos objetivos consistem em um conjunto de ações sociais interdisciplinares voltadas para as crianças, adolescentes e famílias envolvidas em situações de violência sexual. Além disso, proporciona atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência, abuso e exploração sexual,

fortalecendo a sua autoestima e o autoconhecimento. O serviço também encaminha as crianças e adolescentes e suas famílias para projetos e outros programas desenvolvidos no município por instituições públicas ou privadas possibilitando a integração e/ou a reintegração à vida familiar, social e comunitária.

Faleiros (2000) aborda a questão do trabalho em rede como uma forma de articulação de sujeitos e forças para favorecer recursos e novas alternativas para a ação do coletivo, conjuntas e compartilhadas, bem como, favorecer novas estratégias de enfrentamento do fenômeno da violência. Estas redes de proteção são desenvolvidas por organizações governamentais, não governamentais e pela própria sociedade civil numa esfera de mobilização social, partindo da União, do Estado e do Município. A implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes contribuiu para a elaboração de um atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar às vítimas e famílias, numa perspectiva de redes de proteção e enfrentamento.

Em seu artigo 87, em que fala da política de atendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza:

São linhas de ação da política de atendimento:

I - Políticas sociais básicas;

II - Políticas de programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitarem;

III - Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. (ECA, 2006, p.27, grifo da autora).

Conforme a lei citada, a criança e o adolescente têm o direito de ser protegidos contra o abuso, contra a violência sexual, e também têm o direito de receber atendimento quando se encontrarem vítimas de qualquer forma de violência.

No entanto, segundo dados colhidos pela Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente, (MORESCHI, 2018, p. 08), é preciso ainda elaborar estratégias, subsídios para a formulação e melhorias de alternativas do atendimento de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos ou de alta vulnerabilidade. Embora a mobilização em defesa dos direitos desse público esteja aumentando gradativamente nos últimos anos por meio de bons programas de atendimento e de proteção social, nos quais se presta um atendimento eficiente e humanizado à vítima de violência, de maneira que esta não se torne novamente vítima do próprio serviço referenciado no seu município, é necessário implementar os serviços já existentes. Isto significa que objetivos como promover a atenção integral à saúde da criança e do adolescente, no âmbito de uma política nacional e integrada, visando a promoção de saúde, a prevenção e redução dos agravos decorrentes da violência são fundamentais para o bom desenvolvimento e recuperação do trauma vivenciado.

ESTRUTURAÇÃO FAMILIAR E CONTEXTO SOCIAL NUMA PERSPECTIVA DE DIREITOS

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é dever da família, bem como de outros órgãos, assegurar o direito referente à convivência familiar. De igual forma, o artigo 227º da Constituição Federal preconiza:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 62).

Desde os primórdios, a família é observada e considerada como o alicerce e a base da sociedade e da formulação de princípios e valores elementares como a cidadania, respeito e dignidade. A Constituição Federal retrata o conceito de responsabilidade familiar num sentido de cuidado, proteção e socialização, de modo que a criança ou adolescente esteja livre de qualquer forma de violência; neste sentido, aborda a convivência familiar e a proteção como direitos fundamentais.

A família, segundo a perspectiva de Minuchin (1990) caracteriza-se como agregação social e apresenta a função de proteção e de socialização dos seus membros. O autor retrata que estas funções podem ser assumidas ou renunciadas pela família, o que todavia, quando a família desempenha o seu papel, questões internas e externas podem ser trabalhadas, ou seja, questões de proteção de seus membros e de acomodação a uma cultura de costumes. Sejam quais forem as condições externas ou internas, a família, necessariamente, precisa proporcionar um esquema de referência para os seus membros, baseado em um vida familiar caracterizada pela presença de diálogo e confiança. Necessário se faz manterem-se distantes de fatores externos de violência, bem como, instabilidade afetiva, ausência de valorização de papéis e dificuldade em buscar soluções efetivas para os problemas podem ser considerados fatores de risco que dificultam a referência familiar positiva.

Papalia (2000, p. 270) afirma: “Os pais tem uma forte influência por meio de sua maneira de motivar as crianças a realizar [...]”. Este pensamento retrata o papel crucial da família no desenvolvimento da criança e a sua efetiva capacidade de gerenciar o contexto familiar, motivando ou não a criança. Os pais, agentes de transformação, podem colaborar para o desenvolvimento sadio, ou não dos filhos e, seja de qual forma for, o ambiente familiar é o responsável pelo comportamento da criança, produtivo ou não.

Deste modo, teorias do desenvolvimento humano, de estudiosos como Freud, Erikson, Miller e Vygotsky, citados por Papalia (2000, p.41), contribuem e respectivamente afirmam:



O comportamento é controlado por impulsos inconscientes poderosos; a personalidade é influenciada pela sociedade e se desenvolve por meio de uma série de crises; a personalidade se desenvolve no contexto dos relacionamentos emocionais; o contexto sociocultural de uma criança tem impacto importante no desenvolvimento.

Estas teorias abordam o desenvolvimento humano como consequência de um meio, o que de certa forma, reforça o pensamento de que a criança necessariamente precisa de um referencial de família onde possa desenvolver-se de maneira saudável e satisfatória. Entendem os autores que o meio é considerado um dos contextos mais influentes para o desenvolvimento e a formação de crianças, desde o desenvolvimento do eu próprio até o relacionamento com outras pessoas.

As crianças, em função de seu desenvolvimento próprio, procuram entender os valores e as crenças às quais são pertinentes ao seu grupo familiar, e desta forma, passam a representar, compreender e interpretar conforme tais exercidos pelos adultos. Segundo o pensamento de Bandura (1989, *apud* PAPALIA, 2000, p. 47), as pessoas aprendem num contexto social por meio da observação e da imitação de modelos. Isto significa a capacidade que os pequeninos têm de escolher os modelos que imitam, cujo comportamento imitado é o que é valorizado no seu contexto. Logo, o contexto familiar cercado de violência poderá ser copiado, a violência intrafamiliar e sexual de igual forma.

Neste pensamento, conclui-se que a criança, em sua capacidade de copiar e imitar, se por ventura, passou por uma situação de abuso sexual, apresenta a possibilidade de reproduzir o comportamento na vida adulta. Há grandes probabilidades da criança abusada se tornar um abusador no futuro. Se a criança não receber auxílio para elaborar a maldade ocorrida com ela, tenderá a repetir a violência com outras pessoas. (GUIA ESCOLAR REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 2004, p. 25).

Fala-se aqui da reprodução do comportamento. Esta reflexão de família estruturada e contexto social nos sugere a implantação de políticas públicas que assegurem o direito a um desenvolvimento biológico, psicológico e sociocultural satisfatório e produtivo. Questões de valorização pessoal e social, de crescimento e compreensão em que haja o exercício da cidadania, da tolerância e do juízo são elementos essenciais para se alcançar a efetivação de estratégias e novas alternativas de minimização da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual contra criança e adolescente ainda tem se apresentado como uma questão cercada de medos, omissões, tabus e até mesmo indiferença em muitos segmentos da sociedade brasileira. Está presente em todos os meios sócioeconômicos, religiosos, políticos e culturais, caracterizando-se como uma situação emocionalmente prejudicial que, na maioria das vezes, encontra-se associada a outras formas de violência.



Diante da complexidade da violência sexual e da sua forma de exploração comercial, conclui-se que o tema deve ser debatido de maneira prática e objetiva para que o indivíduo comum se perceba como agente de transformação social no processo de eliminação da violência, seja em qual categoria for. Neste pensamento, evitar ciclos de violência é fundamental para a extinção de direitos violados.

Pensa-se que para compreender o desenvolvimento do indivíduo, deve-se estudar não somente suas características, mas principalmente, a pessoa no contexto do ambiente ao qual está inserido, partindo da família, amigos, escola e comunidade. Neste sentido, é válida a reflexão de que questões como a desigualdade estrutural da sociedade, a pobreza, a desestruturação familiar, e, sobretudo, o contexto social vulnerável no qual se encontra a criança ou adolescente podem contribuir satisfatoriamente para a violência e assim, reforçar o processo da exploração comercial sexual.

Dessa maneira, uma política de redistribuição de renda e de promoção de ações sociais de proteção pode contribuir para a minimização da violência sexual e da exploração comercial. De igual forma, se tal prática comercial também não apresentasse associação com o tráfico de drogas, com a violência em si, e principalmente relacionada com a questão familiar, de desestruturação dos vínculos afetivos e desagregação da família, como instituição de proteção e de garantia de direitos.

A exploração sexual comercial fundamenta-se num ciclo de violência, iniciado muitas vezes, no próprio contexto familiar, e basicamente, o comércio de crianças e adolescentes com o fim de prostituição está relacionada, entre outros fatores, à violência doméstica, ao turismo sexual e à condição socioeconômica da família.

Neste tema, não basta entender a situação e a condição da violência, mas sobretudo, na abordagem de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o desempenho dos profissionais envolvidos precisa ter efeitos significativos pois consequências físicas ou psicológicas podem ter resultados a longo prazo. E, desta forma, para um atendimento satisfatório de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, sua adequação encontra-se com a melhor articulação das políticas públicas numa perspectiva interdisciplinar que evite a RE-vitimização, haja vista que, seja qual for a forma de violência, esta abala a resiliência da criança ou do adolescente muito mais que qualquer outro evento negativo na sua história pessoal.

Este tratamento humano e especializado do problema não é uma tarefa fácil e simples, é preciso estar, à princípio, comprometido com a melhoria da qualidade de vida da vítima e da sua família, entendendo a importância e necessidade da integração de políticas e programas, públicos ou não, no empreendimento de enfrentamento da violência sexual contra meninos e meninas do Brasil.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRENNER, C. **Noções Básicas de Psicanálise: Introdução à Psicologia Psicanalítica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: A prostituição de meninas-escrava no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- FALEIROS, E. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FERREIRA, M. H. M; AZAMBUJA, M. R. F. DE; **Violência sexual contra criança e adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FERRIANI, M. G. REIS, J. N; RIBEIRO, M.A. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 02, mar-ab, p. 456-464, 2004.
- LEAL, M. L. P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe**. Relatório final. Brasil. Brasília: CECRIA, 1999.
- LIBÓRIO, R. M. C. (Org.). **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- _____. **Adolescentes em situação de prostituição: Uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.18, n.3, p. 413-420, 2005.
- GUIA Escolar, **Métodos para Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, 2004.
- MINAYO, M. C. S., 1990. **A violência na adolescência: um problema de saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, p.278-291.
- MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 25-65.
- MITCHELS, M. **Enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente: Depoimento**. (2009). Cuiabá: Formação continuada de conselheiros tutelares e conselheiros de direito da criança e do adolescente. Entrevista concedida a Cristienne Pereira.

MORESCHI, M. T. (el). **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas.** Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a violência e a saúde.** Genebra: PMS, 2002.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SAFFIOTI, H. **Exploração sexual de crianças In: Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder.** São Paulo: Iglu, 1989.

CECRIA. **Direitos Negados: A violência contra criança e o adolescente no Brasil/ Organização: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2.ed.** Brasília, DF: UNICEF, 2006.

VAZ, M. **Exploração Sexual infanto-juvenil é mapeada.** Disponível em: <www.aids.gov.br/noticia/exploracao-sexual-infanto-juvenil-e-mapeada>. Acesso em 10 de ab. 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ZUCCHI, A. **La Violencia de no ser: Subjetividad y Procesos Cognitivos,** UCES, Buenos Aires, p. 228-241, 2006.

O SUCESSO DAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS QUE ADOTAM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Cristiano André Amaral Borges¹

RESUMO

A proposta deste artigo teve como objetivo explicar sobre o sucesso dos empreendedores da construção civil que implementaram planejamento estratégico na condução do negócio. Percebe-se que o setor da construção civil cresceu consideravelmente nos últimos anos, as mudanças promovidas na economia do país foram satisfatórias para o setor, inclusive atingindo positivamente outros agentes da cadeia produtiva como: projetistas, instituições financeiras, mão de obra e fabricantes de materiais, entre outros. Portanto, citaremos as premissas do planejamento estratégico e as principais ferramentas do planejamento para os empreendedores imobiliários com o objetivo de alcançar suas metas e minimizar os riscos. Quanto aos métodos de estudos adotados, foi utilizada a pesquisa exploratória, a bibliográfica e a documental com a finalidade de mencionar os benefícios do planejamento estratégico de maneira que se permita um breve detalhado sobre algumas ferramentas e pensamentos de alguns autores.

Palavras-chave: Planejamento; Estratégia; Empresa; Visão e Objetivo.

RESUMEN

La propuesta de este artículo tuvo como objetivo explicar sobre el éxito de los emprendedores de la construcción civil que implementaron planificación estratégica en la conducción del negocio. Se percibe que el sector de la construcción civil ha crecido considerablemente en los últimos años, los cambios promovidos en la economía del país han sido satisfactorios para el sector, incluso alcanzando positivamente otros agentes de la cadena productiva como, proyectistas, instituciones financieras, mano de obra y fabricantes de materiales entre otros. Por lo tanto, citaremos las premisas de la planificación estratégica y las principales herramientas de planificación para los emprendedores inmobiliarios con el objetivo de alcanzar sus metas y minimizar los riesgos. En cuanto a los métodos de estudios adoptados se utilizó la investigación exploratoria, la bibliográfica y la documental con la finalidad de mencionar los beneficios de la planificación estratégica de manera que se permita un breve detallado sobre algunas herramientas y pensamientos de algunos autores.

Palabras-clave: Planificación; Estrategia; Empresa; Visión y Objetivo.

¹ Formado em Bacharel Adm de Empresas; Formado em Licenciatura Matemática; Pós em Finanças, Auditoria, Controladoria e Metodologia de educação a Distância; Mestre em Gestão da Educação; Professor universitário na área de finanças nos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

INTRODUÇÃO

O conceito de estratégia e o seu planejamento chegaram às empresas no início do século XX, segundo Maximiano (2008), os primeiros executivos a utilizarem os procedimentos desta metodologia de forma correta e alinhados a política do negócio foram Pierre Du Pont e Alfred Sloan.

O Planejamento Estratégico é um processo abrangente que visa definir o que a empresa deseja na sua trajetória e como tornar em realidade os seus objetivos. Essa ferramenta avalia todo o potencial da empresa e associa claramente seus objetivos as iniciativas e aos recursos necessários para o seu desenvolvimento. Espera-se que as empresas sejam rápidas e atentas ao mercado, pois estamos em constante processo de mudança e a capacidade de introdução de novas estratégias e melhores práticas organizacionais é uma necessidade ímpar se a empresa quiser atingir um desempenho superior por um longo período de tempo.

Planejamento estratégico é o processo de elaborar a estratégia – a relação pretendida da organização com o ambiente. O processo de planejamento estratégico compreende a tomada de decisões sobre o padrão de comportamento (ou cursos de ação) que a organização pretende seguir: produtos e serviços que pretende oferecer e mercados e clientes que pretende atingir. (MAXIMIANO, 2008, p.231).

Portanto, é necessário elaborar políticas e procedimentos relacionados à implementação das estratégias canalizando as ações, comportamento, decisões e práticas nas direções que irão contribuir com o desempenho e na execução da estratégia. Espera-se dos gestores que tentem obter na organização como um todo o comprometimento com a execução do plano estratégico, motivando as pessoas, orientando todos envolvidos sobre a visão, missão e os objetivos da organização, deixando claramente que formará um time e espera o empenho de todos.

Em contrapartida será necessário criar-se um sistema de recompensa pelo seu bom desempenho, ou seja, as técnicas motivacionais e as recompensas devem ser usadas criativamente e estreitamente ligadas com os fatores necessários para a boa execução do Planejamento Estratégico. Consequentemente os implementadores de estratégia precisam ser ativos e persuasivos, pois haverá momentos de exercitar seu poder de alocar recursos para fazer as coisas acontecerem e tomar decisões difíceis, por exemplo, na eliminação de projetos e atividades que já não são interessantes para a empresa.

Percebe-se que as empresas de hoje da construção civil estão sempre remodelando sua estrutura operacional e hierárquica, buscando especialização funcional e uma gestão descentralizada, estão sempre em busca de um novo conjunto de capacidades organizacionais para competir no mercado, sendo assim respostas rápidas para as mudanças de preferência relacionadas aos clientes, produtos e serviços confiáveis para o mercado, respeito ao consumidor, qualidade soberana, construções em várias versões de acordo



com a solicitação e necessidade do cliente, atendimento preciso dos pedidos, entregas rápidas, serviço personalizado aos clientes, assimilação rápida de novas tecnologia, criatividade e inovação, e reações rápidas ao desenvolvimento da organização para torna-lá sempre competitiva.(FLORES - 1982)

Analisando o mercado imobiliário percebemos que as perspectivas das construtoras e incorporadoras vêm aumentando cada vez mais devido a meta principal das famílias brasileiras que é comprar a casa própria, sendo assim há uma demanda de investimentos das construtoras e para tanto há necessidade de planejamento para o seu negócio. Diante deste contexto surge o seguinte questionamento: De que forma o “planejamento estratégico” contribui com o negócio das empreendedoras do ramo de construção civil a atingir as expectativas dos empresários?

Possivelmente o planejamento estratégico será fundamental para a própria sobrevivência da empresa, acredita-se que precisa ser executado de uma forma lógica, estudada e bem elaborada, pois partimos do pressuposto que o processo deverá ser sistemático exigindo uma sequência de análises no ambiente interno e externo. A empresa deverá ter uma visão clara, os gestores responsáveis devem enxergar o mercado minuciosamente e se propor aonde quer chegar a um período de médio e longo prazo, também declarar uma abordagem mais ampla com uma missão coerente e instigante das suas metas e objetivos, não apenas em função do mercado e do produto, mas também em função do cliente e do aspecto financeiro, pois toda empresa existe em prol da sua lucratividade.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste artigo tem como finalidade conceituar o que é planejamento estratégico e citar as principais ferramentas do planejamento para os empreendedores imobiliários com o objetivo de alcançar suas metas, minimizar os riscos e fatores que podem prejudicar o sucesso do empreendimento, monitorar e analisar os eventos dos concorrentes, também as tendências futuras que possam criar oportunidades para o negócio e conseqüentemente atender às necessidades dos clientes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atender ao objetivo geral do artigo supracitado, citaremos como orientação as principais ferramentas de apoio ao planejamento estratégico, com o intuito de conceituar o que é, e como utilizar as principais ferramentas do mesmo, que oportunamente serão comentadas, e faz-se necessário informar que não há intenção de aprofundar teoricamente em cada uma delas já que é de conhecimento no universo da administração moderna, porém, será explanada no segundo momento uma breve apresentação de cada uma delas, a seguir:

- Análise Swot;
- Cenários;
- Balanced Scorecard;
- Plano de Ação 5W2H;
- E as Cinco Forças de Porter.

JUSTIFICATIVA

Para analisar e controlar a viabilidade do negócio no contexto econômico e empreendedor o planejamento estratégico se tornou importante para várias empresas de diversos segmentos, Indústrias, Comércio lojistas, Prestadoras de Serviço, Construtoras e Empreendedoras entre outras entidades jurídicas. Portanto, devido à necessidade de se manter competitiva no mercado e acompanhar as novas tendências mercadológicas esta ferramenta faz com que a empresa crie parâmetros e diretrizes de gestão, ou seja, é um sistema que visa nortear as atividades de uma empresa em busca das suas ideias. Percebe-se que vivemos em um ambiente dinâmico e bastante mutável e adoção do planejamento estratégico e suas vertentes possui a capacidade de orientar a empresa para o futuro, mas para isso faz-se necessário estabelecer uma avaliação do ambiente interno e externo, definir visão, missão, valores e objetivos, estabelecer bom relacionamento e boa comunicação para funcionar o sistema, comprometimento da alta administração sendo que a iniciativa parte do nível mais alto da organização e por fim capacitação e envolvimento de todos colaboradores.

De acordo com Maximiano (2008, p.250) “o planejamento de uma estratégia é uma etapa dentro de uma cadeia de meios e fins”.

Todo contexto escrito representa dentro desta metodologia “o que” a empresa deseja, qual atividade ela deseja praticar, qual destino seguir. Para os estudiosos da administração estratégica é a estruturação para o futuro, não com o objetivo somente de antecipar as condições, mas no sentido de orientar conscientemente e sistematicamente para os seus objetivos, analisando metodicamente suas condições e possibilidades, em outra visão o futuro da empresa deverá ser criado, pois Chiavenato defende que quem sabe faz a hora e não espera acontecer. (CHIAVENATO, 2007).

Ainda assim considerando todos os fatores é de extrema importância estabelecer objetivos alcançáveis, se almejar o que não puder cumprir ou que não tenha capacidade de produzir certamente tudo será um fracasso, obviamente que a palavra planejamento já diz tudo, mas se não entender suas premissas ela não fará nenhuma mágica.



Chiavenato (2007, p.115) “diz que uma empresa sem uma estratégia definida é um barco perdido ao acaso no meio do imenso oceano”.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo fez-se necessário a escolha de um método de pesquisa de forma aproximar das respostas da problemática apresentada. Três tipos de pesquisa foram realizados: a exploratória, a bibliográfica e a documental.

Parte do pressuposto que pesquisa Exploratória tem como objetivo investigar, explorar novas ideias e conceitos de um determinado assunto de estudo. Portanto, é também recomendado para obter uma visão mais ampla sobre o assunto explorado ou quando há pouco conhecimento sobre a problemática em estudo. (CERVO, BERVIAN E DA SILVA, 2007).

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura, mais precisa, ou modificar e classificar conceitos. (LAKATOS & MARCONI, 2010, p.171).

De acordo com Pinheiro, (2010), pesquisa bibliográfica são exemplares já publicados através de livros, revistas, pesquisa, monografias e artigos que servem como fonte de pesquisa e conhecimento. Através do material estudado e analisado tem como objetivo pesquisar e agregar informações sobre o assunto referenciado.

“Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. (LAKATOS & MARCONI, 2007, p.44).

Segundo Gil, (2008), coincide com a pesquisa bibliográfica, a diferença está na maneira que serão vistos os documentos. Estes são investigados com o propósito de analisar as tendências e confrontar os fatos e os indícios do presente como também do passado a fim de afunilar a pesquisa.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (LAKATOS & MARCONI, 2010, p.176).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ao completar o estudo deste artigo os leitores deverão compreender o conceito de Planejamento Estratégico e suas premissas na administração da gestão empresarial aplicada em diversos segmentos, assim como no mercado de empreendimentos imobiliários.

De acordo com Maximiano (2008), a palavra estratégia tem origem grega e era usada para delegar a arte dos generais, eram escolhidos comandantes supremos para planejar e fazer a guerra. No início do século XX o conceito e as técnicas de estratégias administrativas chegaram às empresas, sendo que, os executivos Pierre Du Pont e Alfred Sloan foram os primeiros a aplicar de forma inteligente caracterizando na política dos negócios o reconhecimento da administração estratégica.

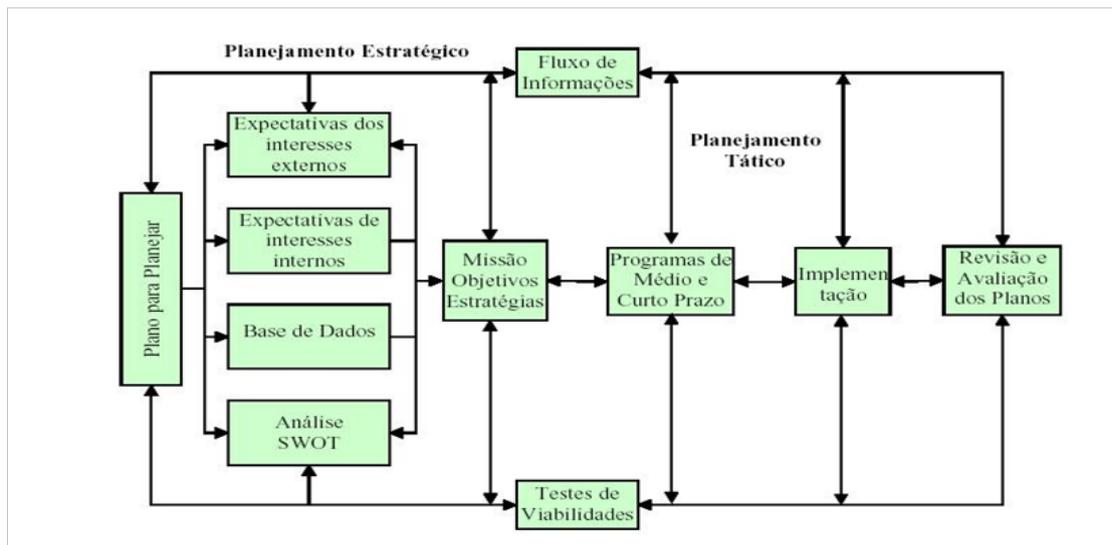
Maximiano (2008, p 231), “defende que Planejamento estratégico é o processo de elaborar a estratégia - a relação pretendida da organização como seu ambiente”.

Tavares (2010, p.52) diz que “Planejamento Estratégico corresponde ao processo de formulação e implementação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças ambientais”.

Esta ferramenta compreende na tomada de decisões sobre as ações a serem implementadas, ou seja, o segmento que a empresa pretende seguir, como produtos e serviços que pretende oferecer e o público que pretende atingir.

O planejamento estratégico é um planejamento de longo prazo, de responsabilidade dos níveis mais altos da administração, que procuram se antecipar a fatores exógenos e internos à empresa, geralmente relacionados com as linhas de produtos ou mercados. (HOJI & SILVA ,2010, p.7).

Contudo, para executar o planejamento existem métodos a serem seguidos, para alcançar os objetivos propostos pela empresa, e para referenciar melhor este planejamento abaixo o fluxograma de Steiner para dar uma noção das principais etapas do planejamento estratégico;



Fonte: CHIAVENATO (2011, p.222).

Portanto, entende-se que o planejamento é uma ferramenta de estratégia organizacional onde se faz necessário planejar, organizar, dirigir e controlar todas as etapas do processo, pois conforme os autores referenciados o planejamento é projetado no longo prazo, envolve a empresa como um todo e atinge todas as áreas e recursos como propósito de atingir os objetivos estabelecidos pela organização, sendo estes objetivos definidos pelo nível mais alto da organização. Faz-se necessário como gestão estratégica definir o escopo do negócio assim como analisar o ambiente externo e interno com foco nas oportunidades e ambiente competitivo. Para tanto, há necessidade de definir dentro deste escopo a visão, missão e as diretrizes para o negócio.

Segundo Oliveira (2007, p.82);

Missão é a determinação do motivo central do planejamento estratégico, ou seja, a determinação de “onde a empresa quer ir” e de sua “razão de ser”. Corresponde a um horizonte dentro do qual a empresa atua ou poderá atuar.

Para Drucker (2011), “uma empresa não se define pelo seu nome, estatuto ou produto que faz; ela se define pela sua missão. Somente uma definição clara da missão é razão de existir da organização e torna possíveis, claros e realistas os objetivos da empresa”.

A visão é uma intenção de onde se deseja que a empresa esteja, ou seja, determina a direção do rumo ao futuro.

Tavares (2010, p.81), estabelece que “uma vez definido o negócio, o passo seguinte é saber como se pretende que a organização seja vista e reconhecida, a partir de uma visão do futuro”.

Percebe-se que toda empresa precisa basear-se no futuro para estabelecer como deseja e pretende atuar no presente, pois a visão é projeção de oportunidades futuras no negócio.

Costa (2010, p. 27) defende que;

A visão deve ser definida de maneira simples, objetiva, mas compreensível a todos, devendo ser compartilhada pelas pessoas que formam o corpo dirigente da empresa, bem como explicada, justificada e disseminada por todos os que trabalham para a organização.

Portanto, o planejamento é à base de todo trabalho de qualquer empresa e segmento, inclusive para o mercado imobiliário, pois, a era do conhecimento trouxe para as organizações a globalização, a tecnologia, a competitividade e a diversificação, ou seja, trouxe mudanças constantes e significativas. Para que o planejamento realmente tenha resultados satisfatórios algumas ferramentas são essenciais, como a análise *Swot*, Cenários, *Balanced Scorecard*, Plano de Ação 5W2H, Direcionadores estratégicos e as Cinco Forças de Porter, a saber.

Análise Swot

A análise SWOT é uma ferramenta mais utilizada na gestão estratégica competitiva que, tem os seguintes significados: *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities and Threats*, ou seja, as Forças ou Pontos Fortes, Fraquezas ou Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças. Essa ferramenta foi desenvolvida em 1960 por *Kenneth Andrews* e *Roland Christensen*, dois professores da *Harvard Business School*. Essa análise consiste em um modelo de avaliação organizacional no que se refere às forças e às fraquezas, às oportunidades e às ameaças, em relação a sua posição competitiva no mercado.

Oliveira (2007, p. 37) define que;

A análise SWOT da seguinte forma: Ponto forte é a diferenciação conseguida pela empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (onde estão os assuntos não controláveis pela empresa). Ponto Fraco é a situação inadequada da empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial. Oportunidade é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura. Ameaça é a força ambiental incontrolável pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil.

Portanto, a análise Swot é uma ferramenta que oferece para o gestor informações da sua empresa perante a concorrência do mercado, ela desperta a necessidade de estudar a situação mercadológica dos seus concorrentes. Na atualidade faz-se necessário realizar a avaliação e comportamento das empresas para identificar dentro da organização as forças, fraquezas, oportunidade e ameaças para manter-se competitivo no mercado. Abaixo o modelo da **Matriz Swot**.

		Análise Interna	
		Pontos fortes (Strengths)	Pontos fracos (Weaknesses)
Análise Externa	Oportunidades (Opportunities)	SO Tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas	WO Desenvolver as estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades emergentes
	Ameaças (Threats)	ST Tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas	WT As estratégias a serem desenvolvidas devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças

Fonte: <http://boradebike.blogspot.com.br>

Levando em consideração as variáveis da matriz Swot, iremos explicar resumidamente sobre forças e fraquezas, oportunidade e ameaças com o intuito de compreender o ambiente interno e externo e verificar sua importância para o negócio.

De acordo com o portal dos administradores:

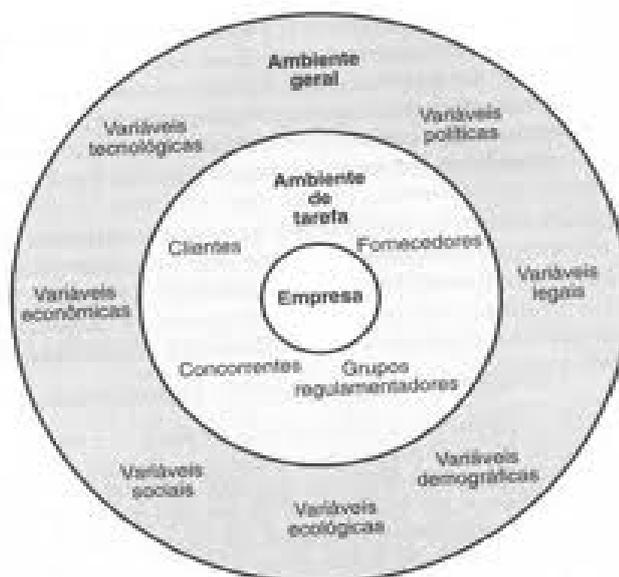
- **Pontos fortes:** são variáveis internas e controláveis que propiciam uma condição favorável para a empresa, em relação a seu ambiente.
- **Pontos fracos:** são as variáveis internas e controláveis que provocam uma situação desfavorável para empresa, em relação a seu ambiente.
- **Oportunidades:** são as variáveis externas e não controláveis pela empresa, que podem criar condições favoráveis para a empresa, desde que a mesma tenha condições e/ ou interesse de usufruí-las.
- **Ameaças:** são as variáveis externas e não controláveis pela empresa que podem criar condições desfavoráveis para a empresa.

Para finalizar, se relacionar os fatores externos e internos a empresa terá a oportunidade de saber como suas forças podem servir como impulso para aproveitar as oportunidades existentes no mercado e se manter competitiva, ou, ainda, saber como deve se reposicionar em relação às fraquezas e ameaças para não sofrer as consequências inesperadas. Portanto, essa ferramenta ajuda a determinar a posição atual da empresa e antecipar o futuro, visando às oportunidades e precavendo as ameaças.

Cenários

“Cenários estratégicos representam critérios e medidas alternativas para a preparação do futuro da empresa” (OLIVEIRA, 2007, p.163).

Oliveira (2007) ainda diz que os cenários oferecem as diretrizes e medidas para o planejamento do futuro da empresa e que o estudo e monitoramento dos concorrentes proporcionam para a organização as vantagens competitivas inerentes e sua finalidade é antecipadamente identificar e interpretar no ambiente empresarial mudanças futuras, ajudar no aperfeiçoamento do processo estratégico da organização e solidificar a visão do negócio em prol de algumas expectativas identificadas e implementadas, sendo assim viáveis para empresa. E para tanto, abaixo a figura esboçando os cenários do ambiente o qual a empresa está inserida, esta serve para efetuar uma divisão estruturada para a empresa se atentar, analisar e tomar medidas estratégicas quando o ambiente se torna mais turbulento.



Fonte: Oliveira p. 165 – Cenários Estratégicos

Percebe-se que a ferramenta cenários serve para orientar a empresa, em especial como um norte referencial para análise de alternativas e tomada de decisões conforme os objetivos traçados para o negó-



cio. Sendo assim, pode reduzir alguns erros comuns nas escolhas e definições da empresa, como a falta ou excesso de previsão de mudanças conforme as variáveis macroambiental. Estas variáveis devem estar inseridas no planejamento estratégico, sendo eles; cenários econômicos, cenários tecnológicos, cenários políticos-legais, cenários socioculturais e cenários demográficos.

Segundo Oliveira (2007), economicamente falando analisar a evolução do PIB, das taxas de inflação e juros, renda, emprego, comércio exterior, versos aos setores da economia. Já tecnologicamente, considerar a facilidade de tecnologia, inclusive tecnologias substitutivas e especialização tecnológica. Nos cenários políticos-legais focar nas regulamentações da concorrência, leis de proteção, convênios, incentivos, proteção ao consumidor, segurança, legislação sindical entre outros. Considerar no cenário sociocultural estilo de vida das pessoas, educação, desenvolvimentos ocupacionais, moda, nível socioeconômico da população, meios de comunicação, impacto ecológico, etc. E para o cenário demográfico, é necessário analisar a migração interna e externa, estrutura familiar, crescimento da população e densidade populacional.

Balanced Scorecard

Os objetivos planejados em uma empresa são atingidos quando o gestor ou administrador possui a habilidade de expandir a visão comum e incentivar ações importantes para atingir o sucesso empresarial. O BSC compila as ações estratégicas, operacionais e organizacionais, introduzindo em um processo estruturado de medidas adequadas e objetivos possibilitando a integração entre os grupos de ações e garantindo o alinhamento de toda a organização.

Para Tavares (2010, p.315);

A proposta do BSC foca os processos-chaves gerenciais – planejamento da alocação de recursos, orçamento, relatórios periódicos e reuniões gerenciais - relacionados à elaboração e implementação da estratégia. Visão, estratégia e alocação de recursos, conforme preconizado pelo BSC, fluem de cima para baixo. Já implementação, inovação, feedback e aprendizagem fluem de baixo para cima.

De acordo com Chiavenato (2011, p. 428), “BSC é um método de administração focado no equilíbrio organizacional e se baseia em quatro perspectivas básicas, a saber,”:

Finanças – Para analisar o negócio do ponto de vista financeiro.

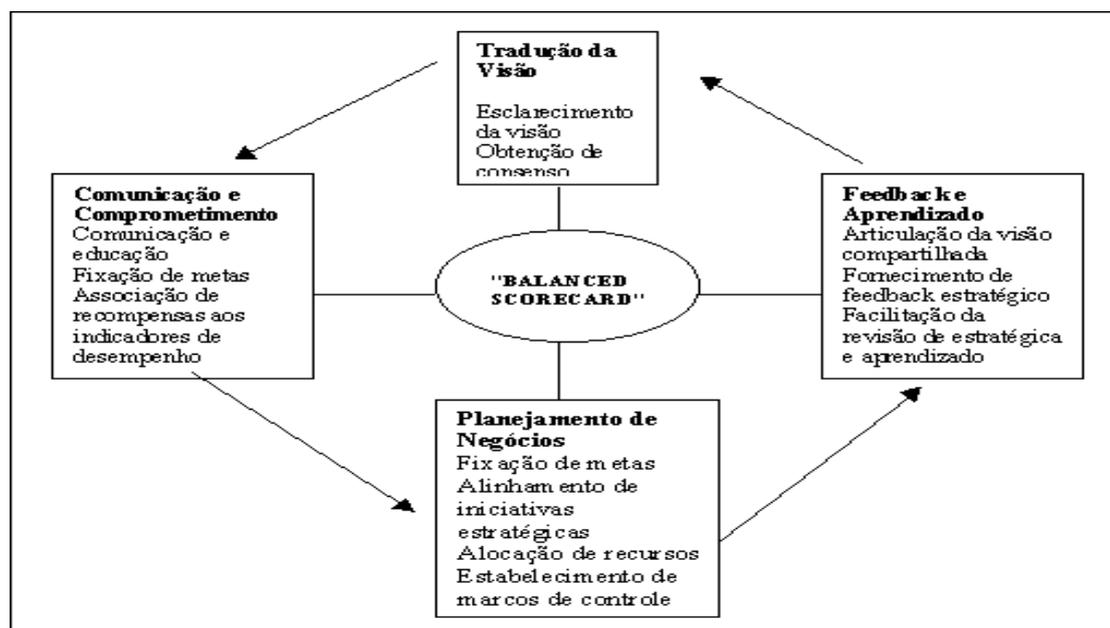
Clientes – Para analisar o negócio do ponto de vista dos clientes.

Processos internos – Para analisar o negócio do ponto de vista interno da organização.

Aprendizagem/Crescimento organizacional – Para analisar o negócio do ponto de vista daquilo que é básico para alcançar o futuro com sucesso.

E para esclarecimento, a matriz BCG baseia-se em duas condições: participação de mercado relativamente falando e crescimento da indústria ou mercado de atuação, sendo que a condicionante é que o objetivo da empresa é contrair fatias de mercado quanto posso suportar e sustentar. OLIVEIRA (2007).

Tavares (2010) defende as funções e princípios do BSC. Sua função inicial é conduzir uma análise sobre os fatores que conduz os impactos ambientais como; esclarecer e atualizar a estratégia, divulgar a estratégia de toda a empresa e alinhar as metas das unidades e dos indivíduos com a estratégia. Quanto aos princípios, traduzir a estratégia em termos operacionais, alinhar a empresa à estratégia, transformar a estratégia em uma atividade do dia a dia de todos, orientar a estratégia se tornar um processo contínuo e mobilizar as mudanças através da liderança executiva.



Fonte: Adaptado- (Tavares 2010, p. 321)

A figura acima demonstra como o BSC age permitindo o controle e melhor entendimento e processamento das informações mais importantes.

O BSC inova com a junção de medidores de desempenho futuro, focados estrategicamente nas perspectivas das Finanças, dos Clientes, dos Processos Internos e Crescimento. A definição e integração dos objetivos e das iniciativas dessas quatro perspectivas constituem os pilares do sistema BSC, que devem ser conectados ao pensamento estratégico da organização.

Portanto, resumidamente podemos citar alguns benefícios com a implementação do BSC na empresa:

- Informa a estratégia em objetivos e ações concretas;
- Concede o alinhamento dos indicadores-chave com os objetivos estratégicos a todos os níveis organizacionais;
- Oferece à gestão uma visão sistematizada do desempenho operacional e constitui um processo de avaliação e atualização da estratégia;
- Permite a comunicação dos objetivos estratégicos, focalizando os colaboradores na sua interação;
- Facilita desenvolver uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua; suporta a atribuição de incentivos em função do desempenho individual e da contribuição para os resultados do negócio.

O Balanced Scorecard ajuda a reduzir a quantidade de informação utilizada a um conjunto mínimo de indicadores vitais e críticos.

Plano de Ação 5W2H

A ferramenta pode ser aplicada em qualquer empresa inclusive em empreendedoras de construção civil. Seu propósito é ajudar na construção do plano de ação estruturada como *check-list*. Portanto, esta ferramenta construída da forma como *check-list* proporciona para os envolvidos da empresa uma maior compreensão sobre suas atividades. Esta técnica é uma das mais eficazes no planejamento estratégico, pois possui uma abordagem simples e de fácil entendimento para elaboração dos projetos. Basicamente, o 5W2H averigua as principais questões que envolvem um trabalho ou projeto, garantindo uma visão ampla e controlada mesma.

Segundo Tavares (2010, p.338);

Os planos de ação devem contemplar as duas dimensões que vão dar significado à chamada gestão estratégica. Devem abranger os objetivos externos formulados a partir das estratégias genéricas e da análise swot e os objetivos internos, voltados para a adequação do modelo organizacional.

Para fazer uso do 5W2H faz-se necessário estabelecer uma estratégia de ação para identificar e propor soluções de algum problema que queira resolver. Para isso pode-se utilizar o *brainstorming*, uma dinâmica de grupo que é usada em várias empresas como uma técnica para resolver problemas específicos, desenvolver novas ideias ou projetos, juntar informações e para estimular o pensamento criativo com o objetivo de chegar a um ponto comum. Porém é necessário pontuar alguns critérios segundo o portal de administração:

- Tenha certeza de estar implementando ações sobre as causas do problema, e não sobre seus efeitos;
- Tenha certeza que suas ações não tenham qualquer efeito colateral, caso contrário deverá tomar outras ações para eliminá-los;
- É preciso propor diferentes soluções para os problemas analisados, certificando-se dos custos aplicados e da real eficácia de tais soluções.

E na sequência do raciocínio Tavares (2010), relata que não existe um formato único para o desenvolvimento de um plano de ação, mas ele deve apurar os requisitos básicos conforme o que se pretende alcançar. Algumas empresas preferem um plano mais objetivo contendo elementos comuns de um projeto como, sumário, objetivos, justificativa, ações a serem desenvolvidas, responsáveis e prazo.

Para melhor entendimento, segue abaixo a planilha demonstrando em colunas as nomenclaturas da ferramenta e seus significados;

5W e 3H	Significado
What?	O quê?
Why?	Por que?
Who?	Quem?
Where?	Onde?
When?	Quando?
How?	Como?
How much?	Quanto?

Quadro – Gestão Estratégica: Tavares (2010, p. 339).

De acordo com blog iprocess, o conceito por trás do termo significa que uma ação é influenciada por sete circunstâncias e que, ao elaborar um plano de ação, devemos responder de modo formal, às seguintes questões:

- O que deve ser feito? (a ação, em si);
- Por que esta ação deve ser realizada? (o objetivo);
- Quem deve realizar a ação? (os responsáveis);
- Onde a ação deve ser executada? (a localização);
- Quando a ação deve ser realizada? (tempo ou condição);
- Como deve ser realizada a ação? (modo, meios, método, etc.);

- Quanto será o custo da ação a realizar? (custo, duração, intensidade, profundidade, nível de detalhamento, etc.).

Por fim, esta ferramenta facilita na condução do planejamento estratégico da empresa orientando e direcionando os negócios para que se torne mais competitiva no mercado.

Cinco Forças de Porter

Visando maximizar a participação dos negócios no mercado e competir com a concorrência, Porter desenvolveu esta ferramenta de planejamento em 1979 com a finalidade das empresas verificarem suas capacitações e diferenciar-se de seus concorrentes. As 5 forças de Porter foram criadas pelo professor da Harvard Business School, Michael Eugene Porter, basicamente seu propósito é verificar o grau de atratividade de um setor, definir a competitividade e também para complementar ações do planejamento estratégico.

Porter considera duas premissas básicas para o desenvolvimento de seus conceitos:

Estratégia competitiva é um assunto de interesse básico para os executivos, mas requer profunda compreensão dos setores de atuação em que a empresa opera e, portanto, de sua concorrência, e as regras do jogo da estratégia competitiva só alcançam os efeitos pretendidos se forem capazes de antecipar, corretamente, a forma pela qual os negócios respondem, estrategicamente, a ameaças e oportunidades do universo competitivo. (OLIVEIRA, 2007, p.371).

De acordo com Oliveira (2007), existem ações mais ofensivas ou defensivas no conceito de estratégia competitiva que propõe criar uma posição de longo prazo sustentável para a organização, que é as cinco forças competitivas, sendo sua finalidade expandir o retorno sobre o investimento.



Figura: smartconsultoria

1. **Rivalidade entre concorrentes** - para a maioria das indústrias, é essa força que determina melhor a competitividade de mercado. Para analisar esse fator, deve-se considerar as atividades dos concorrentes diretos, aqueles que vendem o mesmo produto. Os fatores a serem respeitados são: o número de concorrentes, diversidade dos concorrentes e publicidade.
2. **Barreira à entrada de concorrentes** - são fatores que dificultam o surgimento de novos concorrentes. As principais barreiras a serem analisadas são: Economia de escala, patentes e direitos, capital necessário e acesso aos canais de distribuição.
3. **Poder de barganha dos clientes** - este fator está relacionado com o poder de decisão dos consumidores entre as marcas, principalmente levando em consideração qualidade e preço. Alguns aspectos importantes a serem analisados são: disponibilidade de informação em relação ao produto e existência de produtos substitutos.
4. **Poder de barganha dos fornecedores** - análise parecida aos fatores de barganha do cliente, porém, voltados aos fornecedores de insumos e serviços à empresa. O fornecedor tem o poder de negociar quando existem poucas empresas fornecedoras e grau de diferenciação dos insumos.
5. **Bens substitutivos** - são aqueles produtos que não são os mesmos, mas atendem as mesmas necessidades, no geral não são concorrentes primários, nem com a mesma intensidade dos demais, porém são relevantes. Um fator a ser estudado é se o produto produzido pela empresa passa a ser obsoleto com o tempo, para evitar isso é necessário investimento em pesquisa.

Resumidamente pode-se dizer que todas as vertentes são importantes para o processo, porém em algum determinado momento de análise ou aplicabilidade uma será mais relevante do que outra para a empresa. Analisando como um todo é uma rica ferramenta para obter vantagens competitivas no mercado.

Conclui-se que no planejamento estratégico existem diversas ferramentas e modalidades de análise empresarial e mercadológica, tendo como objetivo principal avaliar o posicionamento da empresa internamente e externamente considerando todos os preceitos e segmentos conforme suas diretrizes e atividade de operação.

CONCLUSÃO

Percebe-se que os objetivos do artigo foram atingidos através do referencial teórico, pois conceituou o que é o planejamento estratégico e foi apresentada algumas das ferramentas de apoio dentro do mesmo, e como estes podem ser implementados no plano de negócio das empresas no seguimento de empreendimento imobiliário com finalidade de planejar, executar, observar e mensurar todo seu processo, além de ajudá-los a alcançar as suas metas, minimizando os riscos e fatores que podem prejudicar o sucesso do



empreendimento, monitorar e analisar os eventos dos concorrentes, também as tendências futuras que possam criar oportunidades para o negócio e conseqüentemente atender às necessidades dos clientes.

O planejamento estratégico fornece muitas informações sobre o empreendimento definindo as principais características, possibilitando ao empreendedor imobiliário e outros a analisar a viabilidade do projeto frente ao cenário no qual a empresa está inserida e compreender seus pontos fortes, pontos fracos, as oportunidades e as ameaças.

Portanto conclui-se, que para o planejamento estratégico ser um sucesso dentro do plano de negócios no ramo de empreendimentos imobiliários, faz-se necessário que todos da empresa estejam envolvidos. É preciso que a direção tenha um controle firme de todas as etapas do planejamento, monitorando se a missão a visão as metas e os objetivos estão sendo alcançados e desenvolvidos de maneira correta e satisfatória. Toda empresa precisa supervisionar periodicamente os resultados com o propósito de não ser afetada e se manter competitiva no mercado garantindo assim o êxito do seu negócio.



REFERÊNCIAS

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto; **Administração: teoria, processo e prática**. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto; **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COSTA, Eliezer A. **Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu & SILVA, Hélio Alves da. **Planejamento e Controle Financeiro – Fundamentos e Casos Práticos de Orçamento Empresarial**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

LAPENDA, João -Planejamento estratégico e processo decisório – São Paulo – 2012

MAXIMIANO, Antônio César Amaru; **Teoria Geral da Administração** – 1ª Ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de Planejamento **estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2007.



PAIVA, Leandro; LEPRE, Maria; PINHEIRO, Willian - **A importância do planejamento estratégico.**
Vale do Iva – 2013

PINHEIRO, José dos Santos. **Da Iniciação Científica ao TCC – Uma Abordagem para os Cursos de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda. 2010.

TAVARES, Mauro Calista. **Gestão Estratégica – São Paulo:** 3ª Ed. – Editora Atlas S.A - 2010.

WARTZMAN, Rick; DRUCKER, Peter F., Drucker Em 33 Lições – **As Melhores Aulas do Homem Que Inventou a Administração.** São Paulo: SARAIVA 2011

<https://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/modulo-ii-analise-da-situacao-atual/modelo-de-5-forcas-de-michael-porter/> - acesso em 17/01/2019

CULTURA ESCOLAR: UM LOCAL DE DIVERSIDADES

Edirene Freitas Silva¹

Michelle Christiane Janacaro Reis²

RESUMO

O presente artigo foi escrito com o objetivo de abordar o conceito de cultura dentro das diferentes perspectivas de diversos autores em épocas diferentes. Aliamos esses conceitos em nossas práticas pedagógicas e experiência que temos em relação ao trabalho com pluralidade cultural dentro das instituições escolares. Destacamos a existência da diversidade em uma mesma comunidade escolar, buscamos relações entre teoria e prática, currículo e realidade e sugerimos algumas estratégias pedagógicas que poderiam modificar o currículo dando um enfoque diferente ao trabalho com a diversidade cultural dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Cultura; Diversidade Cultural; Ensino Aprendizagem; Práticas Pedagógicas.

RESUMEN

El presente artículo fue escrito con el objetivo de abordar el concepto de cultura dentro de las diferentes perspectivas de diversos autores en épocas diferentes. Aliamos esos conceptos en nuestras prácticas pedagógicas y experiencia que tenemos en relación al trabajo con pluralidad cultural dentro de las instituciones escolares. Destacamos la existencia de la diversidad en una misma comunidad escolar, buscamos relaciones entre teoría y práctica, currículo y realidad y sugerimos algunas estrategias pedagógicas que podrían modificar el currículo dando un enfoque diferente al trabajo con la diversidad cultural dentro del aula.

Palabras-clave: Cultura; Diversidad Cultural; Enseñanza Aprendizaje; Práticas Pedagógicas.

1 Professora, mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de La Empresa - UDE/ Montevideo Uruguay. Pós- Graduação em Psicopedagogia pela Universidade Camilo Castelo Branco - Unicastelo. Licenciada em Letras pela Universidade Paulista UNIP/ São Paulo. SP, e-mail: edirene37@yahoo.com.br

2 Pedagoga, mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de La Empresa – UDE/Montevideo - Uruguay. Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH. E-mail: michellejanacaro@gmail.com



INTRODUÇÃO

Em nossa prática profissional, atuando como professora de nível básico ou coordenação pedagógica em instituições públicas e privadas de duas cidades da região sudeste do Brasil (Belo Horizonte e São Paulo), nos deparamos com muitos desafios. Percebemos que as dificuldades em como trabalhar com a pluralidade cultural dentro de um mesmo grupo é algo inserido em ambas realidades.

A excelência do trabalho com o nosso aluno é o maior foco dentro da sala de aula, porém nos envolvemos com um grupo altamente diversificado e com isso nossos objetivos são atingidos de forma diferenciada dentro de um mesmo grupo de uma mesma faixa etária.

Nossas dúvidas são frequentes, sempre nos perguntamos: Como lidar com um grupo diversificado? Como adaptar algumas crianças às normas e condutas da instituição escolar? Como fazer com que as crianças percebam os valores e virtudes importantes para a vida? Como inserir suas habilidades de vida dentro do contexto escolar? Como achar um espaço dentro do currículo para trabalhar aspectos culturais da comunidade? Como explorar a cultura digital na rotina das aulas?

Essas questões deixam claro o reflexo de diferentes visões de cultura. Podemos dizer que na atualidade a escola foi “invadida” por vários grupos sociais e culturais, algo que no passado não acontecia de forma tão diversa. Nossos alunos participam de culturas diversificadas em suas famílias, bairro, igreja e comunidades locais onde estão inseridos, e claro que devemos levar em consideração a realidade social e suas variáveis.

A escola pouco mudou. Muito se fala em mudanças, mas na prática percebemos que isso não acontece. Os currículos são fechados e não oferecem a possibilidade de trabalho explorando a realidade cultural do local no qual a instituição está inserida. As crianças não conseguem fazer comparações entre os assuntos trabalhados em sala e seu conhecimento de mundo.

No passado, a cultura podia ser descrita e nomeada com facilidade, pois a diversidade era pequena. Era fácil identificar a cultura camponesa, cultura dos artesãos e comerciantes. Hoje temos uma cultura clara dos meios de comunicação, os programas de televisão, informações populares via internet são muito utilizados como diversão, lazer e até mesmo referência para a sociedade.

Alguns autores defendem a ideia de que a cultura de massa substituiu a cultura popular existente na antiguidade. Perrenoud fala sobre cultura popular da seguinte maneira em uma de suas obras:

A cultura popular ficou limitada à esfera cotidiana, à da família, do supermercado, das conversas do bar, das arquibancadas dos estádios, ou do metrô, das solidariedades sindicais, das grandes multidões, das paqueras. Com frequência, a cultura popular parece uma resposta semelhante a uma condição comum: relativa pobreza, desemprego, insegurança e solidão nas grandes cidades, habitação precária, confronto com imigrantes. (Perrenoud, 2001, p.55).

Atualmente, as diferenças culturais existentes são muitas e é na escola onde percebemos com maior facilidade a existência dessa diversidade.

Para alguns autores a instituição “escola” é a maior responsável pela exclusão dos indivíduos menos favorecidos, a escola é considerada elitista, possui um currículo elitista onde privilegia os mais favorecidos, cultos e que tiveram maior contato com livros e conversas intelectuais, em contrapartida aqueles filhos de imigrantes, pouco favorecidos, criados apenas nas ruas ou pela televisão nada tem a ver com a Pedagogia dos trabalhos escolares e nada tem a acrescentar na comunidade escolar.

Nosso artigo irá abordar o que alguns autores falam sobre a cultura escolar, faremos um paralelo com o que vivenciamos e observamos em nossa prática pedagógica, buscando relações entre a teoria e a prática, currículo e realidade.

Após, abordaremos sobre a diversidade existente em uma mesma comunidade escolar. E em nossas considerações finais, faremos sugestões de algumas estratégias pedagógicas que podem ser úteis para a reformulação do currículo dando enfoque ao trabalho com a pluralidade cultural no dia a dia docente da sala de aula.

DEFINIÇÕES DE CULTURA E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Ouvimos e falamos muito sobre cultura, as opiniões e conceitos são muito diversos. Ter uma definição pronta e exata é muito complicado, pois a definição de cultura depende das correntes sociológicas, antropológicas e filosóficas.

É de grande importância que a escola e seu currículo conheçam as definições de cultura, pois é através dela que temos conhecimento da nossa história, ou seja, nosso passado. Conhecer a respeito do nosso passado nos dá a possibilidade de reconhecer a nossa identidade cultural dando a ela o devido valor dentro da atualidade.

A primeira definição de cultura que foi formulada dentro do ponto de vista antropológico como vimos pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo do seu livro *Primitive Culture* (1871). Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e evolução. (Taylor, apud: Laraia, 2001, p. 25).

Tylor conceituava a cultura como um fenômeno natural. Para ele a diversidade era justificada como resultado das desigualdades existentes na evolução da própria sociedade.

Para Durkheim cultura é algo relacionado à personalidade social do indivíduo. Ele se baseia na importância dos valores morais baseado na vivência do indivíduo em relação à sociedade, em suas ações sociais na comunidade no qual está inserido.

Alguns anos depois surge o método comparativo com Franz Boas (1858-1949), ele defende a ideia de que cada cultura possui seus próprios caminhos de acordo com a sua história, abordando a evolução e defendendo a ideia que a mesma só tem um sentido relacionado a uma abordagem linear.

Na atualidade muitos autores defendem a ideia de que educação e cultura caminham de mãos dadas. É difícil a possibilidade de se educar sem levar em consideração aspectos culturais da vida do indivíduo.

Quando a escola abre a possibilidade de inserir na prática a cultura atrelada à educação, os alunos se sentem protagonistas do processo educacional, pois assim é possível que ele se perceba inserido ao meio não de forma correta ou incorreta, mas sim socializando com os demais colegas culturas, hábitos e costumes diferentes.

É inegável perceber que existem na escola vários grupos sociais que de forma alguma podem ser ignorados pelos educadores, devendo ser valorizados através do dia a dia da escola, abrindo espaços para discussões, feiras exposições e outras formas que sejam possíveis o reconhecimento de ideologias, hábitos e costumes diferentes dos tradicionais.

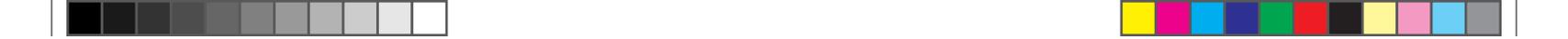
Para Darcy Ribeiro: “a cultura é considerada como uma herança repassada a cada geração”. A cultura pode ser considerada como resultado da ação humana, porém, as instituições regulam a ideia de que essa cultura só pode ser manifestada de acordo com suas ideias, interesses, valores e crenças.

Escola e cultura estão diretamente interligadas e por essa razão, devem caminhar juntas. Quando a cultura passa a fazer parte no processo ensino-aprendizagem, oferecendo aos alunos a oportunidade de socializar favorecendo as trocas entre os colegas para que os mesmos possam ter contatos com culturas diferentes sem fazer juízo que algo seja certo ou errado. E assim ter a percepção que existem culturas e crenças diferentes das nossas e assim desenvolver o respeito pela diversidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado no ano de 1998 pelo MEC foram criados para subsidiar e apoiar as escolas em sua elaboração curricular.

Em uma de suas obras foram abordadas as questões relacionadas à pluralidade cultural, dando ênfase a esse trabalho da seguinte maneira:

A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. Singularidades presentes nas características de cultura, de etnias, de regiões, de famílias, são de fato percebidas com mais clareza quando colocadas junto a outras. A percepção de cada um, individualmente, elabora-se com maior precisão graças ao outro, que se coloca como limite e possibilidade. Limite, de quem efetivamente cada um é. Possibilidade, de vínculos, realizações de “vir-a-ser”. Para tanto, há necessidade de a escola instrumentalizar-se para fornecer informações mais precisas a questões que vêm sendo indevidamente respondidas pelo senso comum, quando não ignoradas por um silencioso constrangimento. Esta proposta traz a necessidade imperiosa da formação de professores no tema da Pluralidade Cultural. Provocar essa demanda específica na formação docente é exercício de cidadania. É investimento importante e precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Pluralidade Cultural, 1998, p.9).



A existência do documento é de grande importância para que seja inserido o tema diversidade cultural dentro do currículo escolar, porém na prática é possível perceber que muito do que é falado nos documentos ficam apenas na teoria.

Nós educadores não recebemos capacitações e orientações para lidar com as diversidades em sala de aula, além disso, a preocupação na prática é sempre voltada para o estudo das disciplinas que a sociedade e grande parte dos educadores julgam como importantes.

Perrenoud em uma de suas obras defende a ideia da existência da distância entre cultura e prática pedagógica. Falta na escola e em seus educadores a percepção de que na escola não se trabalha apenas saberes intelectuais que são ensinados e exigidos dentro dos programas.

Perrenoud afirma também que escola e currículo são elitistas:

Na interação cotidiana, a escola é elitista, embora muitas vezes não seja essa sua intenção, porque coloca crianças de todas as classes sociais (ao menos no ensino fundamental) na presença de professores de classe média ou alta que participam, escolarmente e em prol de uma promoção social, da cultura de elite, que compartilham os gostos e desgostos dos que têm a educação, os valores e preconceitos (sobretudo no que se refere à cultura de massa), dos que aspiram a se distinguir do comum. (Perrenoud, 2001, p. 56).

É inevitável a existência do choque entre culturas dentro das escolas. Cabe ao educador saber lidar com essa diversidade para que não ocorra o fracasso e até mesmo a exclusão de indivíduos dentro do grupo.

Administrar no dia a dia as dificuldades e diferenças no grupo é de competência do professor. Mas sabemos que na prática isso acaba não acontecendo.

Muitos educadores tendem a valorizar aqueles alunos que apresentam hábitos, costumes e valores próximos dos seus e deixam excluídos aqueles que apresentam comportamentos e hábitos diversificados. Perrenoud destaca ainda que temos forte tendência de simpatizarmos com aqueles que compartilham dos valores e visão de mundos semelhantes aos nossos.

Diante de todas as exposições e analisando a nossa prática é possível dizer que a escola é um ambiente multicultural, porém as dificuldades de se relacionar práticas e teoria ainda é muito latente. A cultura deve ser trabalhada como um recurso didático de forma que a exposição e exploração de outras culturas sejam utilizadas para enriquecimento da aprendizagem, além de não excluir os alunos que fazem parte de pequenos grupos, estimulando a autoestima dos grupos sociais minoritários que nunca são valorizados e tampouco usados como referência.

Os educadores e todo corpo escolar precisam ter consciência que o respeito à pluralidade também se torna um exercício de democracia. Com esse trabalho não nos resta dúvida que a consequência será o enfraquecimento da discriminação, manifestações discriminatórias, racistas, entre outras que insistem em permanecer em nossas práticas cotidianas.

A tarefa como qualquer outra dentro do ambiente escolar, não é fácil. Deve partir de cima para baixo e abranger teoria e prática. Os professores precisam ser bem capacitados e orientados para assim apresentarem excelência em seu trabalho. A orientação e capacitação é fundamental, além da conscientização dos educadores da necessidade e importância da valorização da cultura dentro do contexto escolar.

O olhar cultural de cada professor, também contará muito nessa prática. Por esse motivo se faz necessário a dedicação plena aos estudos para que ele consiga inserir dentro da sua prática e exercício das demais disciplinas o trabalho com pluralidade cultural e elaboração de projetos sobre os temas.

O caminho é longo, mas extremamente possível com trabalho, estudo e dedicação.

Como afirma Vygotsky, “A cultura cria formas especiais de comportamento, muda o funcionamento da mente, constrói andares novos no sistema de desenvolvimento do comportamento humano”. (Vygotsky, 1996, p.61).

DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA: COMO TRABALHAR?

Observa-se que o recinto escolar é intercessor entre o aluno e a sociedade, contudo o papel principal da escola é ofertar a pluralidade cultural nas dependências da escola e com essa prática acabar com este arquétipo, pois para a formação da sociedade há necessidade de conhecimento de várias culturas.

[...] convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, segundo a qual “diversidade cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedade encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades”. Precisa o texto da convenção que “a diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também a partir dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados”. (SODRÉ, 2012, p. 243).

Neste contexto, fica claro que para Sodré, diversidade cultural são manifestações de cultura dentro de um grupo de uma mesma sociedade, contudo, o autor ainda afirma que as manifestações culturais acabaram virando um capital cultural, pois, está disfarçada, havendo uma única cultura que seria por ele nomeada de: economia do conhecimento que seria a cultura do interesse do mercado. Contudo, a diversidade cultural na educação pode-se dizer que é um ensino fragmentado.

Diante desse quadro fica evidente que é preciso ter na educação um vínculo social com outras culturas, pois, só assim acaba levando o aluno a relacionar sua cultura com a do outro, ou seja, uma troca.

Como bem nos assegura Casali (2017), pode-se dizer que para estabelecer a diversidade cultural na escola é preciso primeiro valorizar e restaurar as nossas origens culturais. Neste contexto, fica claro que é preciso haver uma política educacional para haver a inserção de diversas culturas no ambiente escolar. Portanto, a escola precisa entender o papel que tem na sociedade, nesse contexto, e aceitar a educação intercultural.



Não é exagero afirmar que seria a razão fundamental para o procedimento da aprendizagem, pois a importância em compreender que precisamos conviver com as diferenças, isso porque queremos uma sociedade mais justa.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, expor aos alunos que precisamos refletir sobre as diversidades, mas há alguns fatores que se sobrepõem, pois a sociedade é a consequência de variadas interações entre cidadãos.

No entanto, não parece haver razão para que a interculturalidade não seja aplicada nos currículos escolares, posto isto, é papel do estado garantir bons resultados, para a sociedade.

Conforme, Souza (2008), precisamos identificar que tipo de cultura precisa ser ensinado nas escolas. O autor deixa claro que se trata inegavelmente que a instituição escolar seja o único local de transferência de cultura e conhecimento, pois até a criança chegar à escola ela já esteve em diversos espaços sociais como, por exemplo: a família.

Validando com Souza, Libâneo (2002), deixa claro que a aprendizagem e a cultura podem ser efetivar em vários lugares, ou seja, não é só nas instituições escolares que se efetua a prática pedagógica, pois ela dá-se em diversos meios. Isto posto:

Em várias esferas da sociedade surge a necessidade de disseminação e internalização de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Mesmo no âmbito da vida privada, diversas práticas educativas levam inevitavelmente a atividades de cunho pedagógico na cidade, na família, nos pequenos grupos, nas relações de vizinhança (LIBÂNEO, 2002, p. 27).

Assim, reveste-se de particular importância deixar claro que a sociedade faz vários tipos de interações entre os indivíduos. Portanto essas interações são ações que podem ser tradicionais ou ligadas à relação de valores que formam a cultura que definimos como um conjunto de manifestações de uma determinada sociedade.

Casali deixa claro no seu livro que a diversidade cultural na escola precisa ser renovada, pois essa não tem percepção popular perante a sociedade. Neste contexto, fica claro no livro de Souza que, no ambiente escolar a cultura deve ser reconhecida como ações e interações de uma sociedade, pois é a partir desse reconhecimento que vão ser aceitas como manifestações culturais.

O mais preocupante, contudo, é constatar que a escola precisa reexaminar seus procedimentos avaliativos e metodologias para assegurar uma interação equilibrada, entre os indivíduos e grupos de diferentes culturas. Não é exagero afirmar que assim irá buscar a relação da cultura com o que é importante para ser ensinado em sala de aula e mostrar como é a relativização de cada cultura. “Cabe questionar, contudo, o caráter parcial desse reflexo, que não tem visibilizado de forma democrática a diversidade cultural presente nas sociedades” (CASALI, 2017).

Conforme explicado acima, a diversidade cultural na escola tem como objetivo principal romper com diversos paradigmas presentes ainda no meio escolar, pois julgamos a nossa cultura melhor que a do



outro a partir de comparações, nos sobrepondo como mais superiores, por exemplo, é na instituição que o sujeito aprende a interagir com diversas culturas. Contudo, ainda encontramos essas fraquezas presentes no currículo escolar, nesse contexto, é imperativo para a instituição compreender o seu papel e reconhecer a educação intercultural.

A importância da cultura está em dar personalidade, orientar e desvendar os valores significativos de um grupo social, essas virtudes da sociedade só podem ser desvendadas a partir de interações e ações entre os sujeitos.

Os que vêem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou a ocultar a unidade humana; os que vêem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade.

O duplo fenômeno da unidade e da diversidade das culturas é crucial. A cultura mantém a identidade humana naquilo que tem de específico; as culturas mantêm as identidades sociais naquilo que têm de específico. As culturas são aparentemente fechadas em si mesmas para salvaguardar sua identidade singular. Mas, na realidade, são também abertas: integram nelas não somente os saberes e técnicas, mas também idéias, costumes, alimentos, indivíduos vindos de fora. As assimilações de uma cultura a outra são enriquecedoras. [...] Ao contrário, a desintegração de uma cultura sob o efeito destruidor da dominação técnico-civilizacional é uma perda para toda humanidade, cuja diversidade cultural constitui um dos mais preciosos tesouros. (MORIN, 2000, p. 57).

Na citação acima, o autor deixa claro que os que observam a diversidade das culturas propõem-se a reduzir ou a esconder a cultura do ser único, mas ao contrário visam a considerar a diversidade como um complemento da cultura de cada indivíduo.

É importante ressaltar esse ponto, pois, a cultura assegura a identidade humana pela individualidade de cada um, sendo, a cultura transmitida de geração em geração, assim a cultura é reflexo de cada indivíduo. Conforme citado acima a assimilação é fundamental para as culturas, pois enriquece uma a outra, se uma cultura tentar sobrepor à outra destrói levando assim a perda cultural.

É preciso frisar que, a diversidade cultural torna-se necessária para o currículo, porém de forma mais sólida, pois dentro da instituição escola é onde encontramos uma grande variedade de cultura, portanto, não há a inclusão das diversidades presentes na nossa sociedade.

Para trabalhar a diversidade cultural, a comunidade escolar deve deixar de lado o pensamento de que a cultura do outro é mais importante, pois se o papel da escola é formar sujeitos que saibam conviver em sociedade, torna-se necessário elaborar o planejamento em torno das diferenças presentes no recinto escolar e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, tem se falado muito no trabalho do socioemocional dentro das instituições escolares. A Nova Base Comum Curricular (BNCC), aprovada no Brasil no ano de 2018 contempla bem essas questões no dia a dia da escola.

Acreditamos que esse seja o caminho inicial para o trabalho com a diversidade dentro da escola. Sabemos que o Brasil é um país de grande diversidade, é fácil perceber as diferenças entre um estado e outro.

A abordagem em sala de aula deve partir do professor com elaboração de projetos pedagógicos que possam despertar o interesse dos alunos em relação às novas descobertas e curiosidades sobre o assunto, por esse motivo em um primeiro momento se faz necessário que o educador seja capacitado para dar início a esse trabalho.

Conhecer a própria cultura é o início do processo, a partir daí as portas se abrem para que se conheçam novas culturas, valorizando-as, respeitando-as e fazendo comparações com a própria cultura.

Para que o trabalho e a aprendizagem sobre o assunto sejam significativos para o grupo é importante que os alunos sejam protagonistas do processo ensino/aprendizagem, o professor deve desafiar os alunos na busca de novos conhecimentos, para que assim eles percebam a importância desse assunto para a vida.

Não se pode confundir diversidade com caos e desordem. Não é algo diferente, esquisito e sim hábitos que precisam ser reconhecidos, valorizados e respeitados.

Com a globalização hoje, fica fácil pesquisar e conhecer novos hábitos e culturas. A escola deve utilizar essas inovações tecnológicas como aliada no descobrimento e pesquisas de novas culturas.

Debates e discussões devem ser realizados entre o grupo com frequência, pois assim é possível que cada um exponha seus entendimentos e pontos de vista em relação ao assunto. O aluno deve saber “criticar”, de forma respeitosa e saber levantar os pontos positivos, negativos e fazendo comparações entre as culturas.

Não deixando de compreender historicamente o motivo pela qual a cultura de um determinado lugar se originou dessa maneira.

Retomando as questões socioemocionais dentro da sala de aula, gostaríamos de destacar três habilidades que podem auxiliar o trabalho do educador em sua rotina pedagógica, aliando assim o respeito à pluralidade cultural com habilidades emocionais.

Empatia: ter a competência de ver o mundo como o outro vê. Saber se colocar no lugar do outro. O aluno só conseguirá ser empático se for capaz de reconhecer, identificar e assumir suas próprias emoções.

Saber ouvir, respeitar a opinião do outro é de grande importância para o crescimento pessoal e consequentemente para o convívio saudável no grupo.

Autoestima: quando o aluno se reconhece no grupo e é capaz de perceber sua cultura como algo positivo. Vencer o próprio preconceito é o início de um trabalho positivo.



Reconhecer personalidades importantes na sociedade que venceram barreiras de preconceito e se tornaram pessoas de renome dentro da sociedade se tornando filósofos, escritores, historiadores... pessoas que inspiraram culturalmente uma sociedade.

Protagonismo: o desejo da descoberta, interesse e curiosidade deve partir do aluno. Ele deve ser o protagonista no seu processo de aprendizagem, porém essa tarefa não é nada fácil.

Para que isso aconteça com louvor o professor deve buscar estimular esses alunos, valorizar cada conquista e descoberta e incentivar a busca constante de novos conhecimentos.

Dentro desse aspecto os alunos terão a possibilidade de buscar novidades sobre novas culturas sem que esse conhecimento seja apenas trazido pelo professor.

Acreditamos que o trabalho com a pluralidade cultural é algo amplo e muito rico. É possível que seja trabalhado desde a educação infantil. Cabe às instituições inserir o assunto no currículo escolar e capacitar os educadores para o trabalho.

Torna-se fundamental para a instituição escolar rever seus objetivos, procedimentos avaliativos e metodologias, com a finalidade de assegurar uma interação harmoniosa, entre grupos e pessoas de diferentes culturas, a escola deve procurar a relativização da cultura.

É papel do educador abraçar a proposta, valorizar a própria cultura, se reconhecer dentro da sociedade e ter consciência das habilidades socioemocionais importantes para o desenvolvimento humano. Não esquecendo de estudar e elaborar projetos de acordo com a faixa etária na qual trabalha.

Portanto, é importante refletir sobre o papel do professor, da pedagogia e da instituição escolar, do conceito assumido sobre educação, sociedade, escola, conhecimento, cultura e currículo, no cumprimento às orientações quanto à escolha das práticas educativas.

É uma tarefa que requer esforço e interesse, mas totalmente possível dentro do ambiente escolar.



REFERÊNCIAS

A República dos Saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras. Belo Horizonte: Ed.da UFMG, 2008. p. 73-80.

CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. **O que é avançado em cultura.** In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org).

CANDAU, Vera Maria Ferrão - **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s):** uma aproximação. Educ. Soc., 79: 125-161, 2002.

CANDAU, Vera Maria Ferrão - **Educação escola e Cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, 2003.

CASALI, Alipio, Suely Dulce de Castilho (Org) – **Diversidade na Educação:** Implicações Curriculares. São Paulo. Educ. 2017.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social.* São Paulo: Abril Cultural. 1999.

LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

PERRENOUD, Phillippe- **A Pedagogia na escola das diferenças.** São Paulo: Editora Artmed, 2001.

RIBEIRO, Darcy - *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e 1996.

São Paulo: Edições. Loyola, 2003. DANIELS, H (org.). *Uma introdução a Vygotsky.* Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições. Loyola, 2002.

SODRÉ. Muniz. **Reinventando a Educação:** Diversidade, Descolonização e redes. Petrópolis, RJ. Editora vozes. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola e Currículo.** Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2008.



CÂNCER E A MICROBIOTA INTESTINAL

Eliana Bovolon¹

RESUMO

Considerando que o câncer é uma doença multifatorial, este artigo de revisão sistemática, objetiva a compreensão em pesquisas bibliográficas, cujo objetivo é mostrar a relação do câncer com a nossa microbiota e o consumo do chá de kombuchá. A microbiota tornou-se objeto de extensa pesquisa nos últimos anos. O conhecimento sobre as espécies residentes no intestino e sua potencial capacidade funcional está crescendo rapidamente. Esse grande interesse pelo estudo da microbiota alavancou, após a comprovação da conexão cérebro-intestino que abriu o horizonte para o entendimento e tratamento de diversos tipos de distúrbios neurológicos, e várias doenças como o câncer.

O consumo do chá de kombuchá, feito com chá verde ou preto, que é usado como substrato para a produção de kombuchá, é cultivado e consumido há anos pelas suas propriedades medicinais em muitos países. Seus efeitos e muitas propriedades dos produtos vegetais estão associadas à presença de compostos fenólicos, que são inerentes ao desenvolvimento das plantas e quando presentes em uma dieta regular, podem ser benéficos à saúde humana, reduzindo o risco de câncer.

Kombuchá é uma bebida resultante da fermentação de chá verde e/ou chá preto adoçados e adicionados de uma cultura contendo um composto simbiótico de bactérias e leveduras.

O estudo chegou a algumas considerações importantes, visando assim ao fomento de subsídios à promoção e a capacitação das comunidades microbianas nos tratamentos da microbiota intestinal, para assim prevenir infecções, aumentar a resistência e a imunidade dos tratamentos de câncer e também que necessitam de quimioterapia e radioterapia.

Palavras-chave: Kombuchá; Microbiota; Probiótico.

RESUMEN

Considerando que el cáncer es una enfermedad multifactorial, este artículo de revisión sistemática, objetiva la comprensión en investigaciones bibliográficas, cuyo objetivo es mostrar la relación del cáncer con nuestra microbiota y el consumo del té de kombuchá. La microbiota se ha convertido en objeto de extensa investigación en los últimos años.

El conocimiento sobre las especies residentes en el intestino y su potencial capacidad funcional está creciendo rápidamente. Este gran interés por el estudio de la microbiota apalancó, tras la comprobación de la conexión cerebro-intestino que abrió el horizonte para el entendimiento y tratamiento de diversos tipos de trastornos neurológicos, y varias enfermedades como el cáncer.

El consumo de té de kombuchá, hecho con té verde o negro, que se utiliza como sustrato para la producción de kombuchá, es cultivado y consumido desde hace años por sus propiedades medicinales en muchos países. Sus efectos y muchas propiedades de los productos vegetales están asociados a la presencia

¹ Graduada em Nutrição Clínica e pós graduada em Nutrição Clínica Funcional e pós graduada em Saúde Vibracional Quântica. Professora nos cursos de graduação e pós graduação da Faculdade IBECO. E-mail: cursoselianabovolon@gmail.com



de compuestos fenólicos, que son inherentes al desarrollo de las plantas y cuando están presentes en una dieta regular, pueden ser beneficiosos para la salud humana, reduciendo el riesgo de cáncer.

Kombuchá es una bebida resultante de la fermentación de té verde y / o té negro endulzados y añadidos de un cultivo que contiene un compuesto simbiótico de bacterias y levaduras. El estudio llegó a algunas consideraciones importantes, visando así al fomento de subsidios a la promoción y la capacitación de las comunidades microbianas en los tratamientos de la microbiota intestinal, para así prevenir infecciones, aumentar la resistencia y la inmunidad de los tratamientos de cáncer y también que necesitan de quimioterapia y radioterapia.

Palabras-clave: Kombuchá; Microbiota; Probiótico.

INTRODUÇÃO

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a cada ano o câncer atinge pelo menos nove milhões de pessoas e mata cerca de cinco milhões, sendo a segunda maior causa de morte por doença na maioria dos países, inclusive no Brasil. A OMS também alerta que se medidas de prevenção e controle não forem tomadas, a incidência de câncer aumentará em 100% dentro dos próximos 20 anos.

Todos os cânceres decorrem de mutações somatórias durante a vida, entre 5% a 10% podem ser hereditários (familiares). Existem 22 milhões de artigos catalogados sobre a doença e mais de 500 milhões de artigos científicos novos publicados por ano sobre o câncer. Um aumento significativo da incidência do câncer e ao que tudo indica, isso é decorrente de vários fatores genéticos, estilo de vida, hábitos reprodutivos, alimentação, o meio ambiente e os estudos mais recentes revelam o nosso intestino como o melhor aliado para combater a doença.

A baixa ingestão de fibras está associada com um crescimento excessivo de bactérias produtoras de endotoxinas e uma menor percentagem de lactobacilos. Uma dieta rica em fibra dietética solúvel (que produz fermentação) promove o crescimento de bactérias através do aumento da síntese de ácidos graxos de cadeia curta, que são (ácido acético, ácido propiônico e ácido butírico) acidificam levemente o lúmen intestinal reduzindo o pH entre 6.5 a 6.8 o que favorece a absorção dos nutrientes.

A mucosa intestinal está exposta a uma grande comunidade de bactérias comensais que são necessárias para o processamento de nutrientes e à educação do sistema imune local. O sistema imunológico do intestino gera respostas inata e adaptativa que moldam a composição da microbiota. Uma das características de imunidade adaptativa intestinal é a sua capacidade para gerar enormes quantidades de imunoglobulina não inflamatória A (IgA) anticorpos, através de múltiplas vias foliculares e extra foliculares que operam na presença ou ausência de interações celulares de linfócitos, que fazem a regulação das respostas imunes e ativação de fagócitos e linfócitos B, que são responsáveis pela síntese de Imunoglobulinas.

O sistema imunológico do intestino gera respostas inata e adaptativa que moldam a composição da microbiota. Uma das características de imunidade adaptativa intestinal é a sua capacidade para gerar enormes quantidades de imunoglobulina não inflamatória A (IgA) anticorpos, através de múltiplas vias foliculares e extra foliculares que operam na presença ou ausência de interações celulares de linfócitos, que fazem a regulação das respostas imunes e ativação de fagócitos e linfócitos B, que são responsáveis pela síntese de Imunoglobulinas.

No intestino quem garante a imunidade é o GALT, que são tecidos linfoides associados ao intestino, às placas de Peyer, apêndice vermiforme, nódulos linfoides agregados ao colón e nódulos linfoides isolados, dispersos em toda a mucosa intestinal, do esôfago ao ânus. E MALT, que são tecidos linfoides associados às mucosas.

Quase todas as substâncias que controlam o cérebro foram identificadas no intestino, neurotransmissores e hormônios. (Whitney Cataldo, Rolfes. *Understanding Normal and Clinical Nutrition*, 1998). O câncer é uma doença citoplasmática, pois a mitocôndria fica no citoplasma e uma disfunção da mesma leva ao câncer. (Mutação genética). Segundo a publicação do *Brasil Food Trends*, vem mostrando a “Salubridade, bem-estar e longevidade” em diversos produtos para o consumo de alimentos funcionais, e têm como diferencial trazer benefícios do chá de kombuchá.

O chá verde ou preto, que é usado como substrato para a produção de kombuchá, é cultivado e consumido há anos pelas suas características de aroma e propriedades medicinais em muitos países; seus efeitos e constituintes principais são pesquisados e já foram obtidas inúmeros benefícios para a saúde. Muitas propriedades dos produtos vegetais estão associadas à presença de compostos fenólicos, que são inerentes ao desenvolvimento das plantas e, quando presentes em uma dieta regular, podem ser benéficos à saúde humana, reduzindo o risco de câncer (NISHINO, 2005; RASMUSSEN et al., 2000).

Este é o resultado da fermentação de uma associação simbiótica de bactérias (primordialmente por bactérias acéticas e leveduras), onde se forma uma película chamada SCOBY (Symbiotic Culture of Bacteria and Yeasts), que realizam várias reações bioquímicas durante sua fermentação (CHEN; LIU, 2000).

Originário do leste asiático e chegou a Alemanha através da Rússia no final do século XIX, esta espécie de cogumelo, consiste de uma membrana de teia de cogumelo, “gelatinosa”.

Sua forma é um disco de fungo que de início se expande por todo o chá tornando espesso. Durante o processo de fermentação este cogumelo desenvolve e germina, à partir das reações bioquímicas, que acontecem neste processo.

Estas substâncias valiosas transformam a bebida em ácido glucurônico, ácido láctico, vitaminas e aminoácidos e substâncias antibióticas. Suas propriedades terapêuticas, mostram a eficácia deste chá de kombuchá de desintoxicar, restabelecer uma condição normal nas membranas celulares e sem efeitos colaterais e deste modo promover a vitalidade e imunidade do sistema digestório, regulando e equilibrando a microbiota intestinal (G.F.Barbancik, 1954). O ácido glucurônico é um dos produtos que são produzidos durante o processo de fermentação no chá de kombuchá (KÖHLER; Valentin, 1961). As substâncias endógenas, são toxinas produzidas por fungos e bactérias. Acúmulo de ácidos; graxos, oxálico, úrico e carbônico, maior pH (nos espaços intersticiais). Aminas: Cadaverina (lisina); Triptamina (Tryptofano); Etilamina (Alanina); Metilamina (glicina); Dietilamina (colina); Putrescina (Ornitina); Amônia. Indol, fenol, betaglicuronidase; ácidos biliares desconjugados e desidroxilados; D-Lactato; Azoredutases, e as exógenas, são mais de quatro milhões de compostos químicos tóxicos, metais e suas toxicidades, medicamentos (cimetidina, paracetamol).

Drogas restritas, ilegais como; cocaína, anfetaminas, barbitúrica, os aditivos alimentares como; os nitratos e nitritos que são acrescentados nos alimentos embutidos aumentam a prevalência de câncer, como o da tireoide.



Os pesticidas, herbicidas, fungicidas, agrotóxicos, o álcool (bebidas alcólicas, solventes), os poluentes do ar, migrantes de embalagens (ex; plásticos), os produtos químicos usados em casa, as toxinas alimentares, como; as gorduras trans, o açúcar, que por sua vez pode ser considerado uma toxina ambiental, o glúten, os alérgenos alimentares e também as toxinas emocionais, mentais e espirituais. Todas estas substâncias endógenas e exógenas se unem com o ácido glucurônico, obtendo glucuronóides, também chamados de ácido “glucurônico emparelhado”.

O Dr. Sklenar, havia desenvolvido uma terapia biológica do câncer na qual a kombuchá teve papel importante na sanitização da microbiota intestinal, pois as vitaminas, ácidos lácticos e ácido glucurônico, etc., conseguem destruir os microorganismos prejudiciais como; (virus, bactérias, fungos, etc.) e dissolvem detritos e depósitos tóxicos.

O chá de kombuchá efetua uma impressionante detoxificação do organismo, pois a bebida revigora o sistema glandular e melhora a microbiota intestinal, tratando as bactérias nocivas e principalmente o câncer no seu estado inicial.

Todos estes ácidos bloqueiam o desenvolvimento e expulsam energeticamente antagonicamente todos os micróbios, da microbiota intestinal.

MÉTODOS

Preparação do substrato artesanal

Dois tipos de extrato de plantas como substrato para a produção de kombuchá: uma com chá verde (*Camellia Sinensis*) e outra com erva-mate pura folha (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). Ambas as ervas são preparadas nas mesmas condições e quantidades de substrato.

A erva é adicionada em um recipiente com água fervida na concentração de 10g/L durante 5 minutos de infusão. Com uma peneira de 1,7mm de abertura, a infusão é coada e adoçada com açúcar mascavo na concentração de 90g/L e agitada até sua dissolução. Espera-se o substrato chegar à temperatura ambiente (em torno de 25 °C) para colocar o cogumelo de kombuchá já fermentada ao substrato.

Estes dois tipos de substratos têm a função de aumentar a atividade antioxidante da kombuchá.

Nesse processo artesanal, pode-se observar o processo de fermentação do ácido acético, o ácido láctico e ácido glucurônico. A diminuição do pH está ligada ao aumento da produção de ácido acético e, nesse caso específico, as leveduras anaeróbias da kombuchá, não converteram o açúcar efetivamente em etanol e o teor remanescente é convertido em ácido acético pelas bactérias.

CONCLUSÃO

A Kombuchá é obtida a partir da infusão de folhas de chá pela fermentação de uma associação simbiótica de bactérias e leveduras, resultando em uma bebida um pouco doce, ligeiramente ácida e consumida em todo o mundo (CHEN; LIU, 2000).

Os chás de *Camellia Sinenses* são classificados nos seguintes tipos básicos:

O preto que é derivado de folhas envelhecidas pela oxidação aeróbica das catequinas, ocorrendo uma fermentação.

O chá verde é produzido à partir de folhas frescas da planta, as quais são apenas escaldadas e fervidas, ocorrendo uma rápida inativação da enzima polifenol oxidase, o que mantém preservado seu teor de polifenóis e o torna mais rico em catequinas e compostos.

O chá verde inclui diversas classes de compostos fenólicos ou flavonoides, entre eles os principais presentes são os monômeros de catequinas, além de flavonóis e ácidos fenólicos, também possui caféina, pigmentos, carboidratos, aminoácidos e micronutrientes como vitaminas B, E e C, e minerais como cálcio, magnésio, zinco, potássio e ferro (YANAGIMOTO et al., 2003).

A atividade antioxidante é uma das propriedades mais conhecidas do chá verde e está relacionada à estrutura química das catequinas, sendo apontada como o principal fator contribuinte na prevenção do risco de diversas doenças crônico-degenerativas, incluindo 13 tipos de câncer, doenças cardiovasculares e diabetes melitus (BALENTINE; WISEMAN; BOUWENS, 1997; RIETVELD; WISEMAN, 2003).

Vários relatos têm mostrado que o chá verde usado para o processo da fermentação da Kombuchá, ajudam na redução dos riscos de doenças crônicas e do câncer.

Tem propriedades benéficas para a saúde humana, como antimicrobianos, antioxidantes, anti-hiperglicêmicos e anti-hiperlipêmicos (CHAKRAVORTY et al., 2016; DUFRESNE; FARNWORTH, 2000; MO; ZHU; CHEN, 2008; YANG et al., 2009).

O chá da kombuchá tem mostrado a sua eficácia comprovada na microbiota intestinal, mais e mais pessoas confiam em meios de cura naturais e em comprovados métodos do conhecimento popular de cura.

REFERÊNCIAS

ADRIANI, L. et al. **The effect of feeding fermented kombuchá tea on HLD, LDL and total cholesterol levels in the duck bloods.** *Biotechnology in Animal Husbandry, Zemun*, v. 27, n. 4, p. 1749-1755, 2011.

BALENTINE, D. A.; WISEMAN, S. A.; BOUWENS, L. C. M. **The chemistry of tea flavonoids.** *Critical Reviews in Food Science Nutrition*, England & Wales, v. 37, n. 8, p. 693704, 1997.

CHEN, C.; LIU, B. Y. **Changes in major components of tea fungus metabolites during prolonged fermentation.** *Journal of Applied Microbiology*, England, v. 89, n. 5, p. 834-839, 2000.

CHU, S.; CHEN, C. **Effects of origins and fermentation time on the antioxidant activities of Kombuchá.** *Food Chemistry*, [s. l.], v. 98, p. 502-507, 2006.

DANIELIAN, L. T. **Kombuchá (Kombucha) and its biological features.** *Medicsina*, Moscow, 2005.

DUFRESNE, C.; FARNWORTH, E. **Tea, Kombuchá, and health: a review.** *Food Research International*, [s. l.], v. 33, n. 6, p. 409-421, Jul. 2000.

FELLEGRINI, N. et al. **Screening of dietary carotenoids and carotenoid-rich fruit extracts for antioxidant activities applying 2,2'-azinobis (3-ethylenebenzothiazoline-6-sulfonic acid) radical cation decolorization assay.** *Methods in Enzymology*, [s. l.], v. 299, p. 379-389, 1999.

GÜNTHER. W. Frank, ISBN. 3-85068-337-0 publicado por W.NNSTHALER. A - 4402. Steyr.1995 (buero@ennsthaler.at) <http://.kombu.de/where.htm>

Instituto Nacional de Câncer. Síntese de resultados e comentários [texto na Internet] 2005. [acessado 2005 Out 30]. [cerca de 5 p.]. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2005> LIU, C. -H. et al. **The isolation and identification of microbes from a fermented tea beverage, Haipao, and their interactions during Haipao fermentation.** *Food Microbiology*, [s. l.], v. 13, n. 6, p. 407-415, Dec. 1996.

MARSH, J. A. et al. **Sequence-based analysis of the bacterial and fungal compositions of multiple Kombucha** (tea fungus) samples. *Food Microbiology*, [s. l.], v. 38, 171-178, Apr. 2014.

MO, H.; ZHU, Y.; CHEN, Z. **Microbial fermented tea: a potential source of natural food preservatives.** *Trends in Food Science & Technology*, [s. l.], v. 19, p. 124-130, 2008. NISHINO, H. et al. Cancer prevention by phytochemicals. *Oncology*, [s. l.], v. 69, Suppl. 1, 38-40, 2005.

The American Raum & Zeit. (mount Vermon/USA) Volume 2, Número 5,1991, páginas 5156 Tucunduva LTCM, Costa LJM, Del Giglio A, Koshimura ET, Prudente FVB, Sá VHLC, Samano EST, Santos AF. Estudo da atitude e do conhecimento dos médicos não oncologistas em relação às medidas de prevenção e rastreamento do câncer. *Rev. Assoc. Méd. Bras.* 2004, 50(3):257- 42.

YANAGIMOTO, K. et al. Antioxidative activities of volatile extracts from green tea, oolong tea, and black tea. *Journal of agricultural and food chemistry, München* , v. 51, n. 25, p. 73967401, Dec. 2003.

YANG, Z. -W. et al. Hypocholesterolaemic and antioxidant effects of kombucha tea in highcholesterol fed mice. *J. Sci. Food Agric.*, [s. l.], v. 89, n. 1, p. 150-156, Jan. 2009.

Zaqueta AM. Câncer: prevenir é melhor que remediar. [texto na Internet] 2004 [acessado 2005 Jul 29] [cerca de 1 p.]. Disponível em: <http://www.revalacao online.uniube.br> 62

A SÍNDROME DO SILÊNCIO NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UM OLHAR PSICANALÍTICO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

Genivaldo Elias dos Santos¹

RESUMO

A direção percorrida pela criança, ao longo da história, vem marcada por inúmeras situações de violência, referendadas, muitas vezes, pelo próprio ordenamento jurídico. A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil, a criança adquire o “status” de sujeito de direitos, descortinando-se novo cenário, embasado no reconhecimento de sua condição de pessoa em desenvolvimento e de prioridade absoluta, princípios que têm seu nascedouro na Doutrina da Proteção Integral, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A nova ordem constitucional brasileira, garantidora do princípio da dignidade humana e da Doutrina da Proteção Integral à criança e ao adolescente, instituída em 1988. Artigo 227 da atual Constituição Federal busca-se analisar aspectos relativos ao destino de crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar, bem como as principais dificuldades que enfrentam ao tratar dos casos que a elas são submetidas, decorrentes, entre outros fatores, da negação e do segredo que se inserem no fenômeno. A equipe interdisciplinar torna-se indispensável para a eficiência da avaliação, do diagnóstico, do acompanhamento e tratamento da vítima e do grupo familiar.

Palavras-chave: Violência sexual intrafamiliar; Justiça infantojuvenil; Doutrina; Trauma; Psicanálise.

RESUMEN

La dirección recorrida por el niño, a lo largo de la historia, ha estado marcada por numerosas situaciones de violencia, ratificado, a menudo por el propio sistema legal. A partir de la Constitución Federal de 1988, en Brasil, el niño adquiere el “status” del tema de los derechos, el nuevo escenario de presentación es, basado en el reconocimiento de su condición de persona en desarrollo y los principios de prioridad absoluta que tienen su origen en Doctrina de la Protección Integral, en línea con la Convención de la ONU sobre los Derechos del Niño. Nuevo orden constitucional de Brasil, el garante del principio de la dignidad humana y la doctrina de la protección integral de niños, niñas y adolescentes, establecido en 1988. Artículo 227 de la Constitución Federal se pretende analizar las cuestiones relacionadas con el destino de los niños víctimas de la violencia sexual en el hogar, así como las principales dificultades que enfrentan cuando se trata de casos que se le presenten, debido, entre otros factores, la negación y el secreto que caen dentro del fenómeno. El equipo interdisciplinario es indispensable para la eficacia de la evaluación, el diagnóstico seguimiento y tratamiento de la víctima y el grupo familiar.

Palabras-clave: La violencia sexual intrafamiliar; Infante de Justicia Juvenil; Doctrina; Trauma; Psicoanálisis.

¹ Mestre em Psicanálise da Educação e Saúde-UNIDERC, graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL (2002) e graduação em Enfermagem pela Fundação Educacional Jayme de Altavila - CESMAC (2006).



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O abuso sexual intrafamiliar é praticado mais frequentemente por pessoas da própria família ou muito próximas desta. Este estudo busca compreender em que circunstâncias ele acontece, quais os fatores envolvidos no espectro e denúncia e que repercussão esses têm sobre a ecologia da criança e adolescente. O estudo, desenvolvido no contexto geral de um sistema social onde envolve todas as pessoas envolvidas em situação de violência sexual e que atende apenas casos já denunciados.

Por envolver questões tão carregadas de valores e preconceitos como: sexualidade e família, este tema ficou longe dos debates até pouco tempo e somente nas últimas décadas vem ganhando algum destaque pela Psicanálise e a Psicologia. Conhecendo as histórias de vida dessas pessoas foi possível perceber que existia algo na história e dinâmica familiar, o que permitiu encontrar alguns aspectos comuns na vivência dessas vítimas e chegar a levantar a hipótese de que esses fenômenos fossem correlacionados à sua relação com as figuras parentais, ao lugar que a criança ocupava na família e aos papéis que ela desempenhava na dinâmica familiar. Como o problema pesquisado é multidisciplinar, isso requer a estreita cooperação de uma gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas e níveis de assimilação, por parte de todos os profissionais envolvidos.

BREVE HISTÓRICO DA INFÂNCIA E DA SEXUALIDADE INFANTIL

A sexualidade humana é de uma grandeza essencial, e deve ser entendida na totalidade dos seus sentidos como tema e área de conhecimento. O primeiro teórico a falar sobre a sexualidade infantil foi Sigmund Freud. Freud (2006) desenvolveu a teoria da sexualidade infantil, durante tratamentos clínicos em seu consultório, nos quais observou transtornos psicológicos apresentados por seus pacientes já adultos. Ele buscava tratar os distúrbios de histeria. Neste sentido, pode-se perceber que a criança não foi o ponto de partida, nem tão pouco o desejo de estudo de Freud (1905), mas a busca por solucionar os problemas emocionais apresentados por seus pacientes. Assim sendo, afirmou:

Falando sério, não é fácil delimitar aquilo que abrange o conceito de sexual. Talvez a única definição acertada fosse tudo o que se relaciona com a distinção entre os dois sexos. Se tomarem o fato do ato sexual como ponto central, talvez definissem como sexual tudo aquilo que, com vistas a obter prazer, diz respeito ao corpo e, em especial, aos órgãos sexuais de uma pessoa do sexo oposto, e que, em última instância, visa à união dos genitais e à realização do ato sexual. Se, por outro lado, tomarem a função de reprodução como núcleo da sexualidade, correm o risco de excluir toda uma série de coisas que não visam à reprodução, mas certamente são sexuais, como a masturbação, e até mesmo o beijo (FREUD, 2006, p. 309).



A sexualidade é uma dimensão humana que acompanha as pessoas ao longo de toda a vida, num conjunto de tudo que ouvimos, vemos, sentimos e recebemos da família, escola, comunidade e cultura onde estamos inseridos. O desenvolvimento sexual segundo a vertente psicanalítica, explicitando as fases psicosexuais proposta por Freud (2006), a saber: fase oral, fase anal, fase fálica e fase genital. Entre a fase fálica e a genital, Freud (2006) postula um período, denominado por ele de latência. A essa energia, Freud (2006) denominou de libido, que é sinônimo de energia sexual. Segundo Fiori (1981) a libido é:

A energia afetiva original que sofrerá progressivas organizações durante o desenvolvimento, cada uma das quais suportadas por uma organização da libido, apoiada numa zona erógena corporal, caracterizará uma fase de desenvolvimento (FIORI, 2003, p. 92).

O COMPLEXO DE ÉDIPO

Constitui-se sistematicamente, na estruturação da sexualidade masculina e feminina a partir das vivências parentais, em princípio bastante conflituosas. Em outras palavras, é o desejo inconsciente de ser o parceiro sexual de seu progenitor associado à proibição de sua satisfação. A criança terá de renunciar ao desejo incestuoso. Esse é o tabu social mais radical e profundamente enraizado na estrutura humana. Esse conflito tornará possível no desenvolvimento de uma personalidade diferenciada e independente das figuras parentais; é por isso considerado a mais importante etapa do desenvolvimento psicosexual. De um modo geral, o Édipo é a submissão a uma lei que interdita o desejo, e localiza sexualmente a criança. Melanie Klein é uma das mais importantes precursoras da Psicanálise infantil, uma técnica de análise do comportamento humano que usa a atividade lúdica como meio de comunicação projetiva da personalidade. A personalidade é uma organização construída por todas as características cognitivas, afetivas, volitivas e físicas de um indivíduo. Ela é um traço de originalidade de uma pessoa e o resultado da integração de três aspectos fundamentais no seu desenvolvimento e evolução: o biológico, o psicológico e o social, cuja interação é dinâmica e evolutiva. Abuso sexual é todo o ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF/88, 227)

O abuso sexual intrafamiliar é um assunto difícil de lidar devido ao silêncio que se forma em torno do acontecimento. As famílias se calam porque têm medo; medo de não acreditarem nas mesmas, nas



ameaças contra elas e sua família, ou até de serem culpadas pelo abuso. Na década de 90, pesquisadores já apontavam para o crescente interesse pela temática do abuso sexual infantil, embora fossem igualmente constatadas certas dificuldades metodológicas e a fragmentação dos estudos (AMAZARRAY & KOLLER, 1998). Considerando estes e outros aspectos, o abuso sexual de crianças ainda pode ser observado na atualidade como um tópico complexo e difícil, tanto na investigação, quanto na sua compreensão para profissionais e pesquisadores:

Quando se fala em vulnerabilidade o termo está relacionado à qualidade de vulnerável (que é susceptível de ser exposto a danos físicos ou morais devido à sua fragilidade). O conceito pode ser aplicado a uma pessoa conforme a sua capacidade de prevenir, de resistir e de contornar potenciais impactos.

TRAUMA E DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO

Se em todo sujeito, no período da infância, existe uma fantasia inconsciente de cunho erótico, voltada ao genitor do sexo oposto, devendo ser recalçada e resolvida no desenrolar do Édipo, a psicanálise vem dizer que a concretização desses desejos sejam eles agressivos ou sexuais, tornar-se-ia, para a criança, uma experiência bizarra e não prazerosa, causando, além de sofrimento, o sentimento de não existência como unidade psíquica independente (FAIMAN, 2004). Prado e Féres-Carneiro (2005) trazem algumas distinções fundamentais, tais como: traumatismo, traumático e trauma. O primeiro refere-se ao conteúdo que surge em um tratamento psicanalítico, ou seja, algo que é representável e simbolizável. O traumático reflete o caráter econômico que esse conceito abrange, isto é, em virtude do aparelho psíquico estar desprovido de um aparato que suporte o excesso de excitação e o desvio, ocorre um funcionamento pautado pelo trauma.

CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL

Esses traumas físicos e psicológicos que afetam as crianças exploradas sexualmente costumam ser graves, mas podem ter duração e intensidade variadas. O abuso sexual pode ser agudo ou crônico. O primeiro é um episódio único ou que se repete por curto período de tempo, geralmente protagonizado por agressores alheios ao núcleo familiar. O segundo, mais frequente, é aquele que permanece encoberto pela família. Logo depois que acontece o abuso, a criança pode ter sentimentos de angústia, medo, ansiedade, culpa, vergonha, humilhação, autocensura, baixa autoestima e depressão. Na vida adulta, essas crianças e adolescentes que sofreram abuso podem desenvolver quadros de transtorno da sexualidade, dor nas relações sexuais e até mesmo a perda da capacidade de orgasmo.



A criança ou adolescentes, sendo ela submissos ou ativos têm ainda um comportamento pseudo-maduro pessoa infantil, com comportamentos de adulto. Quando a criança compreende que a prática do abuso sexual seja ele, físico ou psicológico é inadequado para a idade da mesma fica mais fácil de identificar o crime, pois neste caso a vítima pode relatar através do comportamento como já mencionado ou até mesmo através de um desenho ou brincadeiras, pois uma criança pequena nunca vai falar claramente as palavras vagina, ejaculação ou pênis e usar outros termos pornográficos.

OUTROS SINAIS QUE PODEM SER DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

- Rebelia e agressividade excessivas;
- Medo ou mesmo terror de estar em certos lugares ou perto de certas pessoas;
- Dificuldades com relação ao sono;
- Mudança de comportamento de uma hora para outra;
- Achar que seu corpo ou genitais estejam sujos e com algum problema;
- Urinar na cama, pesadelos e mudança no hábito do sono (insônia ou dormir demais);
- Destruir brinquedos como bonecas ou bonecos com ênfase nos lugares referentes aos genitais;

COMO A FAMÍLIA REAGE E AGE FRENTE AOS SINAIS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

As famílias se calam porque têm medo; medo de não acreditarem nas mesmas, nas ameaças contra elas e sua família, ou até de serem culpadas pelo abuso. O fenômeno é universal, atingindo todas as classes sociais e idades, incubando na vítima, a predisposição para perpetuar o ciclo de violência ao qual foi submetida (PFEIFFER & SALVAGNI, 2005). Araújo (2002) considera que, nos casos de violência sexual intrafamiliar, pode-se observar uma disfunção em pelo menos três níveis: o poder exercido pelo grande sobre o pequeno, a confiança que o pequeno tem no grande e o uso perverso da sexualidade, na qual um se apodera do corpo do outro e o usa segundo seu desejo. Sendo o abuso sexual um problema complexo e difícil de ser apreendido em sua totalidade. Em situações especiais, quando o abuso incestuoso é revelado, mães podem sentir-se enciumadas, culpabilizando as filhas pela situação. Prova disso seria a dificuldade dessas mães em reconhecerem o incesto, visto que tal ação ocasionaria entrar em contato com sentimentos de fracasso frente aos papéis de mãe e esposa.

Fatores externos assim como fatores psicológicos contribuem para a manutenção do segredo no abuso sexual intrafamiliar. O sentimento de confiança e o diálogo nas relações familiares poderiam romper esse “acordo”. Nota-se que a vítima exterioriza indiretamente, através de seu comportamento, a violência sofrida. Pais, familiares, professores, amigos e demais pessoas que convivem diretamente com elas, po-



deriam perceber o problema ocorrido através da exteriorização comportamental das mesmas. De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), a família é caracterizada como o primeiro ambiente do qual a criança participa ativamente, interagindo através de relações face a face. Inicialmente, estas interações ocorrem de forma diádica, como, por exemplo, pela relação da mãe com a criança. Entende-se que as causas do abuso físico contra a criança e o adolescente são multifatoriais.

INCIDÊNCIA DO ABUSO

Atualmente, é um relevante problema social e de saúde pública. Contudo, de acordo com Knutson (1995), os dados epidemiológicos disponíveis sobre maus-tratos na infância são determinados pelas definições adotadas pelos pesquisadores. Dessa forma, uma definição limitada tende a reduzir a real ocorrência de abuso sexual (KALICHMAN, 1993).

ABUSO INTRAFAMILIAR

Para isto, faz-se necessário abordar a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, tendo em vista que é o abuso sexual mais frequente e que apresenta consequências mais danosas às vítimas (FLORES & CAMINHA, 1994). Aproximadamente 50% dos abusos são cometidos por membros da família (KAPLAN & SADOCK, 1990). Flores e Caminha (1994), comentam que a violência sexual na espécie humana, em especial contra os filhotes, é usualmente produzida por homens que sustentam que o tipo de incesto mais comum é aquele que envolve pai ou padrasto e filhos, seja masculinos ou femininos.

O ABUSADOR

A situação do abuso, em que as crianças são utilizadas para a satisfação de desejos e das necessidades dos adultos dentro de sua própria família, muitas vezes pode ocorrer por meio do uso da força, mas o que geralmente se observa é um jogo sedutor que ocorre, levando a uma manipulação da criança que podem durar anos, sem que a criança consiga falar sobre o assunto ou pedir ajuda (FERRAI & VECINA, 2002). A forma pela qual o abusador envolve a criança e principalmente os demais membros da família faz com que ele possa legitimar sua atuação sem que os indivíduos que compõem o núcleo familiar o possam delatar sobre qualquer acontecimento.

A VÍTIMA

Sanderson (2005) indica que as meninas sofrem mais abuso sexual do que os meninos, porém para a autora, como é citado, isso é apenas a ponta do iceberg. A autora acredita que os números divulgados não apresentam a realidade exata do abuso sexual infantil, pois em decorrência do preconceito vigente em relação a isso, pode ser mais complicado para os meninos revelarem que sofreram o abuso, pois podem ser estigmatizados gerando um maior constrangimento em revelá-lo.

DINÂMICA DO ABUSO INTRAFAMILIAR

Segundo (FLORES & CAMINHA, 1994), algumas características familiares são sugestivas de abuso intrafamiliar como: violência doméstica, pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem, pai alcoolista, pai autoritário demais ou excessivamente moralista, mãe demasiado passiva e ausente, cônjuges com relação sexual inadequada, famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta), pais que acariciam seus filhos ou exigem determinado tipo de carícias dos mesmos, violando a privacidade sexual, pais que permanecem muito tempo a sós com seus filhos, filhas desempenhando papel de mãe, filhas promíscuas ou que apresentam comportamento autodestrutivo. Contudo, não devemos estabelecer uma relação de causalidade entre esses fatores e o abuso sexual intrafamiliar, isso é visto como uma consequência de um ciclo evolutivo de conflitos e agressões entre pais e filhos (BELSKY, 1980). Mas a abordagem ecológica é ainda mais complexa, pois procura abordar a rede de relações.

INTERAÇÃO ENTRE OS PROTAGONISTAS

Habigzang, (2005) atesta que o abuso sexual se mantém por dois fatores sendo eles a “Síndrome de Segredo” e “Síndrome de Adição”. O primeiro estaria voltado a atuação do agressor, esse, tentando evitar repúdio social, se utiliza de formas de coação para que a criança não revele o que ocorre entre eles. O segundo está calcado na dependência psicológica criada pelo abusador em relação à criança, pois ele não controla seus impulsos sexuais e acaba por submeter o infante aos seus desejos. Azevedo e Guerra (2000). Afirmam que essa “conspiração de silêncio” que acomete o abuso sexual infantil está relacionada ao fato de que de acordo com o senso comum a verbalização pública do fato ocorrido com a criança poderia prejudicar a imagem de adulto dessa criança vitimizada.

CONSEQUÊNCIAS

Para (MADANES, 1997), é importante compreender que ao passar por situações tão traumáticas ao longo da infância, várias repercussões podem se fazer presentes na vida da criança, certamente por se tratar de um período de tantas mudanças e descobertas. Ferrari e Vecina (2002) exemplificam tal afirmação quando relata que a infância representa para todo ser humano uma descoberta, um período em que cada momento se torna único e singular e de indescritível importância. Como Anna Freud (1981, apud FURNISS, 1993).

FAMÍLIA E SUAS FUNÇÕES

Rey (2004, p. 78) afirma que a subjetividade é “um sistema constituído por processos simbólicos e de sentido que se desenvolvem na experiência humana”. Ferrari e Vecina (2002) compartilham da mesma tese, pois relatam que na Idade Média a família de origem tinha a responsabilidade pela transmissão da vida, dos bens e do nome, não havendo uma função afetiva. As autoras vão mais adiante, e demonstram como a família, após essa iniciação com o mundo afetivo, passou a valorizar a intimidade e se uniu pelo sentimento. Porém quando esse grupo falha com seu papel social de proteger os sujeitos e de transmitir os valores culturais, Ferrari e Vecina (2002) afirmam que ela fracassou no cumprimento de suas funções.

MITOS, TRANSGERACIONALIDADE E O ABUSO SEXUAL

A herança cultural, para Neuburger (1999), é transferida de geração em geração por meio de um conjunto estruturado, que diferencia cada família, chamado mito familiar. Esses mitos, são a base de estruturação da família, apresentam suas características primordiais, suas crenças, definindo a personalidade e a forma de interação das pessoas. Krom (2000) identifica os mitos como sendo algo que abrange um grande cenário na família, pois são conteúdos que se entrelaçam, se organizam, gerando sentidos à família, pois o que acaba se priorizando é a manutenção de uma organização familiar fictícia. Dessa forma, o que se analisa é uma “crença cega” que existe nas famílias onde se perpetua o abuso sexual infantil, pois as ações são permanentes, e são passadas de uma geração para outra apenas um problema entre os sexos, mas também um problema entre pais e filhos, um problema familiar. O fato de se manter o silêncio conduz à perpetuação do abuso por várias gerações, porque um abuso que é praticado com uma filha e/ou filho, pode seguir para netos, ou mesmo os filhos abusados poderão abusar sexualmente de outras crianças dentro de suas famílias.



Fica evidenciado quando se tem relatos de famílias, nas quais existe o abuso sexual infantil, em que o próprio abusador ou sua esposa tenham tido um histórico de abuso sexual no passado (Belsky 1980, apud AMAZARRAY & KOLLER, 1998). Mulheres que são criadas em contexto de violência familiar, tendo sido abusadas sexualmente por seus pais, mesmo acreditando que o que ocorreu com elas não era correto, passam a agir da mesma forma que suas mães, encontrando parceiros que agem de forma agressiva e dominadora, e mantêm o segredo familiar que foi gerado pela família, demonstrando que existe uma repetição de uma dinâmica familiar anterior.

As formas geradas por essas famílias que perpetuam o abuso podem ter sua origem e seu canal difusor no próprio abusador. É ele quem inicia a forma de relacionamento com a criança, pois depende de sua atuação conquistar a criança para que ela inicialmente se vincule a ele. Diante da situação, é “exigido” do abusador que tenha um discurso, em um primeiro momento, extremamente sedutor, sabendo utilizar-se das palavras de forma correta sendo carinhoso e eloquente nos elogios (FERRARI & VECINA, 2002).

A MÃE E SUA PARTICIPAÇÃO

É seu dever de proteger a criança de qualquer adversidade que possa lhe atingir. Não obstante, o que ocorre, em muitos casos, é uma mãe que age de forma contrária ao esperado, pois ela não demonstra apoio à sua criança e de certa maneira permite que o abuso se mantenha por um longo período.

O papel do segredo na dinâmica do abuso sexual intrafamiliar que quando se entra em processo terapêutico o primeiro passo é a revelação do segredo, pois o abuso só se torna possível porque ele é secreto, se o segredo não for revelado ele pode culminar em outra relação incestuosa Madanes (1997).

DINÂMICA FAMILIAR E OS PAPÉIS SOCIAIS

Rey (2003, p. 242) assinala que “A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda a ação, ou seja, as emoções estão estreitamente associadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais, entrando assim no cenário da cultura, sendo que o que vai ser mantido ao longo das gerações é um sentimento de sofrimento e dor em relação ao que ocorreu com a criança.

A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

A população brasileira ultrapassa marca de 200 milhões de habitantes, segundo o IBGE. O Brasil tem uma população estimada em 201.032.714 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A violência, para os sanitaristas, está pautada no estudo da sua epidemiologia, bem como nos fatores de risco e na rede causal desses agravos, tanto do ponto de vista individual, no que concerne as vítimas e aos atores, como dos fatores macrosociais. A importância do Estado nessa situação se sustenta na questão da violência estrutural, que leva algumas crianças e adolescentes a serem mais vulneráveis porque sofrem cotidianamente a violação de seus direitos humanos mais elementares. A violência apresenta forte componente cultural, dificilmente superável. Em geral, os casos de violência no Brasil são registrados em situações policiais, tratando-se, portanto, de casos de violência explícita, facilmente constatada.

É o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos. Por outro lado, é preciso compreender a família como uma estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos. A família contemporânea fundamenta-se na privacidade – espaço restrito de relações pessoais afetivas.

ARAPIRACA NA VISÃO PSICANALÍTICA

Esses aspectos no abuso sexual intrafamiliar no olhar Psicanalítico no município de Arapiraca são nítidos que o mesmo, ocupa cada vez mais um lugar de evidência nas estatísticas justamente por causa dos dados que são mostrados em noticiários, e na mídia em geral. A violência sexual é imposta, não corresponde, portanto às necessidades de quem é abusado, violado ou assediado. Os resultados obtidos neste estudo ajudarão a compreender subjetivamente o panorama dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes no município, caracterizando detalhadamente o processo envolvido nos casos de abuso.

Os crimes sexuais são pouco denunciados e há falta de instrumentos adequados para registrar estatisticamente o problema, dificultando a produção de um diagnóstico nacional exato sobre a violência intrafamiliar e sexual em Arapiraca. O número real de casos é muito superior ao volume notificado à Polícia e ao Judiciário. Estudos do Departamento da secretaria de defesa social-SEDS de Alagoas de 2014, indicam que apenas 10% a 20% das vítimas denunciam a violência (DREZETT, 2000). Temos que considerar que a subnotificação dos casos de violência em geral e os de violência sexual também decorrem, em parte, do descrédito da população nas instâncias judiciárias e de segurança pública, por medo e vergonha das famílias em denunciar ofensas sexuais, por medo de perder o emprego, das atitudes de toda a sociedade – Há uma ausência de escuta social das vítimas de violência sexual (PORTELLA, 2000), (FAÚNDES

et al., 2002). No atendimento a adolescentes e crianças, os profissionais de saúde e de educação procuram sempre transferir o problema para outros serviços, como o judiciário, o setor de segurança pública ou o serviço social da instituição. Não são capacitados para tratar das questões da violência, havendo grande ausência sobre este tema nos currículos escolares (LERNER, 2000). As maiores diferenças sobre os locais da pesquisa referem-se à busca de ajuda institucional em função da menor cobertura e diversificação de serviços, a pouca divulgação dos mesmos e as dificuldades de acesso aos serviços existentes. A Tabela apresenta todos os consolidados dos dados pesquisados dos municípios da região de Alagoas, nos anos de 2009 a 2013.

ANOS	MESES												Total	Média /ano
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
2009	16	18	23	27	25	28	21	20	29	31	34	36	308	6,16%
2010	18	22	24	28	30	32	34	36	32	33	34	39	362	7,24%
2011	26	29	34	36	39	42	44	42	45	47	46	48	478	9,56%
2012	36	38	42	44	48	47	54	53	50	49	48	46	555	11,11%
2013	38	41	43	47	48	56	55	57	58	60	68	72	643	12,87%

Numero de Casos de Violência Sexual Intrafamiliar no Estado de Alagoas no Período de (2009 a 2013). Somam-se um total de 4.995 vítimas de violências em todo Estado de Alagoas.

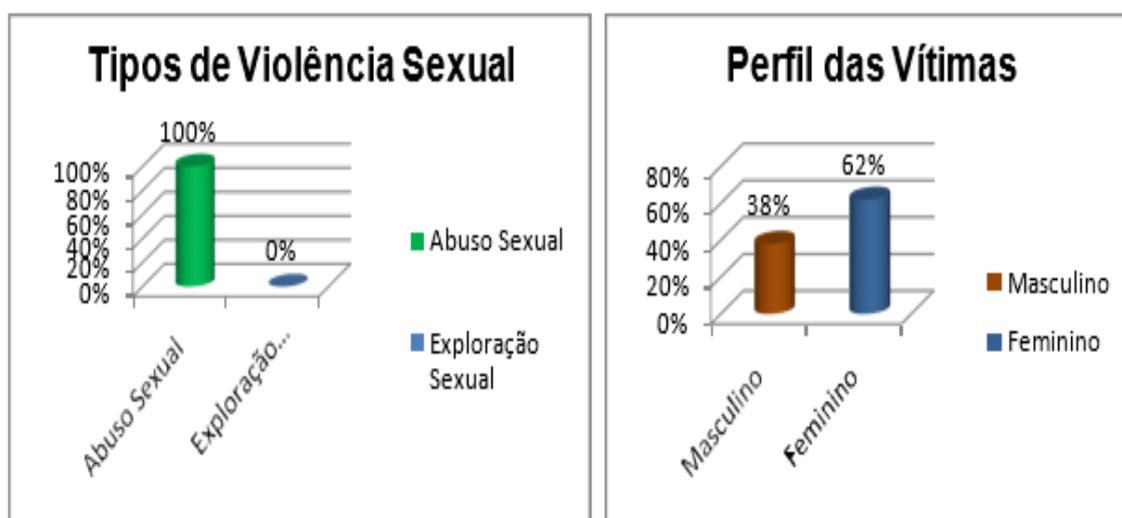
ANÁLISES DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Diverge muito da situação de antes, em que a família tinha que lidar sozinha com todo o drama, contando, no máximo, com o sistema policial e judicial, os quais não possuíam preparo específico para lidar com esse tipo de problemática, na medida em que costumam trabalhar com outros tipos de violência mais visíveis e legitimados. Este estudo abrangeu casos em que o agressor não era só o pai, padrasto ou a mãe da criança, pode-se avaliar a extensão do impacto da revelação e denúncia sobre a família, quando o agressor é uma dessas pessoas que integram seu núcleo familiar. O conhecimento produzido a partir dessas análises pode ampliar a compreensão do fenômeno estudado, e ser útil para subsidiar programas de prevenção e apoio na criação de novas políticas públicas sociais, pois observou-se que os dados estatísticos do Estado e do Município vem crescendo em ritmo acelerado onde entende-se que a atuação dos poderes públicos estão aquém dos problemas existenciais oriundos de vários segmentos da sociedade, e se faz necessário um estudo aprofundado para realizar intervenções urgentes nesse contexto social, com isso, vê-se a necessidade de discussões a respeito de políticas públicas emergenciais em todas as áreas do contexto social, tanto a nível municipal, como a nível estadual.

O número de casos de violência sexual intrafamiliar no município de Arapiraca no período de 2009 a 2013 foram distribuídos da seguinte forma: em 2009, foram 20 casos: tipos de violência sexual, 98% abusos sexual e 2% de violência sexual, com perfil da vítima 74% sendo do sexo feminino e 26% do sexo masculino, já em 2010 foram 28 casos, onde o perfil da vítima era mais feminino do que masculino, e quanto a idade o maior percentual varia entre os 7 a 14 anos de idade, o perfil do agressor vai desde o pai, avô padrasto, tios e outros. Em 2011, foram atendidos 30 casos; em 2012 foram 40 casos e em 2013 foram 48 casos, todos seguem o mesmo perfil acima citado e também a ocorrência de casos sempre tende a aumentar, isto foi percebido durante todo o levantamento da pesquisa e na análise dos casos por ano e perfil da vítima e dos agressores com ou sem vínculos familiares.

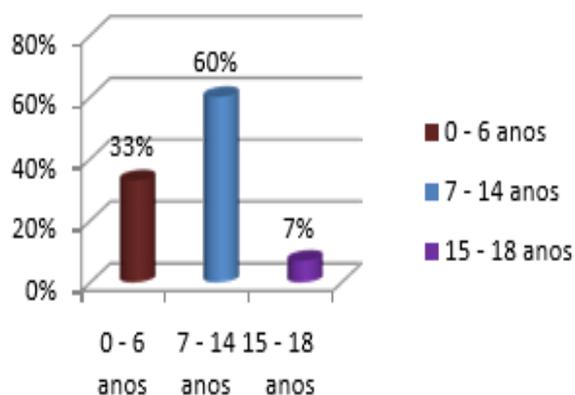
Os gráficos referentes ao ano de 2013, demonstram todas as distribuições de casos e perfis incluídos na análise da pesquisa.

Total de casos atendidos: 48 – Ano: 2013

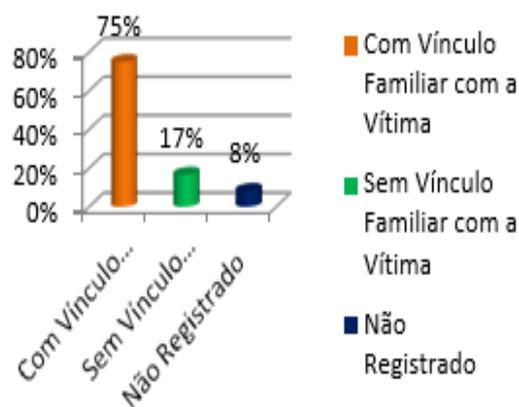


Fonte: Boletim Anual de Estatísticas Criminal de Alagoas Secretaria de Estado de Defesa Social -SEDS.

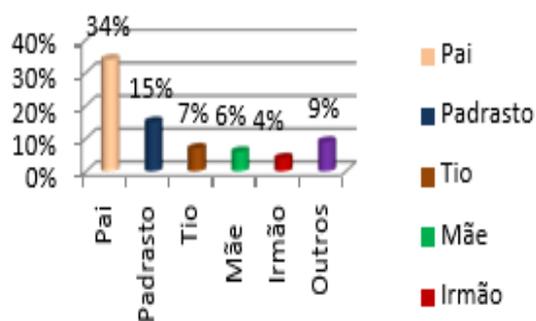
Perfil da Idade da Vítima



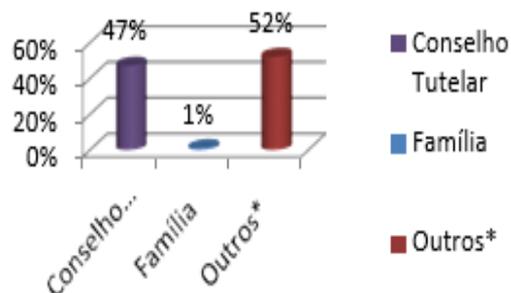
Perfil do Agressor



Perfil do Agressor (Com Vínculo Familiar - 40 casos)



Origem do Encaminhamento dos Casos



Fonte: Boletim Anual de Estatísticas Criminal de Alagoas Secretaria de Estado de Defesa Social-SEDS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, foi possível descrever em parte o significado da experiência do abuso sexual para a criança e suas consequências físicas, cognitivas e psicossociais. Entretanto, podem ser estabelecidas determinadas consequências muito comuns em vítimas de abuso sexual, como a ansiedade e o comportamento sexual inadequado. Mesmo que uma criança, vítima de abuso sexual, não apresente sintomas externos ou se esses são de pouca relevância, isto não quer dizer que ela não sofra ou não venha a sofrer no seu interior com os efeitos dessa experiência. Dessa forma, faz-se necessário providenciar uma capacitação especializada para os profissionais de educação e saúde de modo que os mesmos estejam preparados para identificar corretamente os casos de abuso sexual infantil. Outro aspecto também relevante é a participação das equipes multiprofissionais nas redes de proteção à criança e ao adolescente que se por ventura existam na região de atendimento das unidades cabíveis, como forma de complementar as ações do setor saúde, justiça, escola, entre outros. Mediante ao notório, vê-se a quão importância de criação de políticas públicas com eficácia com propósito de amenizar os danos de outrem e prevenir outros futuros.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, M. R. & Koller S. H. (1998). **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre. UFRGS, 1998. 11(3), pp. 559-578.

ARAÚJO, M. F. (2002). **Violência e abuso sexual na família**. Psicologia em Estudo, 7(2), 3-11, 2002.

AZEVEDO, M. A. & Guerra V.N. A. (1988). **Pele de asno não é só história...**: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Iglu.

_____. (1998). **Infância e Violência Fatal em Família**. São Paulo: IGLU.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes**. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de Azevedo (orgs.). Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. 1ª ed. São Paulo/SP: Igulu, 1988.

_____. **Vitimação e Vitimização: Questões Conceituais**. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de Azevedo (orgs.). Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. 1ª ed. São Paulo/SP: Igulu, 1988.

_____. **Incesto Ordinário: a Vitimização Sexual Doméstica da Mulher- Criança e suas consequências Psicológicas.** In: AZEVEDO, Maria Amélia de e AZEVEDO, Viviane Nogueira de. *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. 3ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000.

BELSKY, J. (1980). **Child maltreatment: an ecological integration.** *American Psychologist*, 35, 320-335.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990** dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União de 3716/07/1990. [online]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8069.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2006.

BRONFENBRENNER, U (2002). **Ecologia do desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artmed.

KALICHMAN, S. C. (1993). **Mandated reporting of suspected child abuse: Ethics, law & policy.** Washington, DC: American Psychological Association.

KAPLAN e SADOCK. **Compêndio de Psiquiatria.** 2ª ed. Porto Alegre /RS: Artes Médicas, 1990.

KAPLAN. H. I., Sadock, B. J., & Grebb, J. A (1997). **Compêndio de psiquiatria: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica.** (7ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

KNUTSON, J. F. (1995). **Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences.** *Annual Review of Psychology*, 46, 401-431. [Medline]

KROM, M. (2000). **Família e Mitos - prevenção e terapia: resgatando histórias.** São Paulo: Summus.

LERNER, Théo. **Tratamento em situações de abuso sexual de crianças e adolescentes.** *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, n. 22, nov. 2000.

MADANES, C. (1997). **Sexo, amor e violência: estratégias para a transformação.** Campinas: Psy.

NEUBURGER, R. (1999). **O mito familiar.** São Paulo: Summus. Disponível em <http://www.rhamas.org.br/tese1>. Acesso em: set. 2004.



PFEIFFER, L. & SALVAGNI, E. P. (2005). **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** Jornal de Pediatria. Porto Alegre, 81(5), pp.197-204.

PORTELLA, Ana Paula. **Abordagem social sobre violência e saúde das mulheres.** Jornal da Rede Feminista de Saúde, n. 22, nov. 2000.

LAPLANCHE, J & Pontalis, J. (1998). **Vocabulário de Psicanálise.** (3ª edição). São Paulo: Martins Fontes.

REY, F. G. (2003). **Sujeito e Subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson.

_____. (2004). **Personalidade, Saúde e Modo de Vida.** São Paulo: Thomson.

SANDERSON, C. (2005). **Abuso sexual em crianças:** fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abuso sexuais. São Paulo: M. Books.



ÍNDICE DE DEPRESSÃO EM MULHERES RESIDENTES EM UM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Karine Nogueira de Souza¹

RESUMO

Os assentamentos da Reforma Agrária, tem se tornado um espaço de reconhecimento das lutas femininas, onde estas aparecem como titulares em quase 50% das parcelas. Nesse sentido, desenvolveu-se o estudo em um assentamento da Reforma Agrária localizado no município de Sidrolândia - MS, a fim de conhecer o histórico e as formas de inserção das mulheres. Através da análise quantitativa verificar a incidência de depressão e a relação desta com fatores presentes nestes locais. Depois da revisão da literatura e resultado dos instrumentos utilizados, constatou-se que a depressão encontra-se entre as doenças crônicas mais frequentes que elevam a probabilidade da migração do campo para cidade, na medida em que se busca a solução das dificuldades ainda presentes nos assentamentos. Sendo assim, a abordagem psicológica comum a intervenção em loco é de extrema necessidade, no sentido de melhorar a qualidade de vida e propiciar a permanência destes grupos nos assentamentos.

Palavras-chave: Depressão; Reforma agrária; Gênero; Assentamento.

RESUMEN

Los asentamientos de la Reforma Agraria, se han convertido en un espacio de reconocimiento de las luchas femeninas, donde éstas aparecen como titulares en casi el 50% de las parcelas. En ese sentido, se desarrolló el estudio en un asentamiento de la Reforma Agraria ubicado en el municipio de Sidrolândia - MS, con el objetivo de analizar el índice de depresión de las mujeres residentes en el mismo y comprender el contexto social, económico y de salud de los sujetos en cuestión. Después de la revisión de la literatura y resultado de los instrumentos utilizados, se constató que la depresión se encuentra entre las enfermedades crónicas más frecuentes que elevan la probabilidad de la migración del campo a la ciudad, en la medida en que se busca la solución de las dificultades aún presentes en los asentamientos. Siendo así, el enfoque psicológico con una intervención en el terreno es de extrema necesidad, en el sentido de mejorar la calidad de vida y propiciar la permanencia de estos grupos en los asentamientos.

Palabras-clave: Depresión; Reforma agraria; Género; Arreglo.

¹ Gestão Social– Legião da Boa Vontade – Campo Grande – MS – Brasil

INTRODUÇÃO

A partir da compreensão sobre as diferenças corporais e sexuais, culturalmente se cria na sociedade, ideais e valores sobre o que é ser homem ou mulher. Esta diferenciação se denomina representações de gênero. Desse modo, as questões de gênero encontram-se diretamente relacionadas à forma como as pessoas concebem os diferentes papéis sociais e comportamentais relacionados aos homens e às mulheres, estabelecendo padrões fixos daquilo que é “próprio” para o feminino bem como para o masculino, de forma a reproduzir regras como se fosse um comportamento natural do ser humano, originando condutas e modos únicos de se viver sua natureza sexual. Desta forma, podemos afirmar que as questões de gênero têm ligação direta com a disposição social de valores, desejos e comportamentos no que tange à sexualidade (GUIMARÃES, 2010).

As relações de gênero referem-se às relações sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Este tipo de relação desigual imposto pela sociedade antes mesmo da criança entrar na escola é comum no espaço escolar, que apenas reforça os preconceitos e privilégios de um sexo sobre outro e ajuda na construção da identidade sexual das meninas e dos meninos, utilizando-se da disciplina como instrumento para orientar a conduta das crianças segundo seu gênero.

Cada vez as mais, as mulheres conquistam seu espaço nas esferas da sociedade, e na Reforma Agrária não é diferente, a luta dos movimentos feministas, nos anos 80, incluiu no artigo 189 da Constituição Federal o direito das mulheres rurais à terra, prevendo a titulação da terra em nome do homem e da mulher ou de ambos, independente do estado civil.

A Portaria do INCRA nº 981/2003 tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos, em respeito ao código civil. No caso de separação, os homens ou as mulheres devem requisitar outra vez o acesso à terra e são os/as primeiros/as beneficiados/as com a criação de novos assentamentos da reforma agrária. No caso de terras já tituladas, os/as interessados/as podem ir ao cartório de imóveis para solicitar a modificação e inclusão do nome da mulher. No caso de assentamentos já criados, o casal deve ir ao Incra requerer a inclusão do nome da mulher na titularidade do lote apresentando os documentos que comprovem a união entre ambos.

O que faltava era colocar em prática a legislação, as mulheres continuaram a luta, e hoje, estamos perto de atingir o esperado, ao menos no que diz a número de mulheres titulares de parcelas. De acordo com o INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 48% dos titulares de lotes da Reforma Agrária são mulheres, a luta agora é para reconhecer o trabalho da mulher rural, qualificá-lo e valorizá-lo.

Falta ainda reconhecimento do trabalho da mulher camponesa, faltam estruturas básicas de saúde que busquem minimizar incidência de fatores de risco a saúde. Entre os fatores de risco preocupantes a saúde da mulher rural encontra-se a depressão.

A depressão tem sido considerada por alguns estudiosos o mal do século, porém pouco tem sido feito para minimizar seus efeitos e percepção de seus sintomas, o número de mulheres com depressão tem aumentado nos últimos anos, devido a carga de pressão da sociedade e busca constante de realização.

Só no Brasil a doença afeta 36 milhões de pessoas. Estudos apontam que no mundo todo 25% das mulheres contra 15% dos homens poderão sofrer com o problema. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) trata-se da segunda maior causa de perda de qualidade de vida.

Neste sentido se faz necessário o estudo do índice de depressão em mulheres residentes em assentamentos da reforma agrária, onde pouco se tem acesso ao tratamento e a profissionais que busquem trabalhar no sentido de promoção a saúde e prevenção de sintomas, de forma que o público que possui quase metade das parcelas da reforma agrária em seu nome e o público com maior incidência de depressão ficam descobertos das políticas públicas de saúde que deveriam as favorecer.

GÊNERO E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

De acordo com Cerqueira e Francisco (s/d), o objetivo da reforma agrária é realizar a redistribuição das propriedades rurais, efetuando a distribuição da terra para a realização de sua função social. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, cuja maior parte aproveitável não é utilizada) e distribui lotes de terras para famílias camponesas.

Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. No entanto, esse estatuto não é posto em prática, visto que várias famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por grandes latifundiários (CERQUEIRA E FRANCISCO, s/d).

Cerqueira e Francisco (s/d), afirmam que no Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras. Esse problema teve início em 1530, com a criação das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais.

Como afirmam Cerqueira e Francisco (s/d), a realização da reforma agrária no Brasil é lenta e enfrenta várias barreiras, entre elas podemos destacar a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários), dificuldades jurídicas, além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias que recebem lotes de terras da reforma agrária necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de adubos, sementes e máquinas, os assentamentos necessitam de infraestrutura, entre outros aspectos. Porém, é de extrema importância a realização da reforma agrária no país, proporcionando terra para a população trabalhar, aumentando a produção agrícola, redução das desigualdades sociais, democratização da estrutura fundiária, etc.

Nesse contexto, vários movimentos da sociedade civil organizada estão lutando para a conquista de seus direitos, exercendo grande pressão para a distribuição de terras, sendo a ocupação de propriedades consideradas improdutivas a principal manifestação destes movimentos (CERQUEIRA E FRANCISCO, s/d).

Cerqueira e Francisco (s/d) nos esclarecem que, as propriedades rurais destinadas para a reforma agrária podem ser obtidas pela União de duas formas: expropriação e compra. A expropriação é a modalidade original para a obtenção de terras para a reforma. Está prevista na Lei 8.629/93, que diz: “a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação”. Quem estabelece se uma propriedade cumpre sua função social prevista na lei é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que a partir de índices de produtividade predeterminados avalia se a terra é produtiva ou não.

A outra forma de aquisição da propriedade rural para fins de reforma agrária é a compra direta de terras de seus proprietários. Conforme dados do INCRA, de 2003 a 2009, o Governo do Brasil comprou mais de 40 milhões de hectares para realizar a reforma, enquanto a expropriação atingiu apenas 3 milhões de hectares. A obtenção de terras através da compra é muito criticada, pois a União, ao pagar pelo imóvel rural, proporciona as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra (CERQUEIRA E FRANCISCO, s/d).

A questão de gênero nos grupos rurais pouco é discutida e fomentada, deixando a participação da mulher na Reforma Agrária oculta e com participação menor que a real. É importante discutirmos aqui os conceitos de gênero para melhor estabelecermos a ligação entre o trabalho da mulher e a Reforma Agrária.

De acordo com Herrera (2013) *apud* Scott (1995), nem sempre o uso generalizado do termo Gênero tem sido positivo, pois diferentes correntes teóricas discutem o tema de forma discordante, podendo destacar quatro interpretações diferenciadas, são elas:

- (i) a que trata o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais (conforme o contexto e suas representações simbólicas), sendo este o primeiro modo que dá significado às relações de poder;
- (ii) os conceitos normativos, que afirmam de maneira categórica o sentido do

- 
-
- feminino e do masculino, legitimando e dando sentido a essa oposição binária, resultando em uma posição masculina dominante;
- (iii) perspectivas que reduzem o conceito de gênero à relação de parentesco;
 - (iv) o gênero como parte da identidade subjetiva, sendo esta uma contribuição da psicanálise para a interpretação da reprodução do gênero (SCOTT, 1995)

A mesma autora ainda nos diz, o conceito de gênero deve ser analisado desde uma perspectiva integradora das quatro vertentes apontadas anteriormente, ressaltando que seu conceito parte do pressuposto que “o gênero é a forma primária de dar significado às relações de poder”. Permitindo assim o entendimento do papel que a mulher representa em seu meio (SCOTT, 1995, p.88).

MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA

Quase metade da população brasileira titular de terras da reforma agrária é do sexo feminino. O levantamento mais recente do Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SIPRA), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aponta que o percentual de mulheres ultrapassa os 48% do total dos beneficiários entre os anos 2008 e 2010. Até o começo dos anos 2000, apenas 13% das assentadas tinham o título do lote.

O índice é reflexo de duas normatizações instituídas há menos de dez anos: a portaria nº 981/2003, publicada pelo Incra, que estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável, e a Instrução Normativa nº 38/2007, também do Incra, que ajusta os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. As medidas jurídicas asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família, e elevaram o índice de atuação das mulheres em aproximadamente quatro vezes.

De acordo com Karolyna Marin Herrera (2013 *apud* Faria, 2009), por mais que exista um esforço dos órgãos responsáveis em mostrar o trabalho da mulher na Reforma Agrária, este ainda se mantém fortemente marcado pela divisão sexual da mão de obra, em função dos contextos históricos que apontam grandes diferenciações entre homens e mulheres. O que proporciona mostrar à sociedade o reconhecimento público do trabalho produtivo para os homens e as mulheres o trabalho da casa, privado.

Muitas das atividades exercidas pelas mulheres não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas na sociedade em torno do trabalho, fazendo com que nos dias de hoje, a mulher no meio rural ainda seja subestimada pela sociedade. Podemos considerar o trabalho da mulher nos assentamentos como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que apesar disto, vai muito além do trabalho doméstico. As mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, como também realizam as atividades produtivas da roça, como o plantio e a colheita para consumo familiar, a ordenha das vacas e práticas em pequena escala para comercialização e economia familiar (HERRERA 2013 *apud* FARIA, 2009).



Existem hoje várias tentativas por parte de acadêmicos e órgãos oficiais (tais como, o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA e Organização das Nações Unidas- ONU) de realizar formas que deem reconhecimento ao trabalho da mulher no campo. Algumas destas abordagens visam levar a crer a mudança da condição da mulher no meio rural se daria a partir de sua independência financeira, e que para isso deve-se evidenciar a importância da igualdade de remuneração entre homens e mulheres em atividades produtivas. Por outro lado, demais correntes, acreditam que através da descrição das atividades produtivas e reprodutivas realizadas pelas mulheres seria possível estabelecer a mensuração do trabalho realizado (principalmente em relação às atividades reprodutivas) e conseqüentemente, poderia se alcançar o reconhecimento do papel da mulher por parte da sociedade (HERRERA, 2013 *apud* CARRASCO, 2006).

DEPRESSÃO

A depressão é uma síndrome psiquiátrica comum em grande parte da população; estima-se que esteja presente em 3% a 5% desta. Já em pacientes clínicos, a incidência desta dobra, sendo encontrada em 5% a 10% dos pacientes ambulatoriais e 9% a 16% de internados. Mesmo com esta alta prevalência em populações clínicas, a depressão ainda é subdiagnosticada e, quando corretamente diagnosticada, é muitas vezes tratada de forma inadequada, com subdoses de medicamentos e manutenção de sintomas residuais, que comprometem a evolução clínica dos pacientes. Apenas 35% dos doentes são diagnosticados e tratados adequadamente (TENG et al, 2005).

Smeltzer e Bare (2005) definem depressão como resposta comum aos conflitos de saúde e constitui como um problema muitas vezes não diagnosticado na população, as pessoas procuram o serviço de saúde por outras causas sendo diagnosticadas manifestações físicas da depressão.

A depressão é diferente do sentimento de tristeza por ser mais duradoura e intensa apresentando desempenho prejudicado. Pessoas depressivas apresentam humor diminuído durante atividades que são prazerosas em um período de duas semanas. Outras pessoas se relacionam com o meio exterior escondendo o seu sofrimento, escondem seus sentimentos de tristezas por meses ou anos, ocasionando surpresa em seus familiares e pessoas de sua convivência (SMELTZER; BARE, 2005).

De acordo com Pedroso e Oliveira (2007) há quatro tipos de depressão, sendo elas: depressão reativa que são desordens de ajustamento com humor ansioso, neurótica caracterizada por depressão menor ou distímia, unipolar (depressão maior), bipolar definida por psicose maníaca depressiva e a depressão secundária.

Um distúrbio depressivo é doloroso e incapacitante do ponto de vista psicofisiológico. O sentimento de depressão é maior que o sentimento de tristeza, a depressão afeta o pensamento dos indivíduos sobre o



futuro, alterando assim sua atitude sobre si mesma, uma pessoa com este distúrbio pode ficar tão angustiada que expressa desmotivação. Quando os sintomas tornam-se mais acentuados provocam interferência na vida social e emocional da pessoa, quando se apresenta dessa forma é um sinal de distúrbio do humor (NETTINA, 2003).

Nettina (2003, p. 1597) ressalta que: “as causas exatas dos distúrbios depressivos não foram estabelecidas, acreditando-se que os referidos distúrbios resultem de interações complexas entre diversos fatores”.

DEPRESSÃO E GÊNERO

A maior parte dos estudos epidemiológicos (e.g. Paykel e Cooper, 1991; Culbertson, 1997; Kornstein, 1997) demonstram a existência de uma maior incidência de depressão na mulher, sendo a média da razão inter-sexos nos diferentes estudos, esse valor seja diferente consoante o tipo de depressão, sendo considerado: nos quadros depressivos de causa predominantemente biológica (clássicas depressões endógenas) aquela é menor, enquanto que nos quadros depressivos de causa predominantemente psicológica (clássicas depressões neuróticas) ela é maior.

Além disso, na comparação destes dados com os de outros países, alguns dos autores constataram que só são diferentes (isto é, anula-se a diferença referida da incidência) em relação aos países em vias de desenvolvimento tais como a Índia, Nova Guiné e o Iraque.

Este tipo de resultado, apoiou a tendência para fundamentar não só a ideia de que a mulher sofre mais de depressão do que o homem, como também para se pensar que essa maior incidência resultará de fatores predominantemente psicológicos. Mas se tomarmos em linha de conta critérios de diagnóstico que envolvem, para além dos quadros clínicos expressamente depressivos, também os quadros clínicos habitualmente tidos como “máscaras depressivas” ou mesmo como indicadores depressivos (tais como o alcoolismo e as tentativas de suicídio), constatamos que a diferença quanto à incidência de depressão nos dois sexos tende a anular-se. Este tipo de estudos fundamentou a hipótese da expressão diferencial da doença nos dois sexos, não deixando contudo de se manter a questão da diferente incidência, apesar do tipo de quadro clínico considerado.

De acordo com a revista Boa Saúde (2007) a maior incidência de depressão em mulheres se inicia na adolescência, com as reviravoltas das expectativas. Nesta fase da vida se inicia a formação da identidade, o despertar da sexualidade, as alterações hormonais e o abandona das noções da infância. Esse processo de mudança acontece de forma diferente entre meninos e meninas, podendo ser este um dos fatores de risco da depressão.



Já na vida adulta um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de depressão nas mulheres são os fatores estressantes especificamente vividos pelas mesmas. Com as responsabilidades da casa e do trabalho, a necessidade de criar os filhos e ser cuidadora dos parentes mais velhos. A vida reprodutiva das mulheres também se apresenta como fator agravante, o ciclo menstrual, gravidez, período pós-parto, infertilidade e menopausa. Tais fatores relacionam-se a flutuações de humor desenvolvendo na maioria das vezes a depressão (BOA SAÚDE, 2007).

A mesma autora afirma que características individuais parecem aumentar o risco de depressão, como: pessimismo, baixa autoestima, sensação de ter pouco controle sobre os acontecimentos da vida, propensão à preocupação extrema. Esses fatores aumentariam o efeito do estresse na vida da pessoa, bem como a forma como elas lidam com os problemas. Alguns autores acreditam que a forma como as meninas são criadas favorecem o desenvolvimento dessas características, podendo explicar em parte o maior risco das mulheres em apresentar depressão.

De acordo com as Revista Boa Saúde (2007) as mulheres que foram violentadas quando crianças apresentam maior risco de desenvolver depressão que também ocorre constantemente em mulheres vítimas de estupro depois de adultas. O assédio sexual no trabalho e a agressão física também são fatores de risco, pois favorece a baixa autoestima, o sentimento de culpa e isolamento social.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com uma abordagem quantitativa, realizado em um assentamento da reforma agrária, na cidade de Sidrolândia/MS, buscando-se, na revisão de literatura, compreender o contexto social, econômico e de saúde a que esses indivíduos estão inseridos.

LOCAL

O assentamento escolhido, se localiza no município de Sidrolândia, a 45 km da cidade e aproximadamente 110 km de Campo Grande.

O assentamento é formado por 350 famílias advindas de várias cidades do estado e algumas do Rio Grande do Sul.

A renda das famílias provém do trabalho na terra, sendo que no assentamento existem escolas públicas e uma agrícola, posto de saúde, correios e vários mercados e lanchonetes que também são fontes de renda para algumas famílias, seja elas proprietárias ou funcionárias do mesmo.

PROCEDIMENTOS

Fez-se contato com as mulheres, com o objetivo de permitir a realização do estudo. A autorização foi formulada, e a coleta de informações teve seu início após consentimento livre e esclarecido dos participantes, segundo a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa realizada com seres humanos.

A coleta de dados será realizada utilizando-se, um formulário estruturado e tendo, como técnica, a entrevista. Constando de quatro partes: a primeira, relacionada à identificação; a segunda, explorando seus aspectos sociais; a terceira, identificando os problemas de saúde, e a última, questionando aspectos quanto à permanência da mulher no assentamento.

PARTICIPANTES

Como critérios para a participação do estudo será utilizado os seguintes itens:

- a) Ser mulher;
- b) Não ter diagnóstico de Alzheimer;
- c) Ter 18 anos ou mais;
- d) Ser moradora do assentamento há mais de 2 anos;

Participarão desse estudo 20 mulheres, residentes no assentamento do município de Sidrolândia – MS.

As entrevistas serão realizadas na residência das moradoras, observando-se os aspectos éticos e legais no que se refere ao anonimato das entrevistadas. A análise dos dados será baseada na estatística descritiva à luz das informações colhidas, dos objetivos propostos e da revisão de literatura.

INSTRUMENTOS

O Inventário de Depressão de Beck (*Beck Depression Inventory*); Beck et al., 1961; BDI) é provavelmente a medida de autoavaliação de depressão mais amplamente usada tanto em pesquisa como em clínica (e.g. Dunn et al., 1993), tendo sido traduzido para vários idiomas e validado em diferentes países.

A escala original consiste de 21 itens, incluindo sintomas e atitudes, cuja intensidade varia de 0 a 3. Os itens referem-se a tristeza, pessimismo, sensação de fracasso, falta de satisfação, sensação de culpa,

sensação de punição, autodepreciação, auto-acusações, ideias suicidas, crises de choro, irritabilidade, retração social, indecisão, distorção da imagem corporal, inibição para o trabalho, distúrbio do sono, fadiga, perda de apetite, perda de peso, preocupação somática, diminuição de libido.

As validades concorrentes do BDI em relação a outras avaliações clínicas de depressão, tais como as escalas de Hamilton (Hamilton, 1960) e de Zung (Zung, 1965), são altas para pacientes psiquiátricos (0,72 e 0,76, respectivamente; (Beck et al., 1988).

Há várias propostas de diferentes pontos de corte para distinguir os níveis de depressão utilizando o BDI (Beck et al., 1961; Gotlib, 1984; Oliver e Simmons, 1984; Tanaka-Matsumi e Kameoka, 1986; Louks et al., 1989). De acordo com Beck et al (1988), a escolha do ponto de corte adequado depende da natureza da amostra e dos objetivos do estudo. Para amostras de pacientes com transtorno afetivo o “Center for Cognitive Therapy” (Beck et al., 1988) recomenda os seguintes pontos de corte: menor que 10 = sem depressão ou depressão mínima; de 10 a 18 = depressão, de leve a moderada; de 19 a 29 = depressão, de moderada a grave; de 30 a 63 = depressão grave.

Já para amostras não diagnosticadas as diretrizes são diferentes. Steer (comunicação pessoal) e Kendall et al. (1987) recomendam escores acima de 15 para detectar disforia e concluem que o termo “depressão” deve ser apenas utilizado para os indivíduos com escores acima de 20.

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

A partir daqui pretende-se dar a conhecer os resultados obtidos, em função de toda a informação colhida tanto do questionário socioeconômico como do Inventário de Beck.

Para a apresentação adequada dos dados obtidos, recorre-se ao uso de tabelas, com os respectivos dados estatísticos obtidos, os quais serão antecidos de respectiva análise. Como todas as tabelas resultaram de um processo de estudo levado a efeito, não serão mencionados as fontes dos mesmos.

Inicialmente apresentaremos o questionário aplicado anterior ao Beck, que foram aplicados em 20 mulheres residentes no assentamento citado.

No que se refere ao grupo etário, verificamos na tabela 1, que a classe etária mais representada é a dos $\geq 32-39$ anos, com 40%, seguida da faixa dos $\geq 40-48$ anos com 25% e $\geq 53-59$ anos também com 20%, o menor grupo apresentado é o de ≥ 19 a 29 anos com 15%. A média centra-se nos 40 anos.

Tabela 01 – Distribuição das participantes segundo o grupo etário

Grupo etário	% Número	
≥ 19 - 29 anos	15	(N=03)
≥ 32 - 39 anos	40	(N=08)
≥ 40-48 anos	25	(N= 05)
≥ 53 - 59 anos	20	(N= 04)
Total	100	20

Com relação ao estado civil, 02 das participantes se caracterizam como solteiras, 04 como desquitadas e 14 como casadas. Sendo então 10% solteiras, 20% desquitadas e 70% casadas.

Tabela 02 – Distribuição das participantes de acordo com o estado civil

Estado civil	% Número	
Solteiro	10	(N = 02)
Desquitado	20	(N= 04)
Casados	70	(N=14)
Total	100	20

No que se refere a escolaridade, e como se vê na tabela n.º 03, das 20 participantes a quem foram aplicadas as escalas, 3 afirmam não ter frequentado a escola, sendo que 02 delas têm até a segunda série do ensino fundamental, 03 foram até a quarta série, 2 a quinta, 2 a sexta, 2 a sétima, 3 concluíram a oitava série, 2 terminaram o terceiro ano e 01 concluiu o ensino superior. Ou seja, a maior percentagem de mulheres, estão com a conclusão do ensino médio e até a quarta série, número que empata com as que nunca frequentaram a escola com 15%, seguem-se os que concluíram apenas a segunda, quinta, sexta, sétima e terminaram o terceiro ano do ensino médio com 10%. Com apenas 5 % surge à conclusão do ensino superior.

Tabela 03 – Distribuição das participantes segundo a escolaridade

Habilitações literárias	% Número	
Não frequentou	15	(N=03)
Segunda série	10	(N= 02)
Quarta série	15	(N=03)
Quinta série	10	(N=02)
Sexta série	10	(N=02)
Sétima série	10	(N=02)
Oitava Série	15	(N=03)
Ensino médio	10	(N=02)
Ensino superior	5	(N=01)
Total	100	20

Com relação às atividades anteriores a vinda para o Assentamento 09 das participantes disseram não ter nenhuma, as demais apresentam ocupações: doméstica, babá, vendedora, diarista, cuidadora de idosos e sitiante. Ao serem questionados sobre religião todas se dizem religiosas. Sendo que 12 delas são evangélicas, 08 católicas. Não apareceram outras religiões. Assim, 60% evangélicos, 40% católicas.

Tabela 04– Distribuição das participantes de acordo com a religião

Religião	% Número	
Evangélica	60	(N= 12)
Católica	40	(N=08)
Total	100	20

No que se refere a renda das vinte entrevistadas, quatro afirmam não ter renda alguma, sendo que 11 delas retiram a renda dos produtos da propriedade, são servidoras públicas, duas são vendedoras (Natura, Avon) e uma vende tapetes. De forma que quatro delas, ao ser inquirido sobre sua maior preocupação hoje, diz ser com relação a dinheiro, dois deles dizem não ter preocupação alguma. Um tem preocupação com relação à independência, sete delas se preocupam com a família, cinco apresentam preocupações com a saúde e uma diz que se preocupa com o dia de amanhã. Ou seja, 20% apresentam preocupação com relação a dinheiro, 10% não tem preocupação alguma, 5% preocupam-se com a independência e 35% dizem se preocupar com a família, 25% com a saúde e 5% se preocupam com o dia de amanhã.

Tabela 05– Distribuição das participantes de acordo com a maior preocupação no momento

Preocupação apresentada	% Número	
Dinheiro	20	(N=04)
Independência	5	(N=01)
Saúde	25	(N=05)
Família	35	(N=07)
Não tem preocupação	10	(N=02)
Dia de amanhã	5	(N=01)
Total	100	20

Ao serem indagados sobre a utilização do tempo livre, 10 delas realizam atividades domésticas, 07 assistem televisão, 01 realiza trabalhos manuais, 01 ouve rádio e 01 cuida dos animais. Ou seja, 50% realizam trabalhos domésticos, 35% assistem televisão, 5% cuidam dos animais, 5% ouvem rádio e 5% realizam trabalhos manuais.

Tabela 06– Distribuição das participantes de acordo com a utilização do tempo livre

Atividades	% Número	
Realizam trabalhos manuais	5	(N=01)
Assistem televisão	35	(N=07)
Ouvem rádio	5	(N=01)
Realizam atividades domésticas	50	(N=10)
Cuidam dos animais	5	(N=01)
Total	100	20

No que se refere ao contexto familiar, três das mulheres moram com esposo, filhos e netos, cinco residem com esposo e filhos, um com filhos e netos, cinco apenas com esposo, 02 com esposo e netos, 02 com filhos e 02 com pai e mãe. Sendo assim, 15% moram com esposo, filhos e netos, 25% com esposo e filhos, 5% com filhos e netos, 25% com esposo, 10% com esposo e netos, 10% com filhos e 10% residem com pai e mãe.

Tabela 07 – Distribuição das participantes no que se refere à composição da família

Composição da família	% Número	
Esposo/filhos/netos	15	(N=03)
Esposo/filhos	25	(N=05)
Filhos/netos	5	(N=01)
Esposo	25	(N=05)
Esposo/netos	10	(N=02)
Filhos	10	(N=02)
Pai/mãe	10	(N=02)
Total	100	20

Ao serem indagados sobre como avaliam sua saúde, 16 das participantes dizem ter uma boa saúde, enquanto que 2 garantem ter uma saúde regular, 1 péssima e uma 1 afirma ter ótima saúde. Ou seja, 80% boa saúde, 10% saúde regular, 5% péssima, e 5% ótima.

Tabela 08 – Distribuição de participantes com relação a avaliação da saúde

Avaliação de Saúde	% Número	
Ótima	5	(N=01)
Boa	80	(N=16)
Regular	10	(N=02)
Péssima	5	(N=01)
Total	100	20

Com relação ao tempo que residem no assentamento, 19 das entrevistadas moram há mais de 03 anos no assentamento e 01 mora entre 01 a 03 anos. No que diz respeito a satisfação com a rotina (dia a dia) do assentamento a grande maioria, 19 participantes avaliam como boa e 01 afirma que é ótima.

No que se refere ao que mais gostam no assentamento, 06 delas disseram que é cuidar da terra, 02 afirmam que são os amigos que possuem, 03 que é estar com a família, 05 gostam do sossego que o assentamento proporciona e 01 gosta do lazer. Desta forma, 30% gostam de cuidar da terra, 10% gostam dos amigos que possuem, 15% de estar com a família, 25% do sossego possível no assentamento, 5% gostam do lazer disponível no assentamento e 15% gostam de cuidar dos animais.

Tabela 09 – Distribuição das participantes com relação ao que mais gostam no assentamento

O mais gostam	% Número	
Cuidar da terra	30	(N=06)
Amigos	10	(N=02)
Estar com a família	15	(N=03)
Sossego	25	(N=05)
Lazer	5	(N=01)
Animais	15	(N=03)
Total	100	20

Com relação ao que falta no assentamento, todas as participantes afirmam ser o transporte, pois o assentamento está sem linha de ônibus para levá-las à cidade, quem não tem meio de transporte fica por dias esperando vaga nas lotações (carros particulares que cobram passagem para levar as pessoas até a cidade). Seguido de lazer que aparece em 15 dos questionários e, saúde que aparece em 05.

Inventário de Beck

Das 20 mulheres inquiridas, constata-se que 03 não se encontram deprimidos, 09 apresentam depressão leve a moderada, 05 apresentam depressão moderada a grave, enquanto que 03 participantes mostram sinais de depressão grave. Assim, apenas 15% das mulheres não apresentam sinais de depressão, 45% apresentam marcas de depressão leve a moderada, 25% moderada a grave e 15% apresenta depressão grave.

Tabela 11 – Distribuição dos idosos segundo o grau de depressão e o sexo

Sem depressão % Número	Leve a Moderada % Número	Moderada a Grave % Número	Grave % Número	Total % Número
15 (N=3)	45 (N=09)	25 (N=05)	15 (N=03)	100 (N=20)
15 03	45 09	25 05	15 03	100 20

De acordo com Kaplan et al., (1997) em indivíduos adultos há a tendência para se admitir que as mulheres são duas vezes mais acometidas pelos transtornos depressivos, quando comparadas aos homens. No entanto, Andrade et al., (2006) em seus estudos começa a apresentar resultados que contradizem estas observações, ao relatarem prevalência semelhante nos dois gêneros.

Em relação aos grupos etários, dos 19 - 29 anos, 02 não apresentam sinais de depressão, 01 ostenta depressão moderada a grave. Na faixa etária dos 32-39 anos, 2 se apresentam sem sintomas de depressão, 02 depressão leve a moderada, 03 moderada a grave e 01 apresenta vestígios de depressão grave. Das participantes com idade entre 40-48 anos, 03 apresentam depressão leve a moderada e 01 moderada a grave e 01 depressão grave. No grupo de 53 a 59 anos, 03 apresentam sintomatologia de depressão leve a moderada e 01 depressão grave.

Tabela 12 – Distribuição dos idosos segundo o grau de depressão e grupo etário

Depressão Idade	Sem depressão %	Leve a Moderada %	Moderada a Grave %	Grave	Total %
19-29 anos	10 (N=02)	0 0	5 (N=01)	0 0	15 (N=03)
32-39 anos	10 (N=02)	10 (N=02)	15 (N=03)	5 (N=01)	40 (N=08)
40-48 anos	0 0	15 (N=03)	5 (N=01)	5 (N=01)	25 (N=05)
53-59 anos	0 0	15 (N=03)	0 0	5 (N=01)	20 (N=04)
Total	20 04	40 08	25 05	15 3	100 20

Leite et al.,(2006) afirma que quando se relaciona os casos de depressão com faixa etária, encontramos que grande parte das mulheres deprimidas encontram-se no grupo de idade entre 40-59 anos. Esse resultado se relaciona com as descobertas feitas em estudos para diagnosticar depressão, em que se verificou que quanto mais aumenta a idade maior é o grau de depressão.

Das mulheres com depressão presentes no estudo, a maioria apresenta depressão leve a moderada. Os casos de depressão grave se encontram em todas as faixas etárias apresentadas, com exceção da faixa de 19 – 29 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os transtornos depressivos apresentam alta e crescente prevalência na população geral e existem evidências científicas suficientes situando as depressões entre as doenças mais comuns, prejudiciais e que causam mais custos sociais, representando um problema dos mais graves em saúde pública, com impacto em todos os níveis da sociedade (INÁCIO, 2008 apud BAHLS, 2003).

Winnicott (1990, p.106) afirma que a depressão surge como um “estado de espírito quando a dúvida sobre os fenômenos internos é grande demais, a ponto de ser necessário adotar como defesa a descida de um véu obscurecedor sobre a vida do mundo interno como um todo”.



Após aplicação e análise do questionário socioeconômico e Inventário de Beck pode-se observar que grande parte das mulheres residentes no assentamento em questão, estão acometidas por depressão e como fatores agravantes podemos citar como já posto por Inácio (2008) que os diferentes elementos econômicos, os múltiplos papéis desempenhados pela mulher na sociedade, a colocam em maior risco de Transtornos Mentais e Comportamentais.

As mulheres continuam com o peso da responsabilidade muito grande, precisam manter o posto de esposa, mães, cuidadoras e provedoras de atenção para os outros, ao mesmo tempo em que estão se transformando numa parte cada vez mais essencial da mão de obra, constituindo, em um quarto a um terço das famílias, a principal fonte de renda.

Vários autores explicam o alto índice de depressão nas mulheres por conta da expansão dos papéis, vivenciando discriminação sexual, aliada a pobreza, fome, desnutrição, grandes jornadas de trabalho, violência doméstica e sexual. Desta forma, pouco surpreende que grande parte das mulheres entrevistadas apresentem níveis de depressão.

Através da pesquisa foi possível conhecer as características das mulheres depressivas bem como as dificuldades encontradas pelas mesmas. Entre as características apresentadas foram quase todas as mesmas: tristeza, perda de interesse em atividades e diminuição da energia. Outras perdas de confiança e autoestima, sentimento injustificado de culpa, ideias de morte e suicídio, diminuição da concentração e perturbações do sono e apetite.

Pode-se perceber a necessidade de profissionais nos assentamentos que auxiliem na criação de programas de prevenção de saúde, prestando informações à população acerca da depressão, suas causas, consequências, prognósticos e tratamentos, pois quanto mais informada e consciente a população está, mais rápido busca-se o tratamento, contribuindo para o não agravamento da doença e por consequência um melhor prognóstico da doença.

A complexidade do tema exige maior aprofundamento dessas questões, porém em um campo novo de compreensão dos fenômenos depressivos, ampliando e esclarecendo pontos comuns mencionados por outros setores. O estado da depressão é extremamente difícil e complexo, mas muito útil e necessário, pois é uma queixa cada dia mais frequente na realidade dos consultórios de psiquiatria e psicologia e no dia a dia do sofrimento humano. Finalmente, acreditamos que muito ainda há para se pesquisar e que este estudo possa servir de base para outros futuros, que abordem esse tema tão rico e com tantas vertentes ainda a serem exploradas.

Este estudo permitiu conhecer melhor o assentamento em questão e a forma de vida vivenciada pelas mulheres residentes, a incidência de depressão entre as mesmas e a forma como estas se veem no assentamento. É importante que os estudos continuem sendo realizados e que a presença de pessoas que se importam com a situação permaneça, pois é visível a necessidade de profissionais preparados que conhecem o meio em questão para que possam intervir de forma positiva.



Buscou-se parceria com os movimentos de mulheres do assentamento e da região para discutir sobre o tema e juntos buscamos estratégias para melhora na qualidade de vida, porém o que se percebe é a dificuldade nas articulações sociais e a dissolução dos grupos no assentamento. O que no início era muito forte e marca das mulheres rurais hoje já não gera nenhum tipo de intervenção na vida da população rural, principalmente no que tange as mulheres.

Com certeza o interesse pela realidade da população rural e a qualidade de vida das mulheres residentes no campo continua, e a necessidade de estudos com intervenções precisas neste âmbito são muitas, principalmente a fim de fomentar atividades de promoção a saúde e valorização do trabalho da mulher no campo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.H.S.G.; VIANA, M.C. & Silveira, C.M. (2006). **Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher**. Revista de Psiquiatria Clínica, 33 (2), 43-54.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cidadania e Justiça. Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Portal Brasil, 2008. Brasília. 2008.

CARRASCO, C. **La economía feminista: una apuesta por otra economía**. In: Vara, Maria Jesús (coord.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal. 2006.p. 29-62.

CERQUEIRA, FRANCISCO. **Reforma Agrária**. Revista Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/reforma-agraria.htm>>. Acesso 10/03/2014.

CULBERTSON, F. M. **Depression and gender: An international review**. American Psychologist, 52(1), 25-31. 1997.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural**. In: BUTTO, A. (org) Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 237-266, 2010.

HERRERA, Karolyna Marin. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em : <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385050902_ARQUIVO_KarolynaMarinHerrera.pdf> Acesso: 15/04/2014.

INÁCIO, Luzia Vargas. **Assistência à saúde prestada aos usuários do SUS com diagnóstico de depressão**. Criciúma – SC. 2008. Monografia apresentada a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC Pós-Graduação Em Saúde Coletiva. Criciúma. 2008.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREB, J. A. **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1997.



KORNSTEIN, S. (1997), **Gender differences in depression:** Implications for treatment. Journal of Clinical Psychiatry, 58 (15, Suplemento), 12-18.

LEITE, V. M. M., Carvalho, E. M. F. D, Barreto, K. M. L., & Falcão, I. V. (2006). **Depressão e envelhecimento:** estudo nos participantes do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 6 (1), 31-38.

NETTINA, Sandra. **Brunner Prática de Enfermagem.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

PAYKEL, E. S. (1994). **Life events, social support and depression.** Acta Psychiatrica Scandinavica, (377, Suplemento,), 50-58.

PEDROSO ERP, OLIVEIRA R DE G. **Clínica médica.** 1ºed. Belo Horizonte: Blackbook Editora; 2007.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Recife, SOS Corpo - Gênero e Cidadania, 1996.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

WINNICOTT, D. W. (1990). **Natureza humana.** Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1988).

PREVALÊNCIA DE OSTEOPOROSE E SEUS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS EM MULHERES COM IDADE AVANÇADA

Maria Efigenia de Assis¹

Karina Calvo²

Shirley Suely Soares Veras Maciel³

RESUMO

Avaliar a prevalência de osteoporose e seus fatores de risco associados em mulheres com idade avançada. Métodos: Estudo observacional prospectivo em 90 mulheres maiores de 60 anos usuárias da Policlínica da 3ª idade de Caruaru, Pernambuco, Brasil. Foi aplicado um questionário para avaliar aspectos socioeconômicos e fatores de risco, foi realizado densitometria óssea (DEXA) de quadril e lombar. Foi analisado o teste de normalidade nas variáveis, ANOVA, teste Chi² e análise de correlação de Pearson, $p < 0,05$ e foi determinada a razão de probabilidades ou *odds ratio* (OR) e seus IC do 95%. Resultados: A prevalência de osteoporose foi de 16% com DEXA de quadril e 52% com DEXA lombar, apresentando diferença significativa, teste Chi² $p < 0,01$. Foi encontrada correlação entre DEXA de quadril e lombar ($r = 0,63$). O grupo com osteoporose apresentou maior idade, maior idade da menarca e menor índice de massa corporal (IMC) em relação ao grupo normal, $p < 0,05$. Conclusões: Há uma alta prevalência dos fatores de risco para osteoporose na população de mulheres com idade avançada usuárias do sistema público de saúde, o que reforça a importância da prevenção e o correto diagnóstico mediante determinação de DEXA, tanto lombar como de quadril.

Palavras-chave: Osteoporose; Diagnóstico; Densitometria; Fatores de risco; Mulheres.

ABSTRACT

Objectives: To assess osteoporosis and its associated risk factors in advanced age women. Methods: Prospective observational study of 90 women over 60 years of age using the Polyclinic of the third age of Caruaru, Pernambuco, Brazil. A questionnaire was applied to assess socioeconomic aspects and risk factors, bone densitometry (DEXA) of hip and lumbar was performed. The normality test was analyzed in the variables. ANOVA, Chi² test and Pearson correlation analysis, $p < 0.05$ and odds ratios (OR) and confidence interval 95% were determined. Results: The prevalence of osteoporosis was 16% with hip DEXA and 52% with lumbar DEXA, presenting a significant difference, Chi² test $p < 0.01$. A correlation was found between hip and lumbar DEXA ($r = 0.63$). The group with osteoporosis showed older age, higher age of menarche and lower body mass index (BMI) in relation to the normal group, $p < 0.05$. Conclusions: There is a high prevalence of risk factors for osteoporosis in the population of older women using the public health system, which reinforces the importance of prevention and correct diagnosis by determining both lumbar and hip DEXA.

Keywords: Osteoporosis; Diagnosis; Densitometry; Risk factors; Women.

1 Doutora em Ciências Biomedica pelo instituto Italiano de Rosario(IUNIR)Ar. efigenia1assis@Gmail.com

2 Doutora em bioquímica, professora do Instituto Universitario Italiano de Rosario(IUNIR)AR klcalvo@gmail.com

3 Doutora em Saúde Coletiva. Professora do Centro UniFavip.shirleyverasmaciel@gmail.com



INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida traz consigo um incremento na prevalência de doenças que desencadeiam morbidade e mortalidade relacionadas ao envelhecimento populacional, dentre essas doenças com alta morbidade, destaca-se a osteoporose. A fratura de fêmur é uma das principais complicações da osteoporose, provocando incapacidade física e diminuição da qualidade de vida; ademais, por ter um alto custo financeiro e social associado ao tratamento, termina aumentando os custos da própria saúde pública (MOLINA; GONZÁLEZ, 2010; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a osteoporose como uma doença caracterizada pela perda da massa óssea, aumento da fragilidade e risco de fratura. Sabe-se que a Densidade Mineral Óssea (DMO) aumenta progressivamente o risco de fratura osteopórica (KANIS, 2002). Também se sabe que a osteoporose primária afeta predominantemente à população feminina, estando associada com a declinação natural dos níveis de estrógenos (MOLINA; GONZÁLEZ, 2010; DURANS et al., 2015).

O diagnóstico dessa doença pode ser estabelecido com base na medida da DMO pela técnica de densitometria óssea (DEXA). Quando a DMO do indivíduo se compara ao de adultos jovens normais do mesmo sexo se obtém o T-score (AYAK et al., 2015; CUMMINGS et al., 2002).

A diferença entre a DMO do indivíduo e o padrão normal no qual expressa os critérios estabelecidos pela OMS é baseada nos valores de T-score de DEXA (normal de 0-1; osteopenia entre -1 e -2,5; osteoporose inferior a -2,5 Osteoporoses estabelecida Igual ou inferior a -2,5 associada à fratura por fragilidade óssea) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004).

A prevalência de osteoporose na América Latina é preocupante. No Brasil, aproximadamente 10 milhões de pessoas apresentam osteoporose, ou seja, uma em cada 17 pessoas. Já no México, estima-se aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com osteoporose ou osteopenia (RIERA-ESPINOZA, 2009). A chave para reduzir a morbidade e mortalidade relacionadas com fraturas causadas pela osteoporose reside no diagnóstico precoce da doença (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004).

Diante deste contexto, o presente estudo tem por objetivo avaliar os fatores de risco para osteoporose e determinar a prevalência, utilizando DEXA de quadril e lombar, desta doença numa população de mulheres com a idade avançada que depende do sistema de saúde público no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODO

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Bioética do Instituto Universitário Italiano de Rosário (Resolução nº 26/14), bem como pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Caruaruense de Ensino Superior (Resolução nº 797.546) e anuência da Secretaria de Saúde do município de Caruaru, Pernambuco, Brasil.

Trata-se de um estudo observacional prospectivo com uma amostra de 90 pacientes do gênero feminino. O tamanho da mostra foi calculado utilizando o software EPIDAT v3.0. A amostra foi calculada através de testes de diagnóstico emparelhados, com um nível de confiança: 95,0%; considerando uma sensibilidade dos testes diagnósticos de 80% e especificidade de 50%, foi determinada uma amostra de 87 pacientes, decidindo-se trabalhar com 90 mulheres. Foram incluídas mulheres acima de 60 anos de idade, atendidas na Policlínica da Terceira idade em Caruaru, Pernambuco, sem avaliação prévia de osteoporose e aquelas que concordaram em participar do estudo assinando o termo de consentimento livre e esclarecido. E excluídas aquelas com condições hipermetabólicas que interferem no estado nutricional e que apresentavam alguma doença associada à mudança de massa óssea (história de doença renal, síndrome da má absorção, gastrectomia ou colostomia, câncer e vírus de imunodeficiência humana/síndrome de imunodeficiência adquirida).

A coleta de dados foi realizada utilizando um questionário e escores previamente validados no Brasil, adaptado (RIBEIRO, 2006; YASUI, 2012). Contendo questões como idade, perfil socioeconômico e cultural, características reprodutivas, dados antropométricos, cor da pele, atividade física e frequência, perfil nutricional, doenças prévias, história de fraturas e exposição solar. Foi utilizado o desintômetro de dupla emissão com câmara de raios-X modelo DPX (GE Lunar Radiation Corporation, WI, USA) para o exame DEXA lombar e fêmur. Todos foram realizados na mesma clínica, a Policlínica da Terceira Idade, que presta serviço para o Sistema Único de Saúde (SUS) no referido município. Os exames foram realizados no mesmo período de tempo e no mesmo equipamento.

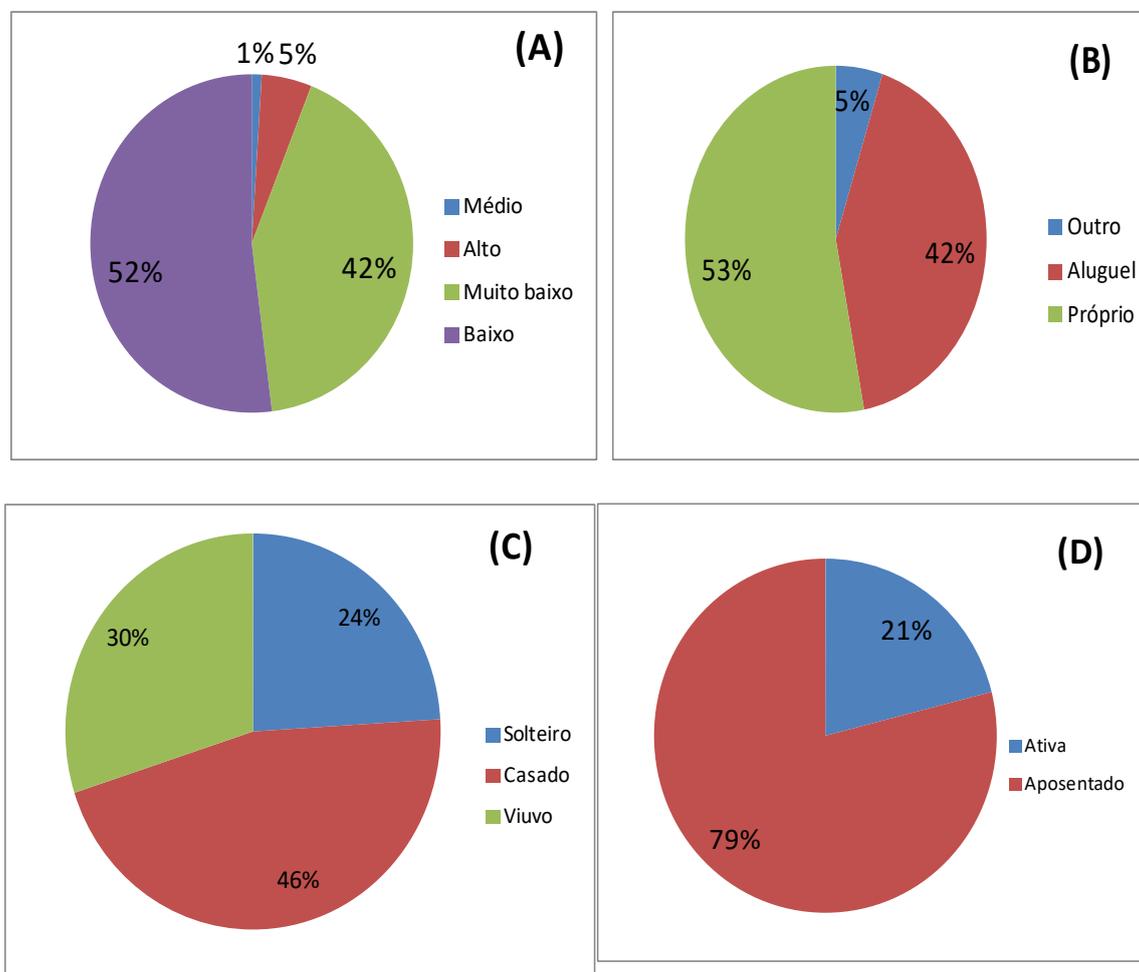
Os dados foram tabulados e analisados a partir de estatística descritiva e inferencial, utilizando o Programa Graph Pad Prism 5.0. Após passarem por testes de normalidade, realizaram-se o teste Chi quadrado, teste ANOVA ou Kruskal-Wallis e análise de correlação de Pearson, considerando um nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Também foi determinado a razão de probabilidades ou *Odds ratio* (OR) e seus IC de 95%.

RESULTADOS

A média da idade da população estudada foi de $70,2 \pm 6,4$ anos. Foram reconhecidas três raças ou ascendências: 42 (46,5%) brancas, 42 (46,5%) mestiças e 6 (7,0%) de origem africana. As características socioeconômicas podem ser vistas no Gráfico 1.

Gráfico 1

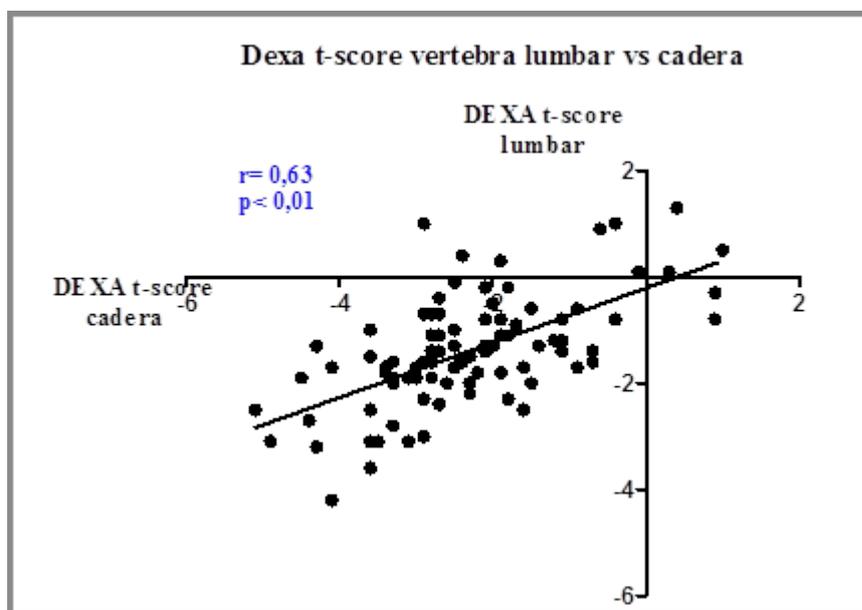
Aspectos socioeconômicos da população estudada: (A) nível de renda familiar em: muito baixo (0-1 salário mínimo), baixo (2-3 salários mínimos), médio (4-5 salários mínimos), alto (≥ 6 salários mínimos); (B) lugar de residência; (C) status de emprego; (D) estado civil .



Foi encontrada diferença significativa na prevalência de osteoporose determinada mediante DEXA fêmur e lombar, teste Chi quadrado $p < 0,01$.

Gráfico 2

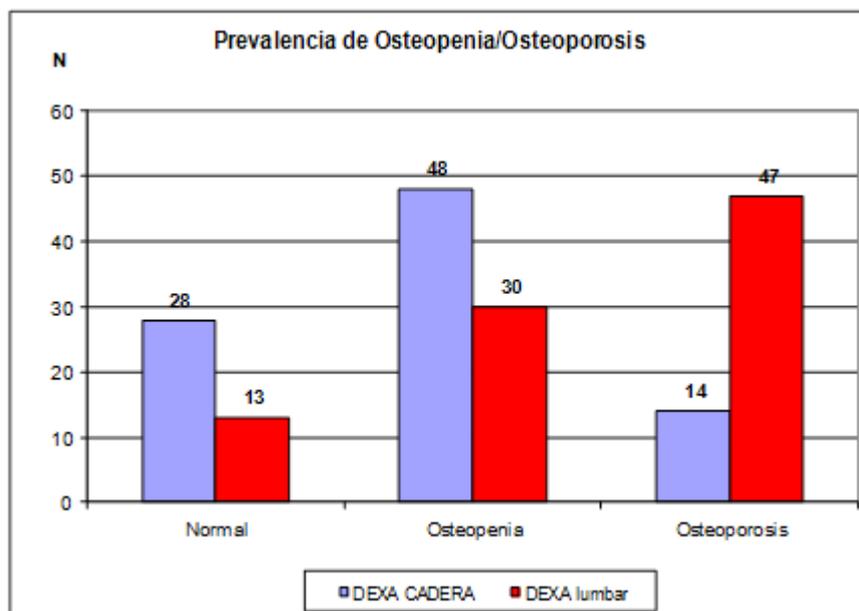
Correlação entre medições de Score T e DEXA de fêmur e lombar na população estudada e o coeficiente de correlação de Pearson.



No diagnóstico feito por DEXA quadril e lombar foram encontradas 8 (9%) discordâncias maiores, ou seja, 2 categorias: normal/osteoporose e 42 (47%) discordâncias menores: normal/osteopenia ou osteopenia/osteoporose. Obteve-se um coeficiente de correlação de Pearson $r=0,63$ (IC 95%: 0,48-0,74) e $p<0,01$ entre as medições de DMO de quadril e vértebras lombares na população estudada.

Gráfico 6

Prevalência de osteoporose e osteopenia na população estudada segundo DEXA de fêmur e lombar. (Caruaru, 2016).



Os fatores de risco encontrados são apresentados na Tabela 1, onde se pode observar sua frequência.

Tabela 1: Fatores de risco de osteoporose na população estudada (Caruaru, 2016)

Prevalência de fatores de risco	n (porcentagem)
Fraturas depois da menopausa	19 (21)
Antecedentes familiares de fraturas	48 (53)
Baixo IMC (< 22)	11 (12)
Renda familiar muito baixa	38 (42)
Baixa escolaridade (fundamental incompleta)	58 (64)
Tabagismo	5 (6)
Ingesta de cálcio inadequada	56 (62)
Ingesta de vitamina D inadequada	66 (73)
Exposição solar inadequada	35 (39)
Sedentarismo	58 (64)

Ascendência branca	42 (47)
Relacionados à fertilidade	
Menarca tardia (≥ 15 anos)	24 (27)
Menopausa Precoce (<45 anos)	8 (9)
Multiparidade (> 3 filhos)	39 (43)

Foi determinada a associação de osteopenia/osteoporose com os fatores de risco. Também foi calculada a razão de probabilidades (OR), os IC de 95% entre os pacientes normais e as que tinham osteopenia ou osteoporose (classificadas por DEXA de quadril) (Tabela 2).

Tabela 2: Relação dos Fatores de Risco de osteopenia/osteoporose (Caruaru, 2016).

Associação de osteopenia/osteoporose com fatores de risco	Normal (n=28)	Osteopenia/osteoporose (n=62)	OR	IC de OR (95%)
Fraturas depois da menopausa	1	18	11,1*	1,4-87,6
Antecedentes familiares de fratura	13	35	1,5	0,6-3,7
Baixo IMC (< 22)	1	11	5,8*	1,1-47,6
Baixa renda familiar	12	26	0,9	0,4-2,4
Baixa escolaridade	16	42	1,6	0,6-3,9
Tabagismo	1	5	2,4	0,8-1,8
Ascendência branca	14	28	0,8	0,3-2,0
Ingesta insuficiente de cálcio	16	40	1,4	0,5-3,4
Ingesta insuficiente de vitamina D	18	48	1,9	0,7-5,1
Exposição solar inadequada	12	23	0,8	0,3-2,0
Sedentarismo	16	37	1,1	0,4-2,7
Menarca tardia	5	19	2,0	0,7-6,2
Menopausa precoce	2	6	1,4	0,3-7,4
Multiparidade	12	27	1,0	0,4-2,7

* teste Fisher $p < 0,05$

DISCUSSÃO

É de particular importância o diagnóstico precoce e prevenção da osteoporose, sendo a fratura de quadril uma das principais complicações associada. Ao redor de 20% dos pacientes que sofrem dessa fratura morrem durante o primeiro ano e menos de um terço deles recuperam sua função física prévia. Tradicionalmente, DEXA é o método padrão para o diagnóstico da osteoporose nas pessoas de idade avançada e resulta na maior eficácia quando realizado a nível femoral. Existe um maior risco de fratura de quadril na medida em que aumenta a idade da mulher. Por outro lado, a literatura relata (ORUETA; GÓMEZ, 2010; RADOMINKI et al., 2004) que a determinação em coluna vertebral tem menor precisão devido a certas alterações como artrite. A dimensão óssea do fêmur tem demonstrado ser um melhor indicador de fraturas de quadril, de forma que a coluna poderia ser de utilidade para a detecção precoce de osteoporose (MOLINA; GONZÁLEZ, 2010; KASTURI et al., 2009).

Em um estudo realizado em 2.769 mulheres pós-menopáusicas pelo grupo de (DEMIR et al., 2008) encontrou-se 16,2% de osteoporose e 39,2% de osteopenia, valores similares aos encontrados no presente trabalho utilizando DEXA de quadril. Embora a incidência de osteoporose seja maior utilizando DEXA lombar em relação ao quadril, os valores de ambas as determinações apresentam uma boa relação linear. Uma fração importante dos pacientes apresentam diferenças no diagnóstico de acordo com o lugar onde se realiza DEXA, mas só 9% com discordâncias maiores (normal/osteoporose). Isto é similar a um estudo transversal realizado por (MOAYYERI et al., 2005). Com 4.229 pacientes se verificou que 42% foi de discordâncias entre DEXA lombar e quadril, sendo somente 3% de ordem maior. Trinta por cento (30%) dos participantes têm T-scores lombar maior que o T-score de quadril, o que se traduz em menor diagnóstico de osteoporose por DEXA de quadril (MOAYYERI et al., 2005). Portanto, não seria incorreto realizar a determinação de DMO em ambas as localizações para um diagnóstico.

Os fatores de riscos mais prevalentes de osteoporose na população estudada estão relacionados a uma deficiência nutricional (ingesta de cálcio e vitamina D inadequada), porém, não estão incrementados no grupo com DMO diminuído. A ascendência branca é considerada um fator de risco, mas neste estudo a prevalência de osteopenia e osteoporose não foi maior nesta raça como tem sido em outros trabalhos (FERREIRA et al., 2013; SOUZA, 2010).

Na população estudada, já era de se esperar, que a maioria dos pacientes que recorreu aos serviços públicos de saúde apresenta um nível muito baixo de educação formal e renda familiar. Porém, diferentemente de outros estudos (COSTA et al., 2003; FREITAS et al., 2012; BRENNAN et al., 2009), onde se identifica menor escolaridade ou baixa renda familiar como fatores predisponentes de osteoporose, estas características não estão relacionadas com a diminuição da DMO.



Os fatores nutricionais como ingestão insuficiente de cálcio ou vitamina D não se apresentaram como risco de osteopenia/osteoporose na população estudada, assim como também o tabagismo ou o sedentarismo. Já as carências nutricionais são fatores de risco para a osteoporose, corroborando com um outro estudo (MOAYYERI et al., 2005).

O exercício tem um importante efeito sobre a saúde óssea da pessoa com idade avançada e se associa com um menor risco de fraturas de fêmur (DEMIR et al.,2008; PINHEIRO et al., 2010). Em um estudo em 246 pessoas com fratura de fêmur por osteoporose, não se observou diferenças entre os casos e os controles com respeito à idade de início da menopausa, hábito de fumar ou exposição ao sol (MOSQUERA et al., 1998).

Na população estudada, as fraturas depois da menopausa estão fortemente associadas com a osteopenia e osteoporose, são onze (11) vezes mais frequentes nos grupos com DMO diminuída. A incidência de fratura menopáusicas está intimamente relacionada com um decréscimo da DMO e constituem o subgrupo de osteoporose estabelecida (KANIS,2002).

Um índice de massa corporal menor a 22 aumenta quase 6 vezes o risco de desenvolver osteopenia a osteoporose, e as pacientes com osteoporose apresentam menor IMC que os outros grupos, isto também tem sido posto em evidência por outros autores (DEMIR et al.,2008; PINHEIRO et al.,2010).

Observa-se maior idade no grupo de pacientes com osteoporose em comparação com aquelas que apresentam osteopenia ou têm um DMO normal, isto provavelmente deve-se a uma declinação natural da densidade óssea com os anos.

A idade da menarca é significativamente maior no grupo de pacientes com osteoporose, representando assim o único fator de risco relacionado com a fertilidade nesta população. À diferença de outros estudos que encontraram que as mulheres com períodos férteis mais curtos, múltiparas ou com menopausa precoce têm maior risco de desenvolver osteoporose posmenopausa (DEMIR et al.,2008; SOUZA, 2010).

CONCLUSÃO

Existe uma alta prevalência dos fatores de risco para osteoporose na população de mulheres com idade avançada que busca atendimento no sistema público de saúde. Este cuidado reforça a importância da prevenção e o diagnóstico precoce desta doença mediante determinação de DEXA tanto lombar como de quadril.

REFERÊNCIAS

BRENNAN, S. et al. **The association between socioeconomic status and osteoporotic fracture in population-based adults: a systematic review.** Osteoporos Int, v. 20, n.9, p. 1487-1497, 2009.

COSTA, P. L. et al. **Prevalência de osteoporose em mulheres na pós-menopausa e associação com fatores clínicos e reprodutivos.** Ver Bras Ginecol Obstet, v.25, n.7, p. 507-512, 2003.

CUMMINGS, S.R. et al. **Clinical use of bone densitometry: scientific review.** JAMA, v.288, n.15, p.1889-189, 2002.

DEMIR, B. et al. **Identification of the risk factors for osteoporosis among postmenopausal women.** Maturitas, v. 60, p. 253-256, 2008.

DURANS, C. A.L. et al. **Osteoporosis in primary care: an opportunity approach riscfactors.** Rev Bras Reumatol, v.56, n. 2, p. 111-116, 2015.

FERREIRA, M. L. et.al. **Prevalência da osteoporose em mulheres atendidas em uma clínica particular em Vitória, ES.** Sapientia-PioXII, v.12, n.1, p. 54-58, 2013.

FREITAS, S. N.M.et.al. **Qualidade de vida e capacidade funcional de idosos com osteoporose.** Rev Min Enferm, v.16, n. 3, p. 330-338, 2012.

KANIS, J.A. **Diagnosis of osteoporosis and assessment of fracture risk.** Lancet v.359, n.9321, p. 1929-36, 2002.

KASTURI, G.C. et al. **A review of osteoporosis: part I. Impact, pathophysiology, diagnosis and unique role of the physiatrist.** PMR, v.1, n.3, p.254-60, 2009.

MOAYYERI, A. et al. **Discordance in diagnosis of osteoporosis using spine and hip bone densitometry.** BMC, v.5, n.3, p,1-6, 2005.

MOLINA, R.J.F.GONZÁLEZ, N.L.A. **Osteoporosis: enfoque clínico y de laboratorio.** Medicina & Laboratorio, v.16, n.3-4, p.111-140, 2010.

MOSQUERA, M. et al. **Incidenca y factores de riesgo de la fractura de fémur proximal por osteoporosis.** Rev Panam Salud Publica, v.3, n.4, p.211-219, 1998.

NAYAK, S.D. L. et al. **Systematic review and meta-analysis of the performance of clinical risk assessment instruments for screening for osteoporosis or low bone density.** Osteoporos Int, v.26, n.5, p.1543-1554, 2015.

ORUETA, Y.; GÓMEZ, C. **Interpretación de la densitometría ósea.** Semergen, v.36, n.1, p. 27-30, 2010.

PINHEIRO, M. et al. **Risk factors for osteoporotic fractures and low bone density in pre and postmenopausal women.** Rev Saúde Pública, v.44, n.3, p. 479-85, 2010.

RADOMINSKI, S.C. et al. **Osteoporose em mulheres na pós-menopausa.** Rev Bras Reumatol, v. 44, n.6, p.426-34, 2004.

SOUZA, M.P.G. **Diagnóstico e tratamento da osteoporose.** Rev Bras Ortop, v.45, n.3, p. 220-229, 2010.

RIBEIRO, E.E. **Relação entre os níveis de vitamina D com resultados de ultrassonometria óssea do calcâneo em idosa que frequentam o parque da cidade de Manaus-Amazonas.** (Tese de Doutorado, Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Rio Grande do Sul, 2006.

RIERA-ESPINOZA, G. **Epidemiology of osteoporosis in Latin America 2008.** Salud Pública Mex, v.51, n.1, p. 52-55, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Who scientific group on the assessment of osteoporosis at primary health care level** [livro online]. Ginebra: World Health Organization; 2004.

YASUI, È.M. **Densidade mineral óssea de mulheres na pós-menopausa em diferentes sítios e avaliação do risco de fratura.** (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo- Faculdade de Saúde Pública), São Paulo, 2012.

ERGONOMIA E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO CIMENTEIRO

Roberto Rodney Ferreira Junior¹

RESUMO

Ergonomia é adaptar trabalho ao homem, cujo objetivo é promover melhor condições de trabalho e, em consequência aumenta a qualidade de vida, motivação, satisfação e segurança do trabalhador, e também aumentando a produtividade da empresa. Este artigo teve como objetivo principal fazer uma análise das mudanças ocorridas após a implantação da Análise Ergonômica do Trabalho no setor administrativo de uma empresa do ramo cimenteiro de Montes Claros – MG. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e de corte transversal. Utilizou-se como instrumento de coleta questionários fechados respondidos pelos próprios trabalhadores. Nessa análise encontraram os seguintes resultados: 90% (n=9) consideram excelente a implantação de novas cadeiras ergonômicas, 50% (n=5) sentem melhorias muito frequentemente após a introdução do apoio para digitação e pad mouse, 70% (n=7) classificam o grau de atenção da empresa como atenção intensa, 70% (n=7) dizem que a ginástica laboral tem influenciado muito frequentemente na sua saúde e bem-estar, 70% (n=7) avaliam excelente a nova reestruturação do *layout*, 50% (n=5) consideram sua produtividade excelente após implantação do plano de ação ergonômico, 80% (n=8) considera sua produtividade alta, e nos últimos meses 60% (n=6) tiveram aumento de motivação. Considerando a metodologia proposta conclui-se que a maioria dos trabalhadores pesquisados estão satisfeitos com as mudanças implantadas e se sentem mais seguros.

Palavras-chave: Ergonomia; Qualidade de vida; Segurança; Satisfação; Saúde do Trabalhador.

RESUMEN

La Ergonomía es adaptar el trabajo al hombre, cuyo objetivo es promover mejores condiciones de trabajo y, en consecuencia, aumenta la calidad de vida, motivación, satisfacción y seguridad del trabajador, y también aumentando la productividad de la empresa. Este artículo tuvo como objetivo principal hacer un análisis de los cambios ocurridos después de la implantación del Análisis Ergonómico del Trabajo en el sector administrativo de una empresa de la rama cementera de Montes Claros - MG. Se trata de un estudio descriptivo, de abordaje cuantitativo y de corte transversal. Se utilizó como instrumento de recolección cuestionarios cerrados respondidos por los propios trabajadores. En este análisis se encontraron los siguientes resultados: 90% (n = 9) consideran excelente la implantación de nuevos asientos ergonómicos, 50% (n = 5) sienten mejoras muy frecuentemente después de la implantación del apoyo para la digitación y el ratón, el 70% (n = 7) clasifica el grado de atención de la empresa como una atención intensa, el 70% (n = 7) dice que la gimnasia laboral ha influido muy a menudo en su salud y bienestar, el 70% (n = 7) evalúa excelente la nueva reestructuración del *layout*, El 50% (n = 5) considera su productividad excelente después de la implantación del plan de acción ergonómico, el 80% (n = 8) considera su productividad alta, y en los últimos meses el 60% (n = 6) tuvo un aumento de motivación. Considerando la metodología propuesta se concluye que la mayoría de los trabajadores encuestados están satisfechos con los cambios implantados y se sienten más satisfechos y seguros.

Palabras-clave: Ergonomía; Calidad de vida; Seguridad; Satisfacción; Salud del Trabajador.

¹ Doutorando em Administração de Negócios – ESEADE - Argentina, Mestre em Gestão UTAD – Portugal, Especialista em Contabilidade – UNIMONTES e Bacharel em Administração - UNIMONTES.



INTRODUÇÃO

O novo cenário globalizado tem desencadeado nos últimos anos o crescimento de vários setores, aumentado consideravelmente, a competitividade em um mercado altamente exigente e que está fazendo com que as organizações busquem novas ferramentas e tecnologias visando a implantação de novos produtos, serviços, bem como da sua gestão. Entretanto de nada adianta investir em recursos tecnológicos e/ou ferramentas pensando somente na competitividade, se não houver uma preocupação na promoção de programas direcionados à qualidade de vida no trabalho (QVT). Atualmente as pessoas passam a maior parte de sua vida no trabalho, sendo assim, necessário um ambiente agradável, prazeroso e saudável, um lugar em que os trabalhadores possam se sentir motivados, e cujo trabalho possa ser executado com alegria e satisfação.

A transição da era mecanicista para a era humanística resultou em uma maior valorização da pessoa humana nas organizações, onde os gestores passaram a buscar inovação e o uso de novas ferramentas para garantir um melhor ambiente trabalho, ambiente este com mais conforto e satisfação aos seus trabalhadores. A introdução da ergonomia como contribuição na qualidade de vida do trabalho caracteriza-se como um ótimo recurso, desde que bem aplicada. Estudos comprovam que um trabalhador saudável, motivado e satisfeito é capaz de produzir muito mais.

Para Robbins (2003 apud BELFANTE E CAMARGO, 2009, P. 4), motivação é a disposição de exercer um nível elevado e permanente de esforço, em favor das metas da organização, sob a condição de que o esforço seja capaz de satisfazer alguma necessidade individual. A motivação geral está relacionada com esforço em direção a alguma meta.

Segundo a Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO “a palavra ergonomia deriva do grego *Ergon* [trabalho] e *nomos* [normas, regras, leis]”, que adota a seguinte definição:

Entende-se por Ergonomia o estudo das interações das pessoas com a tecnologia, a organização e o ambiente, objetivando intervenções e projetos que visem melhorar, de forma integrada e não dissociada, a segurança, o conforto, o bem-estar e a eficácia das atividades humanas. (ABERGO, 2013), s/p.

A ergonomia é considerada, segundo Dias (2017), a área da ciência que estuda as questões da vida laboral moderna, sobretudo da economia industrial. Devido aos riscos existentes, constantemente controles ergonômicos são utilizados para ajudar a adaptar o local de trabalho ao trabalhador. Esses controles buscam colocar o corpo em uma posição neutra e reduzir os fatores que causam riscos ergonômicos (ABDUL-THARIM *et.al.*, 2011).



Se o trabalho diário se apresenta de forma precária, com o passar do tempo começam a surgir vários problemas, problemas estes ligados como a saúde física e mental, podendo gerar afastamento e absenteísmo. Podemos perceber nos postos de trabalho, a influência da qualidade de vida no trabalho (QVT) somada à ergonomia, onde se busca oferecer condições humana e ética aos seus trabalhadores, gerando satisfação no dia a dia, e conseqüentemente positividade na produtividade. “Do ponto de vista das pessoas, pode se afirmar que a qualidade de vida é a percepção de bem-estar, a partir das necessidades individuais, ambiente social e econômico e expectativas de vida” (FRANÇA, 2007, p.167).

A qualidade de vida no trabalho tem a função de valorizar e oferecer, um ambiente agradável dentro dos bons padrões, com melhores condições de trabalho, onde a ergonomia se oferece como um fator de destaque no ambiente organizacional. A ergonomia é a organização do trabalho, ou seja, é adaptação do trabalho ao homem. A preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores é um dos fatores que deve fazer parte do dia a dia das empresas e a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) está se tornando parte atuante desta estratégia organizacional.

A empresa pesquisada implantou no ano de 2015 a Análise Ergonômica do Trabalho, e em 2016 foi feito o primeiro plano de ação, já no ano de 2017 e através da AET foi implantado o Comitê de Ergonomia que acompanha o comportamento dos trabalhadores e realiza melhorias nos postos de trabalho, com um acompanhamento ativo onde foi possível detectar um novo comportamento dos trabalhadores, reduzindo assim o número de afastamentos e absenteísmo.

Com as ações implantadas a organização tem como objetivo proporcionar o máximo de conforto, segurança, eficiência e qualidade de vida aos seus trabalhadores, onde o ganho maior com a criação do Comitê está no fato de que o programa busca tornar os trabalhadores mais participativos e atuantes em todos os processos de trabalho da empresa, onde os mesmos possam se sentir ouvidos e respeitados em seus direitos.

Tendo em vista a importância da ergonomia na vida profissional, mas também na vida pessoal, o objetivo do presente estudo é o de apresentar a contribuição da ergonomia para qualidade de vida no trabalho da empresa do ramo cimenteiro, tendo ainda como objetivos específicos o que se apresenta: conceituar o que é qualidade de vida no trabalho; demonstrar as possíveis contribuições da ergonomia para a qualidade de vida no trabalho; e, observar as melhorias a partir da implantação de plano de ações realizadas através da análise ergonômica do trabalho.

Justificou este estudo uma vez que se observou os benefícios que foram conquistados por esta empresa do ramo cimenteiro após a implantação do programa AET, e assim comprovado os resultados, auxiliará a empresa a continuar e investir no programa e ainda poderá encorajar outras empresas a implementar o mesmo e assim conseguir melhorar a qualidade de vida dos seus colaboradores, aumentando sua produtividade e satisfação.

MARCO TEÓRICO

Qualidade de Vida no Trabalho

A qualidade de vida é uma ferramenta estratégica que contribui na melhoria da condição de trabalho, oferecendo melhores condições físicas, programa de lazer, instalações, reconhecimento pelos bons resultados, atendimento e reivindicações dos trabalhadores entre outros benefícios agregados que elevam o nível de satisfação do pessoal. Segundo a observação do autor ele define qualidade de vida:

A capacidade de administrar o conjunto das ações, incluindo diagnóstico, implantação de melhorias e inovação gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho alinhado e construído na cultura organizacional, com prioridade absoluta para o bem estar das pessoas da organização. (FRANÇA, 2007, p. 167).

Os trabalhadores precisam se sentir satisfeitos e valorizados no ambiente de trabalho, para que possam executar melhor suas tarefas, tendo sempre as organizações de se lembrarem de procurarem satisfazer seus clientes internos, por que é através dessa satisfação é que eles vão conseguir conquistar e agradar seus clientes externos. Na visão do autor:

A QVT envolve não somente os aspectos intrínsecos do cargo, como todos os aspectos extrínsecos e contextuais. Ela afeta atitudes pessoais e comportamentos importantes para a produtividade, como: motivação para o trabalho, adaptabilidade e flexibilidade a mudanças no ambiente de trabalho, criatividade e vontade de inovar. (CHIAVENATO, 2009, p. 352).

A QVT trabalha com a capacidade do ser humano e de suas motivações para a obtenção das metas organizacionais, mas e também, dos objetivos pessoais.

Segundo França (2007, p. 168), “no trabalho, a qualidade de vida representa hoje a necessidade de valorização das condições de trabalho, da definição de procedimentos da tarefa em si, do cuidado com o ambiente físico e dos bons padrões de relacionamento”.

O mercado está em constante crescimento e isso tem feito com que as organizações busquem atender a essa demanda, passando a acompanhar o crescimento e a competitividade, proporcionando aos gestores o investimento em programas de qualidade de vida no trabalho (QVT) o que eleva a satisfação e motivação dos trabalhadores, proporcionando condições mais dignas e saudáveis no posto de trabalho. É impossível adquirir bons resultados na produtividade se não pensarmos nas pessoas/trabalhadores envolvidas, onde o empregador deve procurar manter aos seus trabalhadores motivados, treinados, capacitados e bem remunerados para que eles possam trazer melhores resultados, assim alcançando o sucesso organizacional.

A qualidade de vida no trabalho (QVT) junto com a ergonomia visam oferecer aos trabalhadores o bem-estar da saúde, ambiente prazeroso, tornando sempre motivados na realização das atividades. Esses fatores geram também benefícios para organização aumentando sua produtividade e lucratividade.

ERGONOMIA

O termo ergonomia veio para substituir as antigas definições fisiológicas do trabalho e psicologia do trabalho adotadas nos países Europeus e principalmente nos Estados Unidos, onde a ergonomia foi adotada como sinônimo daquele país, a partir do período pós-guerra. Nas palavras do autor:

“[...] a ergonomia tem uma data “oficial” de nascimento: 12 de julho de 1949. Nesse dia, reuniu-se, pela primeira vez, na Inglaterra, um grupo de cientistas e pesquisadores interessados em discutir e formalizar a existência desse novo ramo de aplicação interdisciplinar da ciência”. (Murrell 1965, *apud* LIDA, 2005, p. 05).

Após um ano, foi realizada uma nova assembleia pelo mesmo grupo, onde foi elaborada a definição do nome Ergonomia: “[...] ocorrida em 16 de fevereiro de 1950, foi proposto o neologismo ergonomia, formado pelos termos gregos *ergon* que significa trabalho e *nomos*, que significa regras, leis naturais”. (Murrell 1965, *apud* LIDA, 2005, p.05).

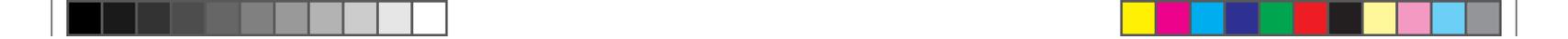
Associação Internacional de Ergonomia apresentou em Agosto de 2000, a definição oficial:

A Ergonomia (ou Fatores Humanos) é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema. (ABERGO, 2000), *s/p*.

A ergonomia tem como foco principal a adaptação do trabalho ao homem, buscando sua satisfação e motivação neste trabalho, estando ao alcance de todos nós e fazendo parte do nosso dia a dia.

O conhecimento da avaliação ergonômica é fundamental para compreender as atividades humanas e suas interações com o meio ambiente, sendo necessária para projetar operações e locais de trabalho que alcancem uma elevada produtividade e garanta a segurança dos trabalhadores (GOLABCHI *et.al.*, 2018). No passado, a ergonomia era tratada apenas no design do produto final, entretanto, atualmente existem especialistas em tratar princípios ergonômicos desde o projeto de produção, conhecidos como ergonomia de processo (BURES, 2015).

De acordo a NR17 da Portaria nº. 3.751: “Esta Norma Regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos tra-



balhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente”. (NR 17, 1990). Com a necessidade de promover melhores condições de trabalho, conforto e desempenho dos trabalhadores, a ergonomia vem evoluindo de forma significativa. Sobre esse aspecto os autores salientam que:

A ergonomia baseia-se em conhecimentos de outras áreas científicas, como antropométrica, biomecânica, fisiologia, psicologia, toxicologia, engenharia mecânica, desenho industrial, eletrônica, informática e gerencial industrial. Ela reuniu, selecionou e integrou os conhecimentos relevantes dessas áreas. Desenvolveu métodos e técnicas específicas para aplicar esses conhecimentos na melhoria do trabalho e das condições de vida, tanto dos trabalhadores, como da produção em geral. (DUL E WEERDMEEESTER, 2004, p.02).

A ergonomia tem se destacado no cenário mundial, conquistando e adequando quase todas as atividades humanas de trabalho, onde o seu crescimento se processa principalmente nos ambientes de serviços, indústrias, mineração e também na educação, transporte, lazer, até mesmo nos serviços domésticos, entre outros.

Vislumbramos que houve importantes mudanças, pois onde há alguns anos atrás os serviços exigiam muito esforço físico e repetitivo, atualmente isso vem mudando bastante nos postos de trabalho, através da utilização das ferramentas ergonômicas, ferramentas estas que estão melhorando a atuação e desempenho no ambiente de trabalho, adequando a estrutura do local de trabalho para proporcionar bem-estar aos colaboradores. Conforme a NR17 da Portaria nº. 3.751: “Todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.” (NR 17,1990).

Os ergonomistas (também conhecidos como praticantes da ergonomia) são os responsáveis que: “[...] realizam o planejamento, projeto e avaliação de tarefas, postos de trabalho, produtos, ambientes e sistemas, tornando-os compatíveis com as necessidades, habilidades e limitações das pessoas.” (LIDA, 2005, p.03). Os mesmos devem avaliar o posto de trabalho de uma forma global, abrangendo assim todas as características físicas, cognitivas, organizacionais, ambientais e outras.

OBJETIVOS DA ERGONOMIA

A ergonomia analisa todos os fatores que influenciam o desempenho na realização das atividades humanas, desenvolvidas em um sistema produtivo, sendo também responsável pela diminuição dos erros e acidentes de trabalho, redução da fadiga e *stress*; proporcionando aos trabalhadores satisfação e saúde nas atividades desenvolvidas. Esclarecendo ainda mais o autor diz que:

A eficiência virá como consequência. Em geral, não se aceita colocar a eficiência como objetivo principal da ergonomia, porque ela, isoladamente, poderia justificar medidas que levem ao aumento dos riscos, além do sacrifício e sofrimento dos trabalhadores. Isso seria inaceitável, porque a ergonomia visa, em primeiro lugar, a saúde, segurança e satisfação do trabalhador. (LIDA, 2005, p. 3).

A eficiência será notória se organização possuir um bom planejamento e organização, tendo como objetivo principal proporcionar saúde, segurança e satisfação dos trabalhadores no seu desenvolvimento produtivo.

Sobre o aspecto da saúde o autor destaca: “a saúde do trabalhador é mantida quando as exigências do trabalho e do ambiente não ultrapassam as suas limitações energéticas e cognitivas, de modo a evitar as situações de stress, riscos de acidentes e doenças ocupacionais”. (LIDA, 2005, p.4).

Existem algumas situações no trabalho e na vida cotidiana que prejudicam a saúde, como as doenças musculares e psicológicas. A ergonomia visa contribuir na redução dos mesmos, agregando satisfação e segurança aos trabalhadores.

A segurança é conquistada quando se tem um melhor ambiente de trabalho, adaptação do espaço físico, e de programas de acompanhamentos de modo que produzam a redução de erros, acidentes, *stress* e fadiga. Na mesma linha de raciocínio o autor define:

Satisfação é o resultado do atendimento das necessidades e expectativas do trabalhador. Contudo, há muitas diferenças individuais e culturais. Uma mesma situação pode ser considerada satisfatória para uns e insatisfatória para outros, dependendo das necessidades e expectativas de cada um. Os trabalhadores satisfeitos tendem a adotar comportamentos mais seguros e são mais produtivos que aqueles insatisfeitos. (LIDA, 2005, P.3).

Com a satisfação dos trabalhadores a organização só tem a ganhar, pois eles estarão trabalhando mais motivados e seguros, assim gerando bons resultados.

A Contribuição da Ergonomia para a Saúde e o Bem-Estar nas Organizações

Com a preocupação de proporcionar melhores condições aos trabalhadores, temos quatro tipos de ergonomia a serem aplicadas: A ergonomia de correção que atua de maneira restrita apenas modificando os problemas já existentes nos postos de trabalho, que refletem na segurança, já a de concepção interfere no projeto do posto de trabalho na organização do trabalho e formação do trabalho. A ergonomia de conscientização procura capacitar os usuários na identificação de erros e correções preventivas ou emergências do dia a dia com palestras, cursos de aprimoramento ensinando o trabalhador a usufruir os benefícios do posto de trabalho, uso correto dos equipamentos mobiliários e implantação da ginástica laboral. E temos

também a ergonomia de participação que é estimulada pelo comitê de ética que engloba os representantes da empresa e os funcionários na identificação e solução dos problemas ergonômicos. (LIDA, 2005).

O bem-estar e a saúde dos trabalhadores vêm tendo uma importância maior dentro das organizações, os gestores estão buscando recursos e ferramentas que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

O cenário atual das empresas é marcado por inquietudes, individuais e coletivas, diante de fusões, incorporações, novos conhecimentos, redução dos postos de trabalho, conciliação de expectativas entre o trabalho, família e consumo, sinais e sintomas de stress, alta incidência de lesões por esforços repetitivos (LER), impactos tecnológicos no trabalho. (FRANÇA, 2007, p.175).

A ergonomia tem a preocupação de oferecer aos trabalhadores melhores condições de trabalho, conforto e prevenção dos acidentes. A iluminação, ruídos, temperaturas são conhecidos também como agentes de problemas de saúde física e mental, porém a ergonomia vem intensificando o seu trabalho, elaborando projetos de acordo com os problemas de cada organização através de uma análise para identificar e aplicar estratégias que melhorem os resultados humanos oferecendo um ambiente saudável e seguro. A ergonomia surgiu com a finalidade de estudar medidas de conforto e adaptação do trabalho ao homem, proporcionando melhores resultados no ambiente de trabalho e qualidade de vida a estes trabalhadores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Uma pesquisa é feita quando um profissional que conhece uma determinada realidade ou busca respostas para uma verdade, mesmo que seja parcial, em diversos assuntos vivenciados pelos seres humanos (MARCONI; LAKATOS, 2010), e para Gil (2010) a pesquisa é feita quando não encontramos algo ou informação suficiente ou resposta para um determinado assunto ou problema.

A pesquisa objeto desse artigo utiliza-se abordagem quantitativa que busca a objetividade e tem através dos dados estatísticos a comprovação dos resultados (GIL 1999) e corte transversal onde se busca dados relacionados ao momento atual das instituições pesquisadas e descritivo que tem o objetivo de descrever uma realidade, um cenário (MALHOTRA, 2004). O presente artigo apresenta também a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2010), são matérias já publicados como livros, revistas, jornais entre outros. E as pesquisa de campo, que segundo Ruiz, (2006, p. 50) “consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”.

A população que este presente estudo busca, pode ser definida como uma “coleção de elementos ou objetos que possuem a informação procurada pelo pesquisador e sobre os quais devem ser feitas as inferências (MALHOTRA, 2004, p. 321)”. Participaram do presente estudo trabalhadores do setor administrativo de uma empresa do ramo cimenteiro da cidade de Montes Claros – Minas Gerais.

A seleção do público a ser pesquisado foi feito de forma intencional, que segundo Malhotra (2004) é uma prática de escolha que não utiliza um método contingente. E para Malhotra (2004, p. 235) a definição é uma “técnica de amostragem que não utiliza seleção aleatória” e conseqüentemente não foi feita nenhuma distinção do gênero, seja ela qual grupo social, sexo, religião, raça ou credo. Para coleta de dados utilizou-se como instrumento o questionário que foi elaborado pelo próprio autor, com 14 perguntas fechadas, aos trabalhadores da empresa do ramo cimenteiro de Montes Claros que se propuserem a participar da presente pesquisa, contendo questões fechadas sobre o tema em questão.

Para realização deste estudo foi utilizado o Termo de Concordância da Instituição assinado pelo Técnico de Segurança do Trabalho, contendo as intenções e implicações do estudo, permitindo a realização da pesquisa. A aplicação dos questionários foi feita do dia 03 de setembro 2017 ao dia 10 de setembro 2017. O presente estudo procedeu-se obedecendo aos parâmetros éticos em pesquisa e a identidade civil e jurídica dos sujeitos foi resguardada. A tabulação, análise e interpretação dos dados coletados deram-se pelos próprios autores da pesquisa.

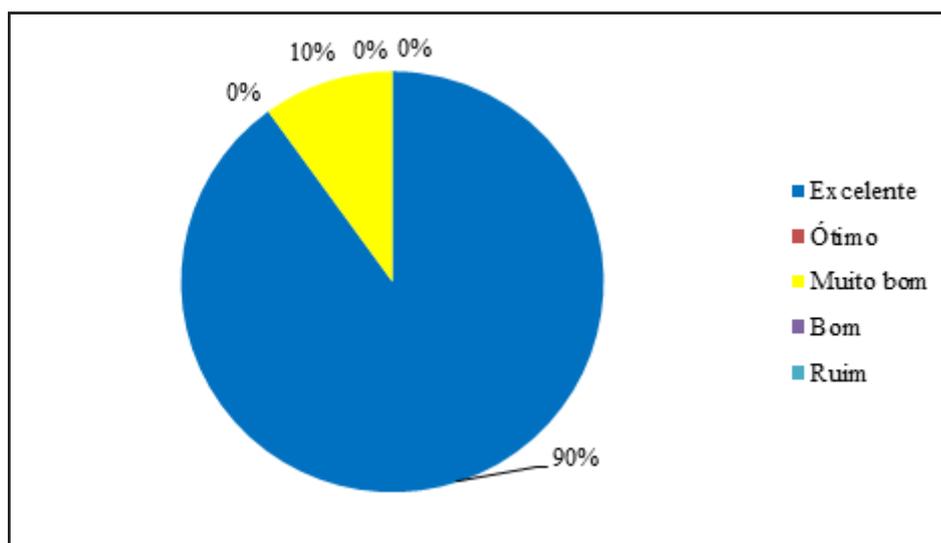
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo contou com a participação de 10 trabalhadores do setor administrativo da empresa do ramo cimenteiro de Montes Claros, onde foram constatadas as principais melhorias após a implantação da Análise Ergonômica do Trabalho.

Em relação à implantação das novas cadeiras ergonômicas que possibilitem o ajuste de altura, ajuste de encosto, suporte para apoio de antebraços, notou - se que a maioria, ou seja, 90,0% (n= 9) consideram a implantação excelente, 10,0% (n = 1) consideraram como muito bom.

Segue-se abaixo no Gráfico 01 a demonstração dos resultados:

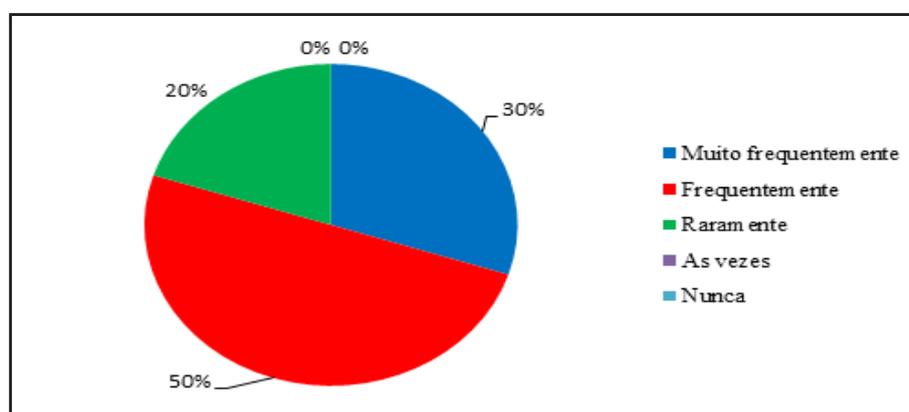
Gráfico 01- Análise das Mudanças



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Em relação à implantação de equipamentos de apoio para digitação e pad-mouses com apoio foram sentidas algumas melhorias, 50,0% (n=5) consideraram as melhorias em relação ao posicionamento como frequentemente e 30,0% (n=3) como muito frequentemente e, 20,0% (n= 2) raramente. Segue abaixo no Gráfico 02 a apresentação desses resultados.

Gráfico 02 – Melhorias em Relação ao Posicionamento dos seus Membros Superiores

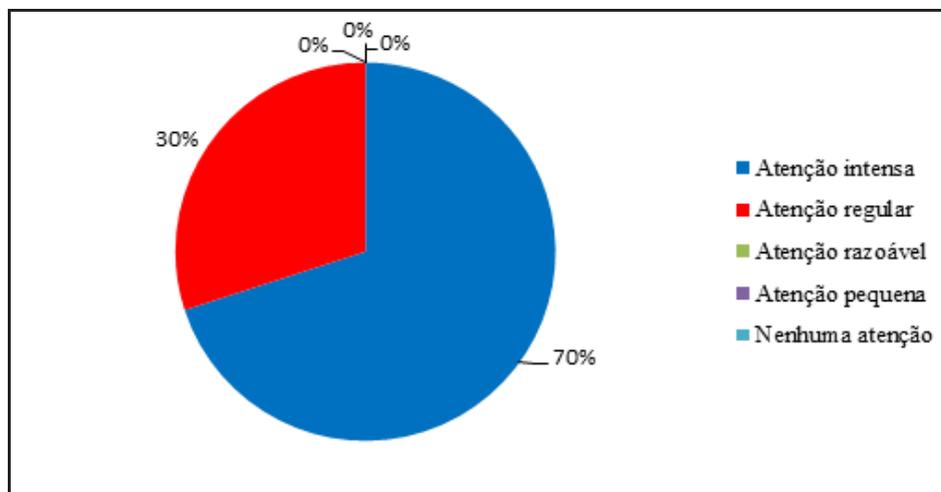


Fonte: Autor da pesquisa, 2018.



Já em relação ao grau de atenção que a empresa atribui à qualidade de vida no trabalho, 70,0% (n= 7) consideram como atenção intensa o grau atribuído à qualidade de vida no trabalho, e; 3,00% (n= 3) como atenção regular, como mostra o Gráfico 03, abaixo:

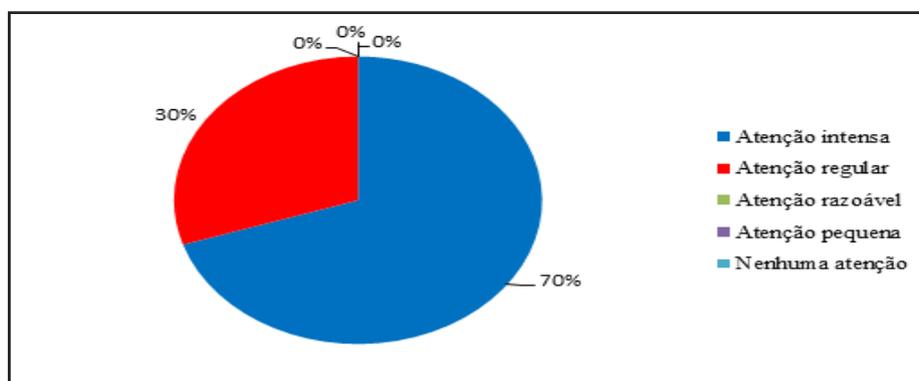
Gráfico 03 – Como você classifica o grau da atenção que a empresa atribui à qualidade de vida do trabalho



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

No que diz respeito a como a ginástica laboral tem influenciado na saúde e bem-estar dos trabalhadores, apuramos que 70,0% (n=7) consideram a influência como muito frequentemente, 20,0% (n=2) como frequentemente e 10,0 % (n=1) como às vezes. Comprova-se no Gráfico 04, abaixo:

Gráfico 04 – A Ginástica Laboral tem influenciado na Saúde e Bem-Estar

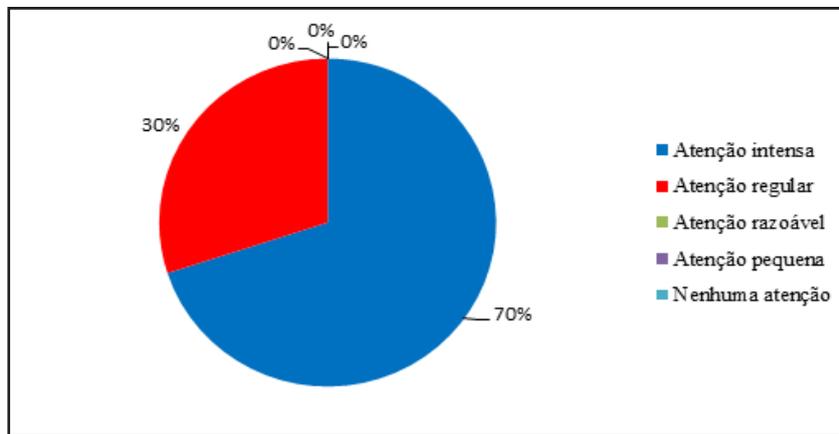


Fonte: Autor da pesquisa, 2018.



Em relação à nova reestruturação do layout, como avalia a melhoria no ambiente de trabalho, 70,0% (n=7) dos colaboradores consideram Excelente, 20,0%(n=2) ótimo e 10,0% (n=1)muito bom. Vejamos o Gráfico 05, abaixo:

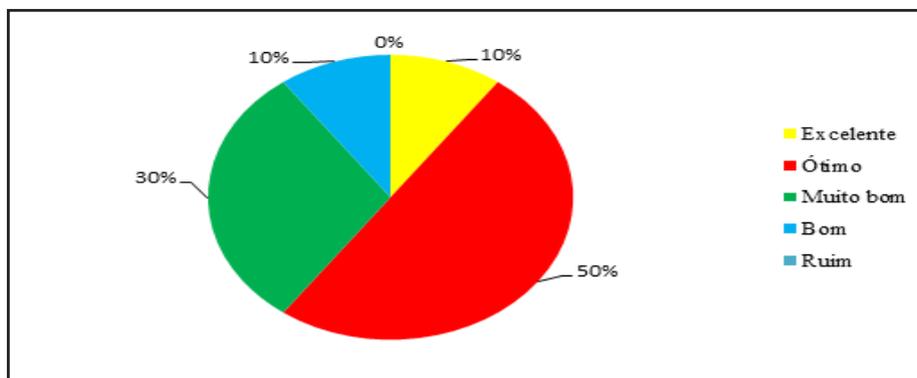
Gráfico 05 – Reestruturação do Layout



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Com relação após a implantação do plano ergonômico como você avalia a sua produtividade, 50,0% (n=5) consideram ótima, 30,0% (n=3) muito bom, 10,0% (n=1) excelente e também 10,0% (n=1) consideram bom, conforme o Gráfico 06 explicita:

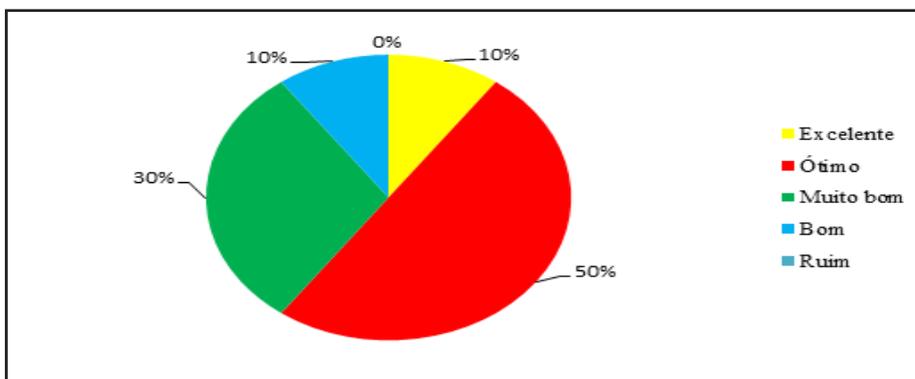
Gráfico 06 - Implantação do Plano de Ação Ergonômico



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Após a implantação do plano de ação ergonômica como os trabalhadores avaliam sua produtividade, sendo que, 80,0% (n=8) avaliam alta, 10,0%(n=1) média e 10,0%(n=1) Boa. Conforme mostra o Gráfico 07 abaixo:

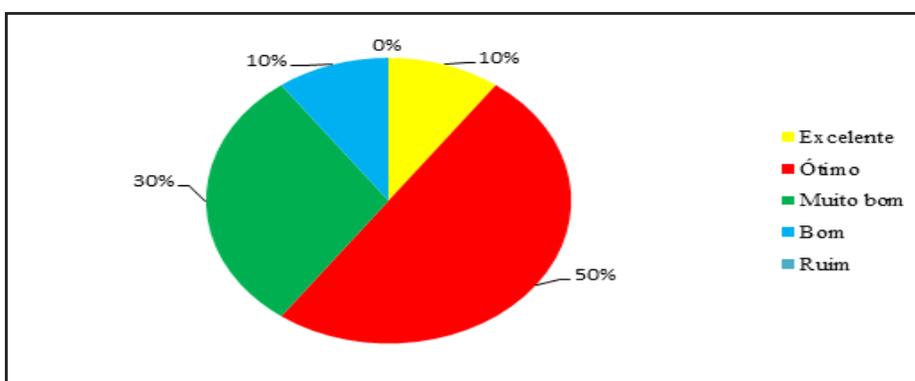
Gráfico 07- Avaliação da Produtividade



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Os dados abaixo demonstram os últimos sintomas apresentados pelos colaboradores no último mês. Dentre eles, 60,0 % (n=6) percebem que apresentam aumento da motivação, 30,0% (n=3) retrataram melhoria no bem-estar físico e 10,0% (n=1) entusiasmo súbito. Abaixo a representação através do Gráfico 08, abaixo.

Gráfico 08 – Os sintomas apresentados no último mês



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema proposto e os resultados levantados e apresentados, o presente estudo mostrou os benefícios alcançados pela ergonomia após a implantação da análise ergonômica no trabalho, em especial no setor administrativo de uma empresa do ramo cimenteiro de Montes Claros, demonstrando o crescimento da satisfação e os bons rendimentos dos trabalhadores.

As organizações sempre buscam programas para melhorar a qualidade do trabalho, estabelecendo iniciativas que incentivam a promoção da saúde e segurança dos trabalhadores. Podemos dizer que hoje, as organizações e seus gestores estão conscientes dos futuros problemas, e estão investindo na resolução dos mesmos, implantando ferramentas como a ergonomia, como vantagem competitiva.

O objetivo deste artigo foi mostrar que a ergonomia preocupa com as condições gerais do trabalho, e que a empresa analisada vem tomando medidas preventivas para que possa proporcionar melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores, oferecendo ambientes mais adequados e bem estruturados para desenvolver suas atividades com total segurança. E se por um lado, o uso da ergonomia apresenta um maior gasto para empresa, por outro representa uma economia para empresa, em consequência garantindo a saúde e bem-estar dos trabalhadores e da sociedade.

Segundo Golabchi *et.al.* (2018):

“Uma análise ergonômica abrangente e eficaz envolve a avaliação de operações contínuas e a proposta de modificações e novos projetos que encaixem os trabalhos e os ambientes de trabalho nas capacidades e limitações dos funcionários. Assim, a implementação de princípios ergonômicos pode contribuir para o sucesso de um projeto em uma instituição, proporcionando aos trabalhadores ambientes de trabalho confortáveis, nos quais os procedimentos e ferramentas de trabalho são projetados para uso seguro e produtivo”.

Pode-se considerar que a maioria dos trabalhadores pesquisados está satisfeito com as mudanças implantadas e se sentem mais satisfeitos e seguros, pois a organização está se preocupando cada vez mais com a qualidade vida dos mesmos no trabalho, adotando planos de ação que visam oferecer sempre mais qualidade à vida dos trabalhadores. O estudo fica aberto a novas pesquisas e novas análises.



REFERÊNCIAS

- ABERGO, 2013. http://www.abergo.org.br/internas.php?pg=o_que_e_ergonomia: Acesso: 01. Mai. 2018.
- ABDUL-THARIM, A. H.; JAFFAR, N.; LOP, N. S.; MOHD-KAMAR, I. F. **Ergonomic Risk Controls in Construction Industry**. A Literature Review. *Procedia Engineering*, v. 20, p. 80-88, 2011.
- BELFANTE, Guilherme; CAMARGO, Murilo Cavallari. **Motivação: Diferencial para Aumento de Produtividade**. 2009. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade Cenecista de Capivari, Capivari, 2009.
- BURES, M. **Efficient Education of Ergonomics in Industrial Engineering Study Program**. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 3204-3209, 2015.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações**. 9ª. ed. Revista atualizada: Editora Elsevier Editora Ltda, 2009.
- DIAS, K. B. **Ergonomia no Brasil: Comparativo entre a Anglo-Saxônica e a Francesa**. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 1, 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/ergonomia-no-brasil-comparativo-entre-anglo-saxonica-e-francesa>. Acesso: 31 ago. 2018.
- DUL, Jan; WEERDMEEESTER Bernard: Tradutor: LIDA. Itiro. **Ergonomia Prática**. 2ª. ed. da Revista Ampliada: Editor Edgard Blucher Ltda, 2010.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: Conceitos, Ferramentas e Procedimentos**. 1ª. ed.: Editora Atlas, São Paulo, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLABCHI, A.; GUO, X.; LIU, M.; HAN, S.; LEE, S.; ABOURIZK, S. **An Integrated Ergonomics Framework for Evaluation and Design of Construction Operations**. *Automation in Construction*, v. 95, p. 72-85, 2018.
- LIDA Itiro. **Ergonomia: Projeto e Produção**. 2ª. ed. Revista e Ampliada: Editora Edgard Blücher Ltda, 2005.



LAKATOS, M. E. & MARCONI, M.A. **Técnicas de Pesquisa**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação aplicada**. 4^a. ed. São Paulo: Artmed, 2004. 720p.

NR17.2013.http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEFBAD7064803/nr_17.pdf: Acesso:11 Jun. 2018.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



APLICAÇÃO DO *LEAN* SEIS SIGMA NO DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE GESTÃO DA INOVAÇÃO, NA ÁREA HOSPITALAR

Taiana Barbosa de Freitas Galderice¹

RESUMO

Este artigo visa compreender os resultados da implementação de programa de gestão da inovação em um hospital filantrópico de grande porte, localizado na região nordeste do Brasil, aproveitando a ferramenta de gestão empresarial *Lean* Seis Sigma (LSS) no gerenciamento de projetos aplicado a dinâmica operacional administrativa e assistencial, excluindo-se fatores clínicos do paciente. Foi realizada uma pesquisa explicativa sobre a metodologia *Lean* Seis Sigma para melhoria do processo de gestão da inovação institucional, considerando sua ferramenta correspondente, DMAIC (Definir, Medir, Analisar, Implementar e Controlar), como forma de identificar, analisar e implementar soluções. Neste estudo verificou-se que as soluções de inovações aplicadas a partir de projetos LSS, permitiram melhorias no processo de gestão hospitalar, compondo um modelo de cultura organizacional condicional a um pensamento enxuto e produtivo somado a soluções efetivas e legítimas à dinâmica dos serviços.

Palavras-chave: Instrumentos para a gestão da atividade científica; Gestão da inovação; Inovação em saúde; *Lean Healthcare*.

RESUMEN

Este artículo pretende comprender los resultados de la implementación del programa de gestión de la innovación en un hospital filantrópico de gran tamaño, ubicado en la región nordeste de Brasil, aprovechando la herramienta de gestión empresarial *Lean* Seis Sigma (LSS) en la gestión de proyectos aplicada a la dinámica operacional administrativa y asistencial, excluyendo factores clínicos del paciente. Se realizó una investigación explicativa sobre la metodología *Lean* Seis Sigma para mejorar el proceso de gestión de la innovación institucional, considerando su herramienta correspondiente, DMAIC (Definir, Medir, Analizar, Implementar y Controlar), como forma de identificar, analizar e implementar soluciones. En este estudio se verificó que las soluciones de innovaciones aplicadas a partir de proyectos LSS, permitieron mejoras en el proceso de gestión hospitalaria, componiendo un modelo de cultura organizacional condicional a un pensamiento seco y produtivo sumado a soluciones efectivas y legítimas a la dinámica de los servicios.

Palabras-clave: Instrumentos para la gestión de la actividad científica; Gestión de la innovación; Innovación en salud; *Lean Healthcare*.

¹ Administradora de Empresas, Especialista em Políticas Públicas de Saúde, Gestão Estratégica e Administração Hospitalar, Green Belt, Black Belt e Master Black Belt em formação



MÉTODO: Como método de análise, foi utilizado o estudo de caso qualitativo explicativo, empregado até os dias de hoje nas ciências sociais e na pesquisa qualitativa organizacional. A partir de uma análise qualitativa dos fatos e fatores determinantes, esse estudo de casos foi estruturado da seguinte forma: (a) revisão bibliográfica; (b) relato do caso escolhido; (c) resultados conquistados; e (d) análise preliminar qualitativa da aderência das soluções implementadas.

INTRODUÇÃO

As organizações estão sempre em busca de estratégias que as impulsionem a uma posição de destaque, garantindo-lhes maior competitividade no mercado. Na área hospitalar a busca por novas técnicas e práticas de gestão está possibilitando conquistas significativas tornando-as cada vez mais eficientes e eficazes apesar do cenário evidente de crise econômica e restrição de recursos para este segmento.

Para que obtenham bons resultados, as organizações adotam ferramentas e metodologias que impactam diretamente no desempenho dos seus processos e de seus colaboradores, gerando mudanças, novas metas e novos modelos de performance de acordo com a necessidade do cliente.

Pensar inovação exige considerar a visão dos *stakeholders* do segmento de mercado correspondente – colaboradores, governo, fornecedores, prestadores de serviços, agências reguladoras, cliente final – porém as inovações na área de saúde que não alcancem os pacientes são perda de tempo e recurso. Por isso é fundamental para o sucesso nesse modelo de gestão que seja trabalhado a cadeia de valor deste *stakeholder*, redesenhando ou até mesmo repensando o modelo de negócio para a execução dos produtos, processos ou serviços mais assertivos.

O interesse em realizar este artigo, surge na necessidade de identificar como um hospital filantrópico, que já possui como principal característica a escassez de recurso financeiro, estaria inovando nos processos de gestão organizacional e de projetos. Devido à crescente e constante importância das inovações exigidas pelo mercado de saúde, acredita-se que a relevância deste trabalho está pautada na contribuição na identificação das práticas de gestão que contribuam para a agregação de valor aos serviços administrativos e assistenciais prestados, por intermédio de equipes bem treinadas, padronização de processos e redução de variabilidade (artificiais e naturais) nas entregas.

Nesse sentido, realizou-se o estudo de um caso qualitativo explicativo. A partir de uma análise qualitativa dos fatos e fatores determinantes, esse estudo de casos foi estruturado da seguinte forma: (a) revisão bibliográfica; (b) relato do caso escolhido; (c) resultados conquistados; e (d) análise preliminar qualitativa da aderência das soluções implementadas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Programa de Gestão da Inovação

A baixa adesão e morosidade da área da saúde em aderir à modernização da gestão da empresarial e tecnológica é reconhecida e evidente. Uma das causas levantadas é o temor dos gestores de que a administração estruturada na inovação implique em interferência na conduta clínica ou até mesmo nas condições



inerentes ao cliente paciente. É importante entender essa cultura no Brasil dentro das condições materiais que está sustentada a gestão hospitalar filantrópica, na qual atuam na busca vital e prioritária de recurso financeiro com origem predominante na iniciativa governamental e na sociedade (através de doações).

O entendimento e absorção do conceito de gestão da inovação tem chegado ao âmbito hospitalar de maneira tímida nos últimos anos, apesar de ser um nicho de mercado extremamente competitivo em que processos e produtos que agregam valor ao cliente paciente garantem diferencial no mercado e fidelização do público. A busca por diferenciais e sua sustentabilidade, nas posições de mercado e financeira, tem sido discutida, sobretudo, diante de um contexto que se apresenta marcado pelo acirramento da concorrência e por constantes mudanças na dinâmica produtiva nacional, principalmente a velocidade da tecnologia clínica no âmbito hospitalar.

“... as inovações na assistência médica que não alcancem os pacientes são uma perda de tempo, expertise e recursos...”²

A necessidade de estabelecer patamares mais elevados de desempenho e competitividade sustentável estimula a reflexão acerca dos fatores que afetam a performance direcionando ao pensamento de Inovação. A gestão da inovação nas organizações vem ganhando espaço recentemente, tratando a inovação de forma responsável, a partir de estratégia, modelos, recursos e ferramentas. Em paralelo, busca mudar uma visão equivocada de ser algo desorganizado e não sistemático, facilitando e mudando a maneira como as pessoas lidam com a resolução de problemas com a apresentação de produtos e soluções eficientes. A gestão com foco na inovação está muito ligada à mudança da cultura no ambiente institucional, mas também pode envolver a aplicação da tecnologia tanto nos processos criativos quanto no desenvolvimento de produtos e serviços.

No segmento da indústria é possível identificar alguns modelos de gestão da inovação sendo praticado há algumas décadas, como o caso Toyota:

² <https://www.linkedin.com/pulse/transformação-digital-da-saúde-baseada-em-desfechos-e-rabello/>

“A empresa tem desbancado montadoras americanas há tempos, e os motivos muitas vezes são menos óbvios do que parecem. Mesmo quando as companhias americanas alcançam os japoneses em faturamento, estas apresentam uma margem de lucro muito maior. Uma das explicações é que a Toyota implementa melhorias de produtos, processos e falhas em uma velocidade absurda. E isso tudo está ligado à maneira como a organização encara essa inovação. Enquanto as companhias americanas deixam a inovação e a melhoria dos processos nas mãos somente de alguns funcionários ou gestores mais especializados, há muito tempo a Toyota acredita que todos os empregados podem ser ‘resolvedores’ de problemas, criadores e agentes de mudança. Na prática, a Toyota deu a cada empregado as habilidades, as ferramentas e a permissão para resolver problemas à medida que eles surgiam — e também para afastar novos problemas antes que eles ocorram”³

A gestão da inovação é responsável por propiciar um terreno fértil que agrega valor ao cliente, onde barreiras para o surgimento, implementação e execução de ideias são mitigadas a partir de técnicas e ferramentas que estruturam pensamento sem bloqueio: Identificando o problema ou oportunidade, compreendendo o comportamento da situação e/ou daquele que sofre com o problema, levantamento e estudos de evidências, levantamento de propostas (ideias) que neutralizem o problema, estruturação e execução de ações.

Figura 1: processo de construção



Segundo dicionário Inovação está traduzido como “*aquilo que constitui algo novo*” ou ainda “*desenvolvimento de novos produtos, métodos ou conceitos*” trazidas como definições mais comuns e populares para descrever processos de inovação, o que confunde o entendimento com invenção. Porém, como dito anteriormente, existem ferramentas necessárias que apoiam a identificação e/ou construção de algo inovador, e é neste caminho que as instituições hospitalares devem buscar seu modelo de implementação.

3 <http://portal.blbrasilescoladenegocios.com.br/gestao-da-inovacao-nas-empresas>

Ferramentas de gestão: *Lean* Seis Sigma, PMBOK® e Balanced Scorecard

Seis Sigma é um conjunto de práticas que busca maximizar a performance dos processos, uma metodologia estruturada focada na excelência e competitividade por meio da melhoria contínua dos processos de produção de um bem ou serviço, levando em conta todos os aspectos importantes de um negócio⁴. A metodologia *Lean*, com origem no Sistema Toyota de Produção, busca eliminar desperdícios, ou seja, excluir tudo que não agrega valor para o cliente e definir uma nova cadência nas atividades e eficiência à empresa.

Tabela 1: O Lean e o Seis Sigma

	<i>LEAN</i>	SEIS SIGMA
Relação de Causa e Efeito	Melhorar a Cadeia de Valor com Redução do desperdício.	Melhor o processo com Redução da Variabilidade (defeitos).
Teoria Principal de cada metodologia	Se nos concentrarmos em remover o desperdício, então a duração do fluxo será mais curta ⁵ .	Se nos concentrarmos em reduzir a variação, então teremos resultados de processo mais uniformes ⁶ .

Integrar as duas metodologias possibilita que a empresa usufrua dos pontos fortes de ambas estratégias. O programa resultante dessa integração é denominado *Lean* Seis Sigma (LSS) e constitui uma estratégia abrangente de inovação e eficaz para a solução de problemas e também para a criação de novos processos e produtos. A relação entre processos e projetos está na organização das atividades envolvidas e desenvolvidas pelos times de projetos. As empresas buscam a execução de projeto quando essa organização identifica oportunidades de melhorias além do seu limite operacional, situações normalmente provocadas por influências internas e/ou externas que geram algum impacto na rentabilidade operacional e/ou financeira ou no nível de satisfação do principal cliente.

No âmbito de projetos, na década de 1960, duas instituições sem fins lucrativos foram criadas para padronizar o gerenciamento de projetos e avançar no estado da arte nessa área do conhecimento: o *Institute for Project Management Association* (IPMA) em 1965 na Europa, sendo a primeira organização

4 <http://www.sobreadministracao.com/seis-six-sigma-o-que-e-como-funciona/>

5 NAVE D. Como comparar o Seis Sigma, o Lean e a Teoria das Restrições.

6 NAVE D. Como comparar o Seis Sigma, o Lean e a Teoria das Restrições.



internacional criada com esse foco, e o *Project Management Institute* (PMI), em 1969, nos Estados Unidos. O PMI se dedica ao avanço no gerenciamento de projetos, promovendo atividades, estudos, eventos, treinamentos e bibliografia especializada nessa área do conhecimento, sendo o PMBOK[®] sua publicação elaborada para padronizar e divulgar as boas práticas em gerenciamento de projetos.

O gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto, a fim de atender seus requisitos, bem como dos *stakeholders*. São extremamente importantes à adaptação das diversas ferramentas as diferentes necessidades de cada projeto, adequando à complexidade de cada um. O PMBOK[®] descreve 42 processos em 5 grupos (Iniciação; Planejamento; Execução; Monitoramento e Controle; e Encerramento), dividindo tais processos em 9 áreas de conhecimento (integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos, comunicação, risco e aquisições). Cabe à equipe do projeto aplicar os conhecimentos que julgar necessários, de modo a se ajustar ao projeto específico e à organização.

O conceito de Balanced Scorecard (BSC) foi lançado por David Norton e Robert Kaplan, em Harvard, na década de 90. O BSC é um modelo de gestão estratégica que apoia a instituição na mensuração dos progressos, objetivos, indicadores, iniciativas institucionais. A mensuração considera quatro perspectivas estratégicas – Financeira, Mercado/Cliente, Processos Internos, Aprendizado. Com este desenho o BSC se transformou em uma potente ferramenta para o planejamento estratégico empresarial, traduzindo missão e as estratégias das empresas em um conjunto de medidas de desempenho que apoia um sistema de medição e gestão estratégica.

O uso dessas ferramentas de gestão foi introduzido inicialmente em setores como Indústria, Tecnologia de Informação e Engenharia, e vem sendo expandido a outras áreas, como Terceiro Setor e Saúde.

RELATO DO CASO SELECIONADO

Breve descrição do caso

Em observância à tendência de gestão em saúde focada na excelência operacional, a partir de uma visão sistêmica com foco em resultados e segurança do paciente, o Hospital de estudo iniciou o ano de 2014 potencializando caminhos em direção aos benefícios proporcionados pela execução de projetos operacionais interligados ao planejamento estratégico plurianual.

O hospital de estudo está classificado como filantrópico, ou seja, sem fins lucrativos, possui mais de 500 leitos, sendo 85 destes em unidades de terapia intensiva, elevando-o a categoria de hospital de grande porte, 16 salas de procedimentos cirúrgicos e hemodinâmicos e mais de 30 especialidades médicas com atendimento médio superior a 2.000 paciente/dia.



Em um cenário com enfrentamentos importantes, potencializado por uma elevada competitividade e panorama econômico pouco favorável às instituições de saúde, a união entre inovação e a tradição foi um dos desafios enfrentados ao longo do processo. Neste contexto, a decisão de escolha por um modelo de gerenciamento por processos foi estratégico para o início de uma transformação organizacional direcionada a filosofia *Lean Healthcare*⁷.

Lean Healthcare é uma filosofia que organiza os processos hospitalares, por meio de um conjunto de conceitos e técnicas que definem valor sob a ótica do paciente (cliente do negócio saúde), e é reconhecido como um dos mais avançados modelos de gestão de Hospitais do mundo, sendo largamente empregado em hospitais de países como Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra e Austrália.

A aplicabilidade das metodologias *Lean* (metodologia Toyota de Produção) e do Seis Sigma (metodologia Motorola e General Eletric) na área da saúde ainda é algo inovador, apesar de alguns hospitais da região Sul e Sudeste do Brasil já terem a adotado há mais uma década. Neste panorama esta instituição hospitalar, que possui mais de 120 anos de existência, buscava no início de 2014 uma mudança cultural direcionado ao modelo mental focado para processos enxutos, de fluxo contínuo e redução de variabilidade, natural e artificial, dos métodos de trabalho, ou seja, um modelo gestão sustentável dos processos hospitalares.

O modelo de gerenciamento de projetos operacionais escolhido, pelo Hospital estudado, tem como objetivos institucionais garantir eficiência operacional, melhoria do atendimento aos clientes e, simultaneamente, potencializar o controle de custos. Para isso foi necessário o envolvimento direto e patrocínio da alta gestão, bem como o engajamento deste a média gerência ao time operacional.

A estratégia de implantação envolveu investimentos em capacitação e formação técnica, de colaboradores do nível estratégico, tático e operacional, na metodologia *Lean Seis Sigma* sendo este custo neutralizado já com os resultados dos primeiros projetos apresentados e finalizados.

A formação teve como objetivo capacitar colaboradores nos conhecimentos e fundamentos da metodologia LSS e na aplicação das suas principais ferramentas de forma a habilitá-los a conhecer os fundamentos dos Projetos de melhoria contínua, com o propósito de eliminar atividades que não agregam valor ao cliente, garantindo a segurança da assistência prestada em equilíbrio com a sustentabilidade financeira do Hospital.

⁷ Lean HealthCare: Filosofia capaz de ajustar os processos, melhorar a experiência dos pacientes e da equipe durante o tratamento, e contribuir positivamente com o orçamento (BAKER; TAYLOR,2009)

Os níveis de formação foram:

- *Yellow Belt* – foram formados 119 colaboradores - perfil predominante de membros da equipe técnica-operacional (Técnicos de Enfermagem, Auxiliares e Assistentes Administrativos, Enfermeiros, Auxiliar de Suprimentos, Farmacêuticos, Médicos) capacitando-os a participar de projetos como membros do time e suporte técnico aos Green Belts.
- *Green Belts* – foram formados 55 colaboradores – Perfil do grupo predominantemente de coordenadores e gerentes, das áreas assistenciais e administrativas, com habilidade na utilização de conceitos e ferramentas de lógica, álgebra, raciocínio lógico e capacidade para utilização de *software* estatístico. Conhecimento consolidado de sua área funcional com capacidade de focar em processos críticos, bem como de administrar múltiplas atividades simultaneamente. Estes colaboradores foram habilitados a negociar visão e expectativas dos Projetos.
- *Black Belt* – foi investido a formados de 15 colaboradores – O grupo formado pelos melhores participantes do *Green Belt* com perfil para serem especialistas capacitados a liderar projetos complexos e prioritários com foco no aumento da lucratividade e redução de desperdícios.
- *Deployment Champion* – formados 4 colaboradores do grupo de executivos da organização, com visão de ganho de processos e econômicos, identificação de metodologias e resultados.

A participação nesses cursos possibilitou aos colaboradores oportunidades únicas, pois além do conhecimento técnico adquirido, também puderam vivenciar projetos no âmbito interdisciplinar possibilitando troca de experiências e diferentes visões sobre um mesmo problema. A diversidade das áreas promoveu debates, discussões e o nascimento de novos projetos. Análise criteriosa das competências e dos processos permite identificar os *gaps* de inovação e desenvolver um plano de ação para efetivamente inserir a gestão da inovação na organização.

Para formar um time focado na gestão de inovação utilizando metodologia LSS, desenvolver projetos e implementá-los nos primeiros dois anos, foi necessária a monitoria de especialistas do mercado, garantindo a aplicabilidade da metodologia com segurança e obtenção de resultados rápidos. No primeiro ano de implementação (entre os anos 2015 e 2016) foram iniciados 53 projetos focados em melhorias operacionais, financeiras e inovação de processos, que foram classificados e distribuídos de acordo com as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC), alinhados às categorias do planejamento estratégico do Hospital:

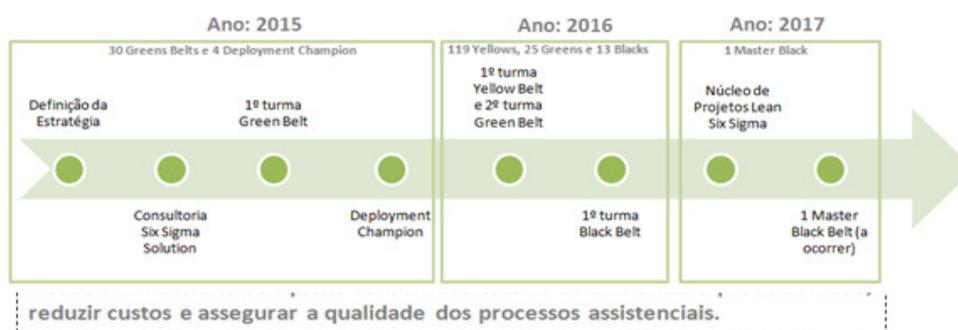
Tabela 2: Classificação dos projetos LSS

Perspectiva do BSC	Categoria do Planejamento Estratégico
Cliente	Reconhecimento institucional
Financeira	Redução de Custos
Processos Internos	Eficiência Operacional
Patrimônio Humano	Gestão de Pessoas

Fonte: MV – Módulo Estratégico.

Todos os projetos LSS seguiram a metodologia DMAIC, na qual cada letra indica uma das cinco fases que a caracterizam: definição, medição, análise, implementação das soluções e controle do processo. Após o treinamento institucional recebido o líder de projeto seguiu para identificação do problema e a aprovação do pré-projeto.

Figura 2: Linha do tempo da implantação da metodologia LSS e Desafio



Deste universo de projetos, dezesseis foram finalizados até dezembro de 2016. Neste momento já foi possível evidenciar ganhos operacionais e financeiros reais diretos e indiretos. Dentre eles, temos:

- Ganho médio de 10 minutos por atendimento na emergência pediátrica, na passagem do paciente da Recepção até Classificação de Risco, ampliando a capacidade instalada de atendimento e reduzindo o tempo médio de permanência do paciente no ambiente de emergência hospitalar;
- Redução de 50% no tempo de leito bloqueado por necessidade de manutenção, possibilitando aumento do fator de utilização do leito operacional;
- Redução de 30% no tempo liberação do leito clínico pela Hotelaria;
- Redução no tempo de liberação de leitos de terapia intensiva de cardiologia, otimizando da sala operatória para cirurgia cardíaca e mitigando risco de suspensão cirúrgica;

- 
-
- Melhoria no processo de dispensação da dieta para pacientes, inicialmente atendidos pelo Sistema único de Saúde, expandido posteriormente para todas as unidades de internação do Hospital;
 - Implantação de plano terapêutico de doenças bronco obstrutivas no pronto atendimento pediátrico gerando redução de custos com materiais e medicamentos e otimização de recursos operacionais e humanos;
 - Otimização do processo de montagem e dispensação de refeições para pacientes, acompanhantes e colaboradores apresentou em sua 1ª etapa a unificação dos serviços de nutrição Produção e Clínica gerando uma redução anual de pouco mais de trezentos mil reais de folha de pessoal. Em sua 2ª etapa, com a redistribuição do quadro de colaboradores, o projeto estava focado em melhoria operacional e valor agregado ao cliente com ações de decoração de baixela pediátrica e adultos; permitir acesso e solicitar a assinatura do acompanhante no refeitório para controle/garantia de cobrança; realizar a conferência e controle da movimentação dos pacientes; venda de refeição aos clientes da emergência.

Benefícios conquistados com a execução de projetos *Lean Seis Sigma* para:

Hospital:

- Aumento de capacidade operacional (nivelamento dos processos, melhorias operacionais);
- Redução de custos (redução de desperdícios) e Maior rentabilidade direta e indiretamente associada aos processos trabalhados;
- Inovações e processos mais ágeis;
- Melhor imagem perante a sociedade.

Pacientes:

- Melhor qualidade (redução de esperas, movimentação e variabilidade);
- Maior satisfação (fluxo contínuo, gestão visual);
- Maior segurança (fluxos e processos padronizados, redução de riscos).

Colaboradores do Hospital:

- Maior satisfação (visão sistêmica e maior envolvimento dos colaboradores);
- Redução de *stress* (padronização de atividades e redução de burocracias);
- Aprendizado e desenvolvimento (treinamentos, capacitação, atividades práticas).

A neutralização de resistências e dificuldades vivenciadas no início da implantação, deste modelo de gerenciamento de projetos, foram muito bem administradas pela alta gestão do hospital que impulsionou, instrumentalizou e investiu no capital humano possibilitando a construção do método de gerenciamento de projetos baseado em uma filosofia sólida e focada na inovação.

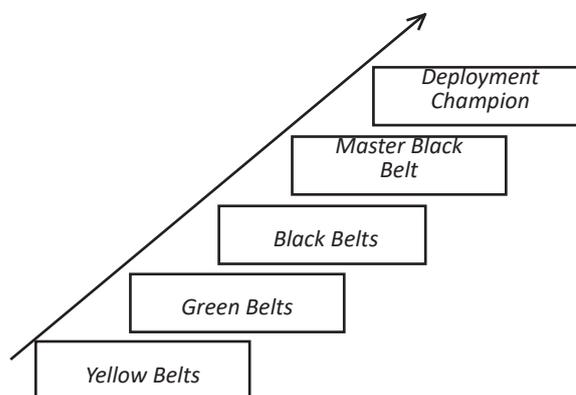
RESULTADOS CONQUISTADOS

Mediante a implementação da filosofia *Lean Healthcare*, considerando integração entre as ferramentas LSS, BSC e PMBOK, a gestão de inovação foi estruturada no hospital filantrópico de estudo, sendo que as soluções ocorreram em quatro instâncias igualmente importantes: pessoas, processos, sistema (a ferramenta adquirida) e cultura organizacional.

Ganho de capital intelectual

Durante o projeto de implantação do LSS, foi constatada a ausência de um responsável para o gerenciamento da equipe de *Belts*. Na impossibilidade de contratação de um profissional em tempo integral à atividade, o hospital identificou um colaborador que foi transferido de função para atuar na gestão do *pipeline* de projetos. Essa atividade mostrou ter impacto direto e favorável na efetividade no modelo de gestão de projetos e inovação.

Figura 3: Escala e Formação de Colaboradores



Ganho Operacional e Financeiro

Tabela 3: Ganhos de Projetos

Intervenção	Ganho
Otimização o tempo de atendimento da recepção até a classificação de risco na emergência pediátrica	Redução no tempo de atendimento 10min por paciente
Redução do tempo de liberação de leitos da unidade de internação para o setor de regulação de leitos	Redução média de 77min por leito
Redução do tempo para início de hemodiálise	Redução média de 26min por paciente
Redução do tempo de liberação de leitos de unidade de terapia intensiva	Redução média de 3horas por paciente
Redução do tempo de bloqueio de leitos por necessidade de manutenção	Redução média de 5dias por leito
Adequação nos processos de terapia medicamentosa na clínica da dor	Redução anual estimada do custo de 150mil reais
Redução de múltiplas punções periféricas em pacientes pediátricos	Redução anual estimada do custo de 40mil reais
Otimização no processo de atendimento na central de abastecimento farmacêutico	Redução anual estimada de 200mil reais

Fonte: Sistema de Gestão do Hospital

Ganho de Capital Estrutural e Cultura Organizacional

Figura 4: Estruturação da Gestão da Inovação



Para suportar a integração das três ferramentas foi escolhido um sistema de gestão de projetos que possibilitasse transparência no acompanhamento e monitoramento dos projetos, garantindo o alinhamento deles às perspectivas do BSC sustentado nas boas práticas do PMBOK. Desde sua implementação, melhorias foram introduzidas, de forma contínua, atendendo a demandas institucionais geradas pelas informações disponibilizadas pelo próprio sistema.

Figura 5: Escopo do Sistema

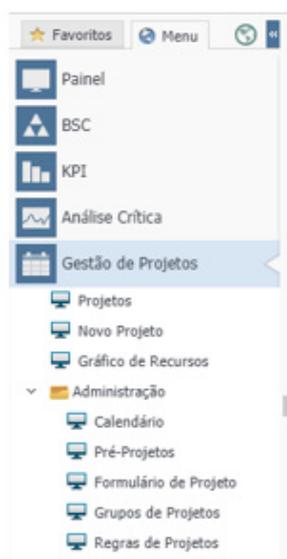


Figura 6: Painel de Bordo de Projetos

Título	% Programado	Fin Programado	Educação	S.	% Real	% Projeto	Índice	Status	Status Gráfico
[Redacted]	04/08/2017	31/03/2017	A Iniciar	1	0%	75%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	03/07/2017	30/09/2018	A Iniciar	1	0%	33%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
OPERACIONAL	03/03/2015	31/03/2018	A Iniciar	4	41%	80%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	24/04/2017	24/03/2018	Iniciado	1	34%	77%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	05/10/2016	20/03/2017	Iniciado	2	59%	100%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	23/07/2017	23/06/2017	Iniciado	3	34%	100%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	06/08/2017	27/09/2017	Iniciado	2	91%	100%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	[Redacted]	[Redacted]	Iniciado	6	0%	0%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	02/10/2016	31/08/2017	Iniciado	3	54%	100%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	01/01	12/04/2016	Iniciado	6	0%	100%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	06/03/2017	26/03/2017	Iniciado	1	31%	80%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	[Redacted]	[Redacted]	A Iniciar	3	0%	0%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]
[Redacted]	02/05/2017	31/03/2018	A Iniciar	6	0%	75%	[Icon]	[Icon]	[Progress Bar]

Figura 7: Painel de Bordo de Indicadores de performance (oportunidade de melhorias)



Figura 8: Cadastro de indicadores e métricas

Formulário de cadastro de indicadores e métricas. Campos incluem:

- Indicador:** Escolha [dropdown]
- Análise:** Sazonal [dropdown] | Valor [input]
- Responsável Análise:** Escolha [dropdown] | **Periodicidade:** [dropdown]
- Tipo de Falha de Análise dos Valores:**
 - Valor
 - % Meta
- Definição de Faixas:**

Faixa Favorável	Faixa Estável	Faixa Desfavorável
[input]	[input]	[input]
- Metadados:** Descrição, Periodicidade, Valor, Início, Fim, Organização, Setor, Opções.

A mudança na cultura organizacional voltada a uma gestão efetiva dos projetos de inovação é um processo lento, mas de fundamental importância. Ela aparece como consequência das melhorias e funcionalidades implementadas, gerando benefícios para toda instituição hospitalar.

Estes projetos compartilham múltiplos *stakeholders* com objetivos, compreensão e necessidades distintas, criando um desafio à gestão institucional da estratégia adotada. Gerir esses projetos de maneira coesa e alinhada às iniciativas estratégicas do hospital é, em geral, um desafio conduzido de maneira pouco sistematizada neste nicho de mercado (terceiro setor). Isso contrasta com o potencial competitivo associado à gestão eficaz de um programa como este, desenvolvido pelo hospital escolhido para o estudo e evidenciado ganhos já no primeiro ano de implementação.

ANÁLISE PRELIMINAR QUALITATIVA DA ADERÊNCIA DA METODOLOGIA A GESTÃO DA INOVAÇÃO

A filosofia *Lean Healthcare* absorvida a partir da implantação da metodologia LSS associada a outras ferramentas de gestão, é importante para o mercado da saúde, porque pode ajudar a criar soluções inovadoras, de alto impacto, sem necessariamente precisar grandes investimentos financeiros para isso acontecer. Por meio dessa abordagem, é possível canalizar soluções setoriais, bem como soluções institucionais.

A definição de metas corporativas em uma implementação de *Lean Seis Sigma* deve ser desmembrada do nível estratégico até operacional e a melhor forma de conquistar este pleito é o espelhamento dos objetivos e diretrizes estratégicas nos projetos *Lean Seis Sigma* à luz das perspectivas do BSC, considerando as boas práticas de gerenciamento de projetos apontadas pelo PMBOK.

Com este entendimento já solidificado e consolidado pela instituição é possível para a organização hospitalar contar em seu planejamento orçamentário com métricas para neutralização da inflação considerando a realização de projetos e metas por equipes de *Black e Green Belts*.

- Utilizando o *Total Cost* do ano anterior atribuindo um percentual de inflação de custo projetado do ano em curso, definindo uma meta global institucional com desdobramento por Diretorias.
- Definido o *pipeline* de projetos por área, os times de *Black/Green Belts* deverão ser montados para estudar inovações de produtos e/ou serviços estratégicos.
- Os *Black/Green Belts* utilizarão da ajuda dos *Yellow Belts* para implementar as melhorias dos processos e poderão medir em um ano os ganhos financeiros dos projetos validados pelo *Deployment Champion*.

O modelo de gestão de inovação adotado pelo hospital em estudo, tendo como base ferramentas de gestão sólidas e ágeis, evidenciou conquistas técnicas e administrativas que agregam valor direto ao cliente paciente, cliente médico e o colaborador na condição de cliente interno.

Figura 9: Modelo de Gestão de Inovação de Produtos e Processos



Como resultado, o envolvimento de diferentes profissionais, de diferentes áreas e papéis nas atividades de projetos tem contribuído para uma cultura favorável para inovação. Hoje, as instâncias de coordenação podem monitorar esses resultados por meio de indicadores de processo incorporados aos relatórios das áreas e da Diretoria Geral, avaliados pela técnica do balanced score card (BSC).



REFERÊNCIAS

- Pereira JC, Saes SG, Escuder MM. **Definindo prioridades de gestão de ciência e tecnologia em saúde.** Rev Saúde Pública. 1997;31(6):624-31
- Fundaira JC, Saes SG, Escuder MM. **Definindo prioridades de gest necessidade.** Esperamos, com este trabalho, auxilia010 [Internet]. São Paulo; 2011 [citado 2012 Out 25]. Disponível em: <http://www.fapesp.br/6479>
- Departamento de Ci/6479 e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde. **Programa de fomento à pesquisa para os sistemas e serviços locais de saúde: gestão compartilhada em saúde.** Rev Saúde Pública. 2006;40(6):1131-6.3.3.
- Rotondaro RG. **Seis Sigma: estratégia gerencial para a melhoria de processos, produtos e serviços.** São Paulo: Atlas; 2002.
- Werkema MC. **Lean Seis Sigma Introdugma: Estratégia gerencial manufacturing.** Rio de Janeiro: Wekema; 2006.
- NAVE D. **Como comparar o Seis Sigma, o Lean e a Teoria das Restrições.** <http://agente.epse.com.br/banasqualidade/qualidade771111777.PDF>
- Valle AB, Soares CA, Finocchio Junior J, Silva LS. **Fundamentos do gerenciamento de projetos.** Rio de Janeiro: FGV Management; 2007
- Project Management Institute (PMI). **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos** (Guia PMBOK). 4a ed. Atlanta: Global Standard; 2008.
- Kaplan RS, Norton DP. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard** – Editora Campus, São Paulo, 1997
- Arbache AP. **Metodologia científica para TCC.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; 2010
- Marshall Junior I, Cierco AA, Rocha AV, Mota EB, Leusin S. **Gestão da qualidade.** 10a ed. Rio de Janeiro: FGV; 2010
- Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. I-Search - **Sistema Gerenciador de Projetos de Pesquisa**, 2010. Sigilo até 29/12/2020. Registro no INPI: 11563-6. Rev Bras Prop Int. 2011;2012. [criado por Holthausen AC, Goldberg AC, Hors CP, Babio Junior FG, Gouveia MR, Vinuela RG, Silva SM
- Pinheiro AA, Siani AC. Guilhermino JF, Henriques MG, Quental CM, Pizarro AP. **Metodologia para gerenciar projetos de pesquisa e desenvolvimento com foco em produtos: uma proposta.** Rev Admin Pública. 2006;40(3):457-78.

Barreto Junior JT. **Indicadores e métricas: ferramentas para avaliação de resultados de P&D visando a inovação no setor elétrico** [dissertação]. Rio de Janeiro: Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2009 [citado 2012 Out 24]. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0611878_09_pretextual.pdf

Prado D. **Maturidade em gerenciamento de projetos**. 2a ed. Novo Lima: INDG; 2010.

Fornari AR. **Estudo comparativo da aderência de ferramentas livres ao PMBOK (2004)**. Rio de Janeiro; 2009. Disponível em: http://www.bcc.ufla.br/monografias/2010/Estudo_Comparativo_da_Aderencia_de_Ferramentas_Livres_ao_PMBOK.pdf

<http://evolucaoagora.blogspot.com.br/2012/10/>

<http://www.fnq.org.br/informe-se/artigos-e-entrevistas/entrevistas/gestao-da-inovacao-nas-organizacoes>

<http://portal.blbbrasilescoladenegocios.com.br/gestao-da-inovacao-nas-empresas/>

<https://www.dicio.com.br/>

<https://www.linkedin.com/pulse/transformaçao-digital-da-saude-baseada-em-desfechos-e-rabello/>

<https://www.linkedin.com/pulse/o-custo-da-inovacao-na-saude-guilherme-rabello/>

<http://www.sobreadministracao.com/seis-six-sigma-o-que-e-como-funciona/>

DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL E ALGUMAS SITUAÇÕES DE CUNHO MUNDIAL

Valdeci Ataíde Capua¹

Margareth Brandina Barbosa²

Resumo

Sabe-se que os Direitos Humanos é um assunto que perdura por tempos, onde, após a Primeira Grande Guerra Mundial, teve grande impulso, rumo aos Direitos Humanos Internacionalizados, vindo a se consolidar definitivamente como ramo do Direito Internacional Público, após a segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU em 1945. Atualmente, em razão do forte desenvolvimento da disciplina na comunidade internacional, é impossível pensar em Direito Internacional, sem passar pela temática dos Direitos Humanos. Desta feita, no presente trabalho, procuramos identificar/discorrer sobre a temática do Direito Internacional dos Direitos Humanos, abarcando suas inúmeras legislações que visam a promoção e proteção dos aludidos Direitos na órbita internacional, sob o prisma da revolução provocada pelos Direitos Humanos no Direito Internacional Público, com a admissão do Homem como sujeito de direito internacional donde acabou por acarretar profundas mudanças em um conceito fundamental da ordem jurídica internacional que é o da soberania com inúmeras consequências. Vamos a elas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Direito Internacional dos Direitos Humanos e Sujeito de Direitos.

Abstract

It is known that Human Rights is a longstanding subject, where, after the First World War, it had a great impulse, towards Internationalized Human Rights, consolidating definitively as a branch of Public International Law after the Second War With the creation of the UN in 1945. Currently, because of the strong development of the discipline in the international community, it is impossible to think about international law without going through the theme of human rights. In this paper, we seek to identify / discuss the theme of International Human Rights Law, including its numerous laws aimed at the promotion and protection of human rights in the international sphere, under the prism of the revolution provoked by Human Rights in International Law Public, with the admission of Man as subject of international law where it ended up entailing profound changes in a fundamental concept of the international legal order that is that of sovereignty with countless consequences. Let's go to them.

Keywords: Human Rights; International Law of Human Rights and Subject of Rights.

1 Mestre em Relações Privadas e Constituição pela Faculdade de Direito de Campos dos Goytacazes-RJ; Pós graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade de Direito de Campos dos Goytacazes-RJ; Pós graduado em Direito Privado pela Faculdade São João Batista; Pós graduado em Direito Previdenciário pelo Instituto Luiz Flávio Gomes; Professor da Faculdade São Carlos – Famesc; Professor da Escola da Magistratura do TJ/ES; Professor de Pós graduação da Faculdade São Camilo; Servidor efetivo do Tribunal de Justiça do TJ/ES, lotado na comarca de Guaçuí-ES.

2 Pós-graduada em manipulação magistral. Pós-graduada em atenção primária a saúde. Pós-graduada em auditoria, regulação e monitoramento a saúde. Servidora efetiva da prefeitura municipal de Muniz Freire-ES como farmacêutica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que o estudo do tema acima descrito tem como paradoxo diversas nuances no direito comparado, onde o cerne do presente estudo tem como base a focalização dos inúmeros problemas que enfocam diretamente a disciplina da tutela e da efetividade dos direitos humanos, sendo estes fundamentalmente vinculados à dignidade da pessoa humana, por muitos denominados protoprincípio, pois, como veremos no decorrer do presente estudo, direitos humanos e dignidade da pessoa são indissociáveis.

No entanto, não é tarefa fácil tratar deste tema, considerando sua complexidade; para tanto, examinou-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fazendo um cotejo com os diversos diplomas internacionais que direcionam as interpretações para os dispositivos que entendemos tratar desse assunto, especialmente algumas das decisões normativas das declarações e dos documentos aprovados em Convenções e Tratados Internacionais, entendendo que a incorporação dessas matérias ao direito brasileiro, embora passível de algumas “adaptações” à nossa realidade, não deixa de ser recurso fundamental para prevenir e reprimir determinadas violações dos direitos humanos, ocorrendo que na ausência desses, poderiam resultar em problemas sem solução, principalmente com o advento do parágrafo terceiro do artigo quinto da Carta Magna de 1988.

Diante disto, procuramos narrar alguns problemas atinentes à violação dos Direitos Humanos, com ênfase na dignidade da pessoa humana na seara do direito internacional, bem como os mecanismos pertinentes à sua proteção internacional, vistos sob a ótica da garantia dos direitos fundamentais internacionais.

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

A expressão “direitos humanos” tem servido para abrigar distintos conteúdos, variando o seu emprego de acordo com a área do conhecimento (direito, filosofia, ciências sociais e suas vertentes, economia, etc.) ou o contexto geopolítico (relações internacionais ou nacionais).

Bobbio recomenda que seja conferida preocupação mais ao efetivo desfrute desses direitos do que à sua mera definição (BOBBIO, 2004, p. 35-36).

Observamos que diante das diversas terminologias utilizadas sobre o tema ora proposto, indiscriminadamente, para designação desses direitos e de suas derivações (para quem as admita), como p. ex., direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos fundamentais, direitos do cidadão, liberdades públicas, liberdades individuais, direitos e garantias fundamentais e direitos fundamentais do homem, entre outras (NETO, 2016, p.27).

J.J. Canotilho envidou esforços para distinguir várias dessas expressões, examinando-as aos pares e chegando, entre outras, as conclusões que são importantes no tema ora atinente, apesar de muitas serem

empregadas como sinônimas, onde, na visão do ilustre doutrinador, direitos do homem ou direitos humanos se dividem em Direitos Humanos Internacionais ou Direitos Humanos em Sentido Estrito e Direitos Humanos Fundamentais ou Direitos Fundamentais (CANOTILHO, 2003, p. 243).

O direito internacional dos direitos humanos pode ser compreendido como conjunto de normas e medidas internacionais voltadas à proteção dos direitos humanos, pois ele denota que os direitos humanos, além da proteção interna, prevista no ordenamento jurídico nacional de cada Estado, também possuem uma proteção internacional, consagrada em normas jurídicas internacionais.

O direito internacional dos direitos humanos possui como característica central o aspecto protetivo; ele é, essencialmente, um direito de proteção, direito de proteção do ser humano e, não, de proteção dos Estados (BARRETO, 2017, p. 113).

A preocupação com a proteção dos direitos humanos no cenário internacional – algo que se iniciou pouco antes da Primeira Guerra Mundial e se consolidou após a Segunda Guerra Mundial - representou um novo paradigma para o direito internacional e propiciou uma mudança na modelação do próprio direito internacional, que doravante, teve de ser repensado, a partir da lógica protetiva dos direitos humanos.

A admissão do Homem como sujeito de Direito Internacional acabou por acarretar profundas mudanças em um conceito fundamental da ordem jurídica internacional que é o da soberania com inúmeras consequências, conforme discorre Celso de Albuquerque Mello em seu artigo alocado no Compêndio de Arquivos de Direitos Humanos (MELLO, 2003, p. 27).

Alguns outros autores clássicos como Vitória, Suarez e Grotius **não negavam a personalidade internacional do indivíduo e que o DIP deveria protegê-los**, onde, esta visão está em consonância da visão favorável ao Direito Natural por parte de diversos doutrinadores da seara do tema ora proposto.

Esta visão é compartilhada a partir do final século XIX por outros autores onde sustentavam ser o homem sujeito do DI, dentre eles podemos destacar Fiore, Bonfils, Westlake, etc., de onde vislumbramos que o precursor deles foi Heffter cuja obra já continha tal afirmação.

A proteção internacional dos direitos humanos estrutura-se ao redor de sistemas, ou seja, de esquemas compostos por tratados e órgãos encarregados de aplicá-los, sendo estes sistemas de dupla natureza. O primeiro deles é o sistema global ou universal de proteção, comandado pela ONU. Ao lado deste, existem implementados os sistemas regionais de proteção, mais especificamente os sistemas europeu (âmbito do Conselho da Europa), americano (âmbito da OEA) e o africano (âmbito da União Africana).



SISTEMA GLOBAL	SISTEMAS REGIONAIS
É conhecido como o sistema “internacional” ou “universal” e visa abranger o mundo inteiro. É administrado fundamentalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seu principal órgão é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.	Visam a promover os direitos humanos em determinadas regiões do mundo, atentando para as respectivas especificidades e beneficiando-se da maior facilidade de promover o consenso entre Estados. Os mais conhecidos são o Europeu, o Africano e o Interamericano, do qual o Brasil faz parte.
Seus documentos mais importantes são: <ul style="list-style-type: none">• A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;• Pacto sobre Direitos Civis e Políticos e;• Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966	O sistema interamericano é organizado pela OEA – Organização dos Estados Americanos. Seu principal órgão é a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Sob a ótica de multiplicidade, dá-se o nome de processo internacional de direitos humanos o conjunto de mecanismos em vigor, passíveis de serem acionados com vistas à supervisão dos Estados no que tange à proteção e a promoção dos direitos humanos, em caso de violação desses direitos, onde esta adversidade admite instrumentos de supervisão e de apuração de distintas naturezas, os quais, na maioria dos casos, articulam-se.

Fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos

Entende-se como Direitos Humanos Internacionais a soma dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos estipulados pelos instrumentos internacionais e regionais e pelo costume internacional (FILHO, 2011, p. 24). Deste conceito extraem-se as principais fontes formais do DIDH, quais sejam: os tratados internacionais e o costume internacional – os princípios também são considerados como fonte formal primária. Há, ainda, as fontes auxiliares, tais como a doutrina e decisões judiciais.

O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça traz as fontes do Direito Internacional.

Artigo 38

1. A Corte, cuja função seja decidir conforme o direito internacional as controvérsias que sejam submetidas, deverá aplicar;
2. As convenções internacionais, sejam gerais ou particulares, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes;
3. O costume internacional como prova de uma prática geralmente aceita como direito;
4. Os princípios gerais do direito reconhecidos pelas nações civilizadas;
5. As decisões judiciais e as doutrinas dos publicitários de maior competência das diversas nações, como meio auxiliar para a determinação das regras de direito, sem prejuízo do disposto no Artigo 59.
6. A presente disposição não restringe a faculdade da Corte para decidir um litígio *ex aequo et bono*, se convier às partes

Segundo André de Carvalho Ramos (2018, p. 334-337), são fontes do Direito Internacional, apesar de não mencionadas no artigo 38, os atos unilaterais e as resoluções vinculantes das organizações internacionais.

Impende salientar que o posicionamento do autor é relevante mas ainda prevalece o entendimento de que os dispositivos contidos no artigo alhures citado ainda são predominantes na seara de criação do direito no plano internacional, onde devemos trazer a baila que não existe hierarquia entre fontes, apenas o grau de utilização em cada caso concreto, a depender de cada momento histórico, a partir da baliza mestre da comunidade internacional que, deveras, vai se estruturando e reformulando com o passar dos tempos.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA UNIVERSALIZAÇÃO

O sistema global (ou internacional) de proteção dos direitos humanos é composto por tratados abertos à adesão de todos os Estados, independentemente de sua localização geográfica e de órgãos voltados a promover a dignidade humana em todo o mundo, sendo administrado principalmente pela **ONU**. Passamos a citar alguns deles:

a) Carta das Nações Unidas (Carta da ONU): Trata-se do tratado que criou a Organização das Nações Unidas, firmado em São Francisco, através do Decreto 19.841, de 22/10/1945. Não consagra direitos, nem cria órgãos especificadamente voltados a promover a observância dos direitos humanos no plano internacional. Define que a proteção da dignidade humana é um dos fundamentos da paz e do bem-estar do mundo e atribui, portanto, à promoção dos direitos humanos o caráter de tema prioritário da sociedade internacional.

Nessa seara, impende transcrever o que preconiza Comparato em sua obra, *verbis*:

Os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e, conseqüentemente, para a afirmação da existência de direitos universais a ela inerentes, foram lançados no centro do chamado “Período Axial da História” (séculos VIII a II a.C.) quando nasce a filosofia, tanto na Ásia, quanto na Grécia, substituindo-se, pela primeira vez, o saber religioso-mitológico pela crítica racional. É neste momento que o ser humano passa a ser considerado, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais (COMPARATO, 2010, p. 24).

b) Declaração Universal dos Direitos Humanos: também chamada informalmente de ‘**Carta Internacional dos Direitos Humanos**’, foi proclamada em 1948, por meio de resolução da Assembleia Geral da ONU. No preâmbulo da Declaração Universal, de 1948, encontra-se a motivação para a elaboração de um documento universal sobre os direitos humanos, sendo a mesma motivação que levou a criação da ONU.

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.

A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

c) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos: Também conhecido como Pacto Civil, cujos preceitos são juridicamente vinculantes e cujo objetivo principal é detalhar direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e contribuir com sua aplicação. Cuida dos direitos humanos relacionados à liberdade individual, à proteção da pessoa contra a ingerência estatal em sua órbita privada, bem como à participação popular na gestão da sociedade.

O diploma legal em estudo aceita pena de trabalhos forçados apenas como exceção (artigo 8º, 3), abaixo descrito, onde admite como regra a realização de “serviços” ou trabalhos no cárcere como parte das atividades regulares deste, *verbis*:

Artigo 8º:

1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos.
2. Ninguém poderá ser submetido à servidão.
3. a) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios;
- b) A alínea a) do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente;

c) Para os efeitos do presente parágrafo, não serão considerados “trabalhos forçados ou obrigatórios”:

i) qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea b) normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional;

ii) qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se opõem ao serviço militar por motivo de consciência;

iii) qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade;

iv) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

d) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Também conhecido como Pacto Social, foi firmado em 1966 e promulgado pelo Decreto 591 de 06/07/1992. Visa a promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais, que também deverão ser objeto da atenção dos Estados, os quais deverão progressivamente assegurar seu gozo, por esforços próprios ou pela cooperação internacional, com o auxílio de todos os meios apropriados nos planos econômicos e técnicos e até o Máximo de seus recursos disponíveis.

Houve fixação de um conteúdo mínimo de direitos, por parte do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que devem ser imediatamente implementados, judicialmente, inclusive, citamos alguns, dentre outros:

- Tratamento isonômico ante a lei (artigo 3º):

Artigo 3º: Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais enumerados no presente Pacto.

- Liberdade sindical e de greve (artigo 8º):

Artigo 8º:

1. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a garantir:

a) O direito de toda pessoa de fundar com outras, sindicatos e de filiar-se ao sindicato de escolha, sujeitando-se unicamente aos estatutos da organização interessada, com o ob-

jetivo de promover e de proteger seus interesses econômicos e sociais. O exercício desse direito só poderá ser objeto das restrições previstas em lei e que sejam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger os direitos e as liberdades alheias;

b) O direito dos sindicatos de formar federações ou confederações nacionais e o direito destas de formar organizações sindicais internacionais ou de filiar-se às mesmas.

c) O direito dos sindicatos de exercer livremente suas atividades, sem quaisquer limitações além daquelas previstas em lei e que sejam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger os direitos e as liberdades das demais pessoas:

d) O direito de greve, exercido de conformidade com as leis de cada país.

2. O presente artigo não impedirá que se submeta a restrições legais o exercício desses direitos pelos membros das forças armadas, da política ou da administração pública.

3. Nenhuma das disposições do presente artigo permitirá que os Estados Partes da Convenção de 1948 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, venham a adotar medidas legislativas que restrinjam - ou a aplicar a lei de maneira a restringir as garantias previstas na referida Convenção.

e) Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio: Foi firmada em 1948 (Decreto 30.822, de 06/05/1952). Celebrada após a II Guerra Mundial, a Convenção denota a preocupação da comunidade internacional em evitar a repetição de determinados atos de violência ocorridos durante aquele conflito, que foram dirigidos especificamente a certos grupos nacionais, raciais e religiosos. A Convenção parte da percepção de que o genocídio é algo 'odioso', que causou grandes perdas para a humanidade no decorrer da história, e cujo enfrentamento requer a cooperação internacional.

A palavra genocídio vem da junção dos termos: *génos* (grega) que significa raça, povo, tribo, grupo, nação com a palavra *caedere* (latim) que quer dizer destruição, aniquilamento, ruína, matança etc.

Na doutrina é definido como 'aquele crime perpetrado com a intenção de destruir grupos sociais, étnicos ou religiosos.

Carlos Eduardo Adriano Jupiassú observa que:

Essa categoria de delito surgiu com os processos de Nuremberg, embora o termo crimes contra a humanidade seja conhecido, desde a IV Convenção de Haia de 1907, referente às leis e aos costumes da guerra terrestre por meio da chamada cláusula *Martens* (JUPIASSU, 2004, p. 221).

f) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Convenção CEDAW). Foi firmada em 1979 e promulgada pelo Decreto 86.460, de 20/03/1984, posteriormente revogado pelo Decreto 4377, de 13/09/2002, que, mantendo a validade do acordo em território nacional, consolidou a retirada, ocorrida em 1994, das reservas que o Brasil tinha formulado em relação ao tratado no momento em que o firmou.

De acordo com o artigo 18 da Convenção, os Estados Partes devem apresentar relatórios periódicos sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que adotarem para tornarem efetivas as disposições desta Convenção e dos progressos alcançados a respeito.

g) Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes: Foi celebrada em 1984 (Decreto 40, 15/02/1991).

Destaca que não configuram tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas ou que sejam inerentes a tais sanções ou ainda, que delas decorram.

O repúdio à tortura é tal que a Convenção determina que os Estados também punam a tentativa de tortura, a cumplicidade ou a participação em atos de tortura.

Podemos citar alguns dispositivos que alicerçam o que preconiza a presente Convenção, *verbis*:
-Adoção de medidas legislativas, administrativas, judiciais ou outras que se revelem adequadas a cumprir o cerne da Convenção, qual seja:

Artigo 2º:

1. Cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição.
2. Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais tais como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificação para tortura.
3. A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública não poderá ser invocada como justificação para a tortura.

h) Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos: Podem ser encontrados nos tratados de direitos humanos elaborados sob a égide da ONU, partindo do princípio da não incriminação.

A ONU adotou uma resolução referente às Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, proferida em 1955 e atualizada em 1957 e 1977 e secundada por um ‘Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão, de 1988, e por “Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos, de 1990”.

Atinente ao direito dos presos, nos traz comoção o que se conceituou como “estado de coisas inconstitucional”, reverberado pelo STF ao aduzir a situação calamitosa dos presos no Estado Brasileiro - Julgado proferido via ADPF 347/MC/DF.

Sistema carcerário: estado de coisas inconstitucional e violação a direito fundamental

Plenário concluiu o julgamento de medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental em que discutida a configuração do chamado “estado de coisas inconstitucional” relativamente ao sistema penitenciário brasileiro. Nessa mesma ação também se debate a adoção de providências estruturais com objetivo de sanar as lesões a preceitos fundamentais sofridas pelos presos em decorrência de ações e omissões dos Poderes da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal. No caso, alegava-se estar configurado o denominado, pela Corte Constitucional da Colômbia, “estado de coisas inconstitucional”, diante da seguinte situação: violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais; inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura; transgressões a exigir a atuação não apenas de um órgão, mas sim de uma pluralidade de autoridades. Postulava-se o deferimento de liminar para que fosse determinado aos juízes e tribunais: a) que lançassem, em casos de decretação ou manutenção de prisão provisória, a motivação expressa pela qual não se aplicam medidas cautelares alternativas à privação de liberdade, estabelecidas no art. 319 do CPP; b) que, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, realizassem, em até 90 dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contadas do momento da prisão; c) que considerassem, fundamentadamente, o quadro dramático do sistema penitenciário brasileiro no momento de implemento de cautelares penais, na aplicação da pena e durante o processo de execução penal; d) que estabelecessem, quando possível, penas alternativas à prisão, ante a circunstância de a reclusão ser sistematicamente cumprida em condições muito mais severas do que as admitidas pelo arcabouço normativo; e) que viessem a abrandar os requisitos temporais para a fruição de benefícios e direitos dos presos, como a progressão de regime, o livramento condicional e a suspensão condicional da pena, quando reveladas as condições de cumprimento da pena mais severas do que as previstas na ordem jurídica em razão do quadro do sistema carcerário, preservando-se, assim, a proporcionalidade da sanção; e f) que se abatesse da pena o tempo de prisão, se constatado que as condições de efetivo cumprimento são significativamente mais severas do que as previstas na ordem jurídica, de forma a compensar o ilícito estatal. Requeria-se, finalmente, que fosse determinado: g) ao CNJ que coordenasse mutirão carcerário a fim de revisar todos os processos de execução penal, em curso no País, que envolvessem a aplicação de pena privativa de liberdade, visando a adequá-los às medidas pleiteadas nas alíneas “e” e “f”; e h) à União que liberasse as verbas do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos — v. Informativos 796 e 797. ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (ADPF-347)

i) Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo:

Também chamada de Convenção de Nova Iorque. Foi assinado pelo Brasil em 2007 (Decreto 6949, de 25/08/2009). Hoje o emprego do termo ‘pessoa com deficiência’ é o mais apropriado. Trata de Tratado com *status* de emenda constitucional no Brasil.

A Convenção de Nova Iorque deve ser aplicada de acordo com os seguintes princípios: respeito pela dignidade inerente a todas as pessoas com deficiência; autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas; a independência das pessoas; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade dentre outros.



Diante da incorporação da Lei 13.146/15 que instituiu a inclusão de pessoas com deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência – instituiu-se no ordenamento pátrio uma verdadeira quebra de paradigmas, alterando e revogando inúmeros dispositivos legais, com o cerne de dar maior amplitude aos sujeitos protegidos pela novel legislação, referendando os ditames da Convenção objeto de estudo. Marco significativo para àqueles que tanto necessitam do amparo da presente lei, onde em seus dispositivos, os mecanismos de proteção e prevenção dos portadores de deficiência são ampliados de forma a inserí-los definitivamente como sujeitos de direitos na comunidade em que estão alocados. Parabéns pelo avanço significativo.

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO (DIREITO DOS CONFLITOS ARMADOS)

Suas regras estão contidas em Tratados os quais os Estados aderem voluntariamente, comprometendo-se a respeitá-los e fazê-los respeitar; ou têm origem no costume internacional, pela repetição de determinadas condutas com a convicção de que devem ser respeitadas e de que sua violação é rejeitada por todos. Como exemplo temos o caso de atacar o inimigo que se rende ou violar uma trégua.

O D.I.H.(Direito Internacional Humanitário) é universal. Praticamente toda a comunidade internacional reconhece a vigência do DIH: 188 Estados foram partes nas Convenções de Genebra; 146 no Protocolo I e 138 no Protocolo II.

A propósito, a Conferência de Direitos Humanos convocada pelas Nações Unidas em Teerã em 1968 é especialmente representativa da relação entre Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.

Na sua resolução XXIII, a Conferência destacou que “a paz é condição primordial para o pleno respeito aos direitos humanos, e que a guerra é a negação desse direito” e que, por conseguinte, é muito importante fazer com que as regras humanitárias aplicáveis em situações de conflitos armados sejam consideradas como parte integrante dos Direitos Humanos. A aplicação das Convenções ocorre mesmo quando não houver declaração de guerra.

O D.I.H. reconhece que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)¹, organismo humanitário independente e imparcial, onde tem o direito de livre acesso às vítimas de conflitos armados internacionais, para conhecer suas necessidades e intervir em seu favor. É outorgado em particular ao CICV o direito de visitar prisioneiros de guerra, os internados civis, os feridos, em geral a população civil afetada pelo conflito. Também lhe é reconhecida à possibilidade de adotar iniciativas em favor das vítimas dos conflitos armados.

O direito de iniciativa do CICV também permite oferecer seus serviços às partes em conflito nas situações de violência interna com fundamentos em seus próprios estatutos. Suas regras essenciais são: Distinguir entre os objetivos militares e civis; Somente podem ser atacados os objetivos militares; Recolher e dar assistência aos feridos, aos doentes e aos náufragos, sem discriminação alguma; Tratar com humanidade o adversário que se rende ou é capturado, assim como aos prisioneiros ou detidos. Não devem ser atacados ou maltratados; Respeitar os civis e seus bens; Não causar sofrimento ou danos excessivos; Não atacar o pessoal médico ou sanitário nem suas instalações e permitir que eles façam seu trabalho; Não colocar obstáculos ao pessoal da Cruz Vermelha no desempenho de suas funções.

Portanto, devemos concluir que o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos são complementares do ponto de vista do respectivo âmbito de aplicação. Também não se deve esquecer, na perspectiva mais ampla, da finalidade primordial comum desses dois conjuntos de regras, que ambos nascem de uma mesma preocupação da comunidade humana: o respeito à dignidade humana.

A finalidade primordial do Direito Internacional Humanitário é tentar fazer ouvir a voz da razão em situações em que as armas obscurecem a consciência dos homens e lembrar-lhes que um ser humano, mesmo um inimigo, continua sendo uma pessoa digna de respeito e de compaixão.

Tráfico de Mulheres e de Crianças

Em 18 de maio de 1904 foi firmado um acordo para a repressão do tráfico de mulheres brancas e em 4 de maio de 1910, foi assinada a Convenção Internacional relativo à repressão do Tráfico de Mulheres Brancas.

¹ O Comitê Internacional da Cruz Vermelha é um órgão humanitário independente e imparcial com mandato determinado com fulcro no direito humanitário internacional, em particular as quatro Convenções de Genebra. É um órgão ativo que fornece várias formas de proteção e ajuda às vítimas de conflitos armados, bem como de situações de conflitos internos. Em casos de conflito armado internacional entre Estados Partes das Convenções de Genebra, o CICV recebe autorização para visitar todos os locais de internação, prisão e trabalho onde são mantidos prisioneiros de guerra ou detentos civis. Em casos de conflitos armados não-internacionais ou situações de tensão e conflito interno, o CICV pode oferecer serviços às partes em conflito e, com seu consentimento, ter acesso aos locais de detenção. Os delegados visitam os detidos para avaliar e, se necessário, melhorar as condições materiais e psicológicas de detenção, além de prevenir a tortura e os maus tratos. Os processos de visita exigem acesso a todos as pessoas detidas e aos locais de detenção e também que não sejam estabelecidos limites sobre a duração e a frequência das visitas e que os delegados possam conversar livremente, e em particular, com qualquer um dos detentos. O acompanhamento individual do paradeiro de detentos também faz parte dos procedimentos normais de visitas do CICV. As visitas e os relatórios são confidenciais – embora o CICV possa publicar seus comentários, caso o Estado comente publicamente o relatório ou a visita.

No programa da Sociedade das Nações (SDN), previa o combate ao tráfico de mulheres e crianças. Foi elaborada a “Convenção Internacional de Genebra para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças” em 30/09/1921, complementada em 11/10/33 relativa a mulheres maiores.

Em 1949, os documentos e Tratados anteriores, foram juntados numa só Convenção para o Combate do Tráfico de Mulheres e Crianças.

Destarte, ao longo dos anos, vejamos os principais textos internacionais relativos aos direitos das mulheres: Carta das Nações Unidas (1945) - artigo 1º, nº3, e artigo 55º, alínea c; Declaração Universal dos Direitos do Homem - artigos 2º, 16º e 25º; Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição (Nações Unidas, 1949); Convenção Européia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Conselho da Europa, 1950) - artigo 14º ; Convenção nº100- sobre Igualdade de Remuneração (OIT, 1951); Convenção sobre Direitos Políticos das Mulheres (Nações Unidas, 1952); Convenção Suplementar para a Abolição da Escravatura (Nações Unidas, 1956) - artigo 1º, alínea c), e artigo 2º; Convenção nº111- sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (OIT, 1958); Convenção contra a Discriminação no Ensino (UNESCO, 1960); Carta Social Européia (Conselho da Europa, 1961) - Parte 1, nºs 1, 8 e 17, Parte II, artigos 8º e 17º; Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Nações Unidas, 1966) - artigos 2º, nº2, 3º e 10º, nº2; Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Nações Unidas, 1966) - artigos 2º, 3º, 23º e 26º; Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (Nações Unidas, 1979); Convenção nº156- sobre os Trabalhadores com Responsabilidades Familiares (OIT, 1981; Protocolo nº 7 da Convenção Européia (Conselho da Europa, 1984) - artigo 5º e respectivo *memorandum* explicativo; Protocolo Adicional à Carta Social Européia (Conselho da Europa, 1988).²

O tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas, e está previsto no art. 6º, § 1º, do Pacto de S. José, onde diz que “ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o tráfico dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”. Como casos concretos temos a prostituição forçada e pedofilia.

Condições de Trabalho Equitativas e Humanas

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estipula no artigo XXIII, § 1º: “Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego”. No art. § 3º: “o direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana”. Como exemplos temos alguns casos, dentre outros, como a situação do tratamento dado aos trabalhadores estrangeiros para o reerguimento da Europa ocidental, especialmente na Alemanha; a situação dos trabalhadores dos Países europeus mais pobres, principalmente procedentes da Turquia, reergueram a Alemanha, mas

² Disponível em: http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/efemerides/mulher/direito_internacional.htm. Acesso em 12.12.2005 às 20:05h.

o direito de permanência não era reconhecido, onde os que permanecem, contentam-se com empregos desprezados pelos nacionais; bem como a situação da França com relação aos nacionais do antigo Império Colonial Francês, especialmente Argelinos, Marroquinos e Tunisianos.

Neste diapasão, impende salientar que são direitos incorporados na nossa Carta Magna, em especial o artigo 6º, que trata como direito social o trabalho salubre, digno, dando ao seu sujeito, condições de levar uma vida laboral digna e sem resquícios de tempos remotos, onde o trabalhador era tratado como mera ferramenta de seu patrão, pois está instituído no artigo 7º da CF/88 que o meio ambiente de trabalho deve ser saudável e equilibrado, sendo direito de todo trabalhador, pois nele o empregado passa grande tempo de sua vida, buscando recursos necessários a sua subsistência e dos seus entes queridos.

Além dos dispositivos acima citados, também devemos trazer a baila o artigo 196 e 200, VIII da CF/88 que dispõe de mecanismos de proteção dos trabalhadores, *verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

(...)

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

O Crime de Genocídio

A par dos progressos tecnológicos, o século XX pode ser conhecido como “O SÉCULO DO GENOCÍDIO”³.

Temos inúmeros exemplos estarrecedores dessa prática cruel, principalmente decorrentes no século XX, onde destacamos alguns casos como, o Massacre dos Armênios pela Turquia moderna (1915-16); a questão dos militares turcos que foram responsáveis pelo massacre de 600.000 (seiscentos mil) Armênios, segundo a comissão que investigou as violações das leis e costumes da guerra; o extermínio, pela fome de milhões de camponeses ucranianos pelo regime stalinista (1923-1933); o aniquilamento da população de Nanquim e seus arredores pelos ocupantes japoneses (1937-38); o holocausto da população judia da Europa perpetrado pelos nazistas (1941-45); o assassinato de milhões de indianos muçulmanos e hindus

³ O crime de genocídio coloca-se como uma das questões principais no direito internacional porque é, sem dúvida, a maior violação aos direitos humanos. É um crime que ataca um direito fundamental de qualquer ser humano: o direito de ser diferente. Professar uma religião diferente, pertencer a uma outra raça, etnia ou grupo nacional, defender ideias políticas contrárias ou ter uma cultura diversa são os motivos que levam um grupo a querer exterminar outro. Esse tipo de prática se baseia numa atribuição arbitrária de traços de inferioridade e repúdio, baseados em razões que pouco têm a ver com o comportamento real das pessoas que são objeto da discriminação. Pelo contrário, se dava pelo simples fato de uma pessoa ser diferente, em seus aspectos mais fundamentais.

por ocasião da secessão da Índia (1947-48); as milhões de vítimas da chamada revolução cultural realizada na China pelo regime de Mao Tse-Tung (décadas de 50- 60); a destruição da população cambojana (1975-78); o extermínio de parte da população do Timor-Leste pelo exército indonésio e pelas milícias pró-Indonésia a partir de 1975; a liquidação da comunidade Tutsi pelo regime Hutus em Ruanda, 1994 etc.

Insta salientar que se trata do 1º tratado internacional específico do sistema das Nações Unidas, adotado um dia antes da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A palavra genocídio é derivada do grego “*genos*” que significa “raça”, “tribo” ou “nação” e do termo de raiz latina “-cida” que significa “matar”. O termo foi criado por Raphael Lemkin, um judeu polaco, jurista e que foi conselheiro no Departamento de Guerra dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

O genocídio, no dicionário Aurélio, significa:

“crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus, causar-lhes graves lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças num grupo para outro”.

Jupiassú observa que:

“essa categoria de delito surgiu com os processos de Nuremberg, embora o termo crimes contra a humanidade seja conhecido, desde a IV Convenção de Haia de 1907, referente às leis e aos costumes da guerra terrestre por meio da chamada cláusula Martens”.

Diante disto, podemos afirmar que para os Estados-Partes, surge a obrigação de criar uma legislação interna e garantir a extradição dos criminosos, sendo que este tipo de delito não deve ser considerado crime político para fins de extradição, de modo a impedi-la e refutá-la, como forma de salvaguardar todos os tipos de povos, sejam de culturas ou crenças diferentes, pois o objeto da presente Convenção, como no próprio nome diz, é prevenir e punir todos àqueles que fizerem uso de tão nefasto crime.

Proibição da Guerra na Carta das Nações Unidas

Esse debate acabou, não obstante, com a adoção, em 1945, da Carta das Nações Unidas, que declara a ilegalidade da guerra, salvo em contadas e conhecidas situações:

- As “**ações militares de segurança coletiva**”, previstas no capítulo VII da Carta, nas quais se preveem medidas de força contra Estados que representem uma ameaça para a paz ou a segurança internacional (situação que cobrou muita atualidade nos últimos anos, com o entendimento unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU).

- As “**guerras de legítima defesa**”, nas quais os Estados têm o direito de se defender contra uma agressão armada.

- As “**guerras de libertação nacional**”, no âmbito do direito consagrado de autodeterminação dos povos, sendo excluídas desta categoria as guerras internas de tipo revolucionário.

As guerras entre os povos sempre foram motivo de preocupação para o Direito Internacional, porque a guerra vem sempre acompanhada com altos índices de atos bárbaros, cometidos contra as populações envolvidas, principalmente no que concerne à população civil, não combatentes, onde nos narra Husek:

O Direito Internacional surgiu, inicialmente, como um direito de guerra, tido como uma espécie de sanção possível a que todos os Estados recorriam na área internacional para a solução de litígios. De solução ela passou a ser um ato ilícito internacional para seus deflagradores, e o Direito Internacional passou a ser um Direito de paz, de entendimento, de cooperação entre as nações, de solidariedade (HUSEK, 1995, p.168).

A guerra deve ser o último recurso a ser empregado para resolver qualquer impasse entre dois países, e neste sentido, a Carta das Nações Unidas, documento básico organizacional do mundo, estabelece explicitamente a regra, no seu capítulo I, artigo 20, parágrafos 3.º e 4.º, *verbis*:

§ 20- «Todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacional».

§ 40-»Todos os membros deverão evitar em suas relações a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas».

No mesmo sentido, a Carta propõe a solução pacífica para controvérsias em seu Capítulo VI, artigo 33 § 10:

“As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e a segurança internacionais procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha”.

Disciplinar a guerra e enquadrá-la no estudo jurídico, é defender a sobrevivência da raça humana e minorar o sofrimento dos povos atingidos pelos efeitos desta árdua tragédia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os direitos fundamentais, ressalta-se importante não apenas positivizar os direitos fundamentais, mas dotá-los de meios capazes de se tornarem efetivos no mundo jurídico, e, com isso, que não venham a ser passíveis de constantes violações. Considerando que a expressão ‘Direitos Humanos’, por excelência diz de maneira bastante clara, o seu significado.

Entendemos que Direitos Humanos são todos os direitos inerentes ao homem. Completando, acredita-se que são direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, em outras palavras, são direitos que visam resguardar a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana. No entanto, definição, não é uma tarefa fácil, em razão da amplitude e complexidade do tema.

Entretanto, ressalvados os conflitos entre Estados no que diz respeito a aplicação dos conteúdos das Declarações, Convenções, Pactos entre outros instrumentos normativos internacionais, entendemos que ainda está longe de uma efetivação plena dessas “normas”, haja vista o perfil dos povos que vivem em plena miséria, ou em condições de pobreza – em áreas de risco – buscando exemplo no Brasil, que detém um índice elevado de criminalidade, de fome, de desemprego, de abuso sexual, de tráfico de mulheres e crianças entre outros.

A Organização das Nações Unidas em sua Declaração de Direitos Humanos, versa sobre todos os tipos de agressões ao ser humano, coibindo de maneira enfática todos eles, mas, ao que parece, não basta textos ilustrados, escritos por exímios doutrinadores e juristas internacionais, sendo preciso criar mecanismos que façam valer tudo aquilo que dispõe todos os Tratados e Pactos Internacionais, que por excelência visam a proteção integral do homem.

Há que se referendar também, que as nações integrantes da O.N.U., como o Brasil, por exemplo, que frequentemente tem um de seus representantes legais discursando para o resto do mundo sobre o tema, mas nada ou quase nada faz efetivamente para minimizar os problemas sociais do nosso País.

Outro ponto controverso que identificamos neste estudo são as desigualdades (nacionais) sendo discutidas de maneira global, ou seja, como um todo. Entendemos ser necessário respeitar, antes de tudo, a soberania nacional de cada Estado. Não há que dar tratamento igual a Países literalmente diferentes em sua cultura, em seus problemas sociais, bem como em seus problemas políticos e econômicos.

É de ser forma injusta, discutir a igualdade (dentro de uma clara desigualdade), por exemplo, América do Sul – América do Norte – Europa. É entendido dentro de uma máxima – “tratar igualmente os desiguais, dentro de suas desigualdades”. É o mesmo que dizer que cada um é cada um.

Partindo desse princípio básico, não podemos conceber que as normas internacionais vigentes, legislem em nossa Constituição soberana, mesmo sabendo que em seu texto vigora partes idênticas extraídas das Declarações e Tratadas Internacionais.

É preciso impor limites de efetivação de tais normas em nosso ordenamento jurídico, ou pelo menos, trazer tais textos à nossa realidade, que via de regra é tão dura e literalmente desumana, e que falta o respeito à dignidade humana, pelos próprios governantes.

São problemas sérios e complexos. Não obstante, ocorre que se o Poder Central se empenhar é possível inclusive, com cooperação internacional, conforme dispõe as “normas internacionais” coibir, por exemplo, o tráfico de mulheres, de crianças (adoções clandestinas) dentre outros.

Aspiramos a cada dia por um mundo melhor e mais equânime, tentando dar um tratamento mais digno ao Ser Humano, seja ele do norte, do sul ou de qualquer outra região do globo terrestre. Isso é o que humildemente pleiteamos.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

BARROSO, Luiz Roberto. **Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. (Trad. De Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10ª ed. trad. Maria Celeste C.J.Santos; ver. téc. Cláudio de Cicco; apes. Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BARRETO, Rafael. **Direitos Humanos**. Salvador. 6 ed. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

CASSESE, Antônio. **I Diritti Umani nel Mondo Contemporaneo**. Laterza, Roma-Bari: 1994.

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira: **O Devido Processo Legal e a Razoabilidade das Leis na Nova Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSTITUIÇÃO ALEMÃ DE WEIMAR (1919) - Direitos e Deveres Fundamentais dos Alemães (inclui o direito da vida social, da vida religiosa, da educação e escola, e uma vida econômica mais estável. Esta Constituição influenciou o constitucionalismo do pós-Primeira Guerra Mundial, inclusive a Constituição Brasileira de 1934.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1948.

De MARCO, Anelise et. al. **Proteção Internacional dos Direitos Humanos. O Ser Humano acima do Estado.** Passo Fundo: Just. do Direito, v. 2. nº. 16, 2002.

DUSSEL, Enrique. **O Encobrimento do Outro. A Origem do Mito da Modernidade.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FILHO, Nestor Sampaio Pentead. **Direitos Humanos – Doutrina e Legislação.** São Paulo. 4 ed. 2011.

GUERRA, Sidney (coord). **Direitos Humanos: uma Abordagem Interdisciplinar.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

HERKENHOFF, João Batista. **Direitos Humanos uma Idéia, Muitas Vozes.** Aparecida, SP: Editora Santuário. 1998.

HUSEK, Carlos Roberto. **Elementos de Direito Internacional Público.** São Paulo: Malheiros, 1995.

J.J.CANOTILHO, Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

JUPIASSU, Carlos Eduardo Adriano. **O Tribunal Penal Internacional: a internacionalização do direito penal.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

LIMA, Maria Rosynete Oliveira: **Devido Processo Legal.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1999.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil.** Arquivos do Ministério da Justiça. v. 46.nº 182. Brasília-DF:jul/dez. 1993.

MELLO, Celso D. de Albuquerque; TORRES, Ricardo Lobo. Arquivos de Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral.** Comentários 1º. a 5º. da CR.” São Paulo: Atlas, 2001.

NETO, Silvio Beltramelli. **Direitos Humanos.** Salvador. 3 ed. 2016.

PACTO INTERNACIONAL RELATIVO AOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DE 1966.

PACTO INTERNACIONAL RELATIVO AOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, TAMBÉM DE 1966.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos e AGAZZI Anna Carla. **Integração, Eficácia e Aplicabilidade do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro: Interpretação do Artigo 5º, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988.** In *Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade*, São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998. p. 223.

PIOVESAN, Flávia; VIEIRA, Renato Stanzola. **Federalização de Crimes Contra os Direitos Humanos: o que temer?** IBCCrim: São Paulo, Boletim IBCCRIM nº 150 - Maio / 2005.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 2ª. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. in: De MARCO, Anelise et. al. *Proteção Internacional dos Direitos Humanos. O Ser Humano acima do Estado.* Passo Fundo: Just. do Direito, v. 2. n. 16, 2002.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.** In: *Revista Interesse Público*, nº 04, 1999.

SARLET, Ingo W. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

SEMINÁRIO REALIZADO NA FACULDADE DE DIREITO DE CAMPOS-RJ, no dia 25 de outubro de 2005, com o tema **”Seminário de Direitos Humanos”**, tendo como palestrante a Prof. Drª Ana Cristina Pereira, dentre outros, onde fora abordado a questão do indivíduo ser um sujeito de direitos internacional.

TRINDADE, C. A.A. **O Resgate do Indivíduo como Sujeito do Direito Internacional na Doutrina Jurídica do Século XX.** In: De MARCO, Anelise et. al. *Proteção internacional dos direitos humanos. O ser humano acima do Estado.* Passo Fundo: Just. Do Direito, v. 2. n. 16, 2002.

_____. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos.** Volume I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____. **A Personalidade e Capacidade Jurídicas do Indivíduo como Sujeito do Direito Internacional.** in: ANNONI, Danielle. *Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional – Cidadania, Democracia e Direitos Humanos.* São Paulo: Editora América Jurídica, 2002.



ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Construção Conceitual dos Direitos Humanos. In. Formação em Direitos Humanos na Universidade.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. Disponível em www.dhnet.org.br. Acesso em 12.12.2005 às 15:31h.

Disponível em: http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/efemerides/mulher/direito_internacional.htm. Acesso em 12.12.2005 às 20:05h.



LAS MOTIVACIONES FEMENINAS PARA LA VIDA Y EL TRABAJO

Valdir Amado da Silva⁴

RESUMO

Partindo da análise sobre o trabalho, de Hannah Arendt, citamos diversas teorias sobre motivação humana para viver e trabalhar e reunimos alguns dados sobre o trabalho atual da mulher brasileira. E discriminamos o que pretendemos fazer numa futura tese sobre o assunto.

Palavras-chave: trabalho, mulheres, motivação, Brasil.

RESUMEN

A partir del análisis sobre el trabajo, de Hannah Arendt, citamos diversas teorías sobre motivación humana para vivir y trabajar y reunimos algunos datos sobre el trabajo actual de la mujer brasileña. Y discriminamos lo que pretendemos hacer en una futura tesis sobre el asunto.

Palabras-clave: trabajo, mujeres, motivación, Brasil.

⁴ Estudiante de Doctorado en Psicología Social por UK, Argentina. Maestro en Administración (FACECA). Licenciatura en Comunicaciones (FAAP) y en Administración (USP). Profesor desde 1991 y jubilado como servidor público.



INTRODUCCIÓN

Leyendo la Condición Humana, de Hannah Arendt, percibimos cómo es actualísimo. Ella divide la actividad humana en tres categorías: labor, trabajo y acción, que se suceden en los espacios público y privado. Las dos primeras ocurren en el ámbito privado y la tercera en el público. Y esas actividades estarían ligadas al concepto de vida activa, relacionadas a las siguientes condiciones de la vida humana: natalidad y mortalidad, basadas en la tierra, materialidad y pluralidad.

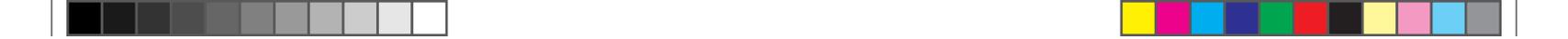
LAS IDEAS FUNDAMENTALES DE HANNAH ARENDT

Utilizando la historia antigua de Atenas, Arendt creía que la labor humana es una actividad que está interesada en las necesidades cíclicas y repetitivas de la vida humana, involucrando el crecimiento, el metabolismo y la decadencia. Por lo tanto, las actividades de la labor permitiría la supervivencia del ser humano. Incluso, para los antiguos griegos, la labor sería una forma de esclavitud, pues impediría la vida pública. Por lo tanto, para Arendt, la esclavitud habría emergido del deseo de excluir la labor de la posibilidad de hacer cualquier requisito a las clases superiores.

Modernamente, podemos tal vez afirmar que la labor está relacionada con los trabajos domésticos, útiles y necesarios, pero menos valorados socialmente en algunas culturas nacionales. El trabajo, según Arendt, produciría estructuras más permanentes, como casas y muebles que permiten a las personas alejarse de la naturaleza. Construyendo un mundo de objetos más estables, los seres humanos comenzar a escapar de algunas exigencias cíclicas de la naturaleza, abriendo la posibilidad para la práctica política. Ella todavía creía que el trabajo comienza por la destrucción de parte de la naturaleza, por la búsqueda de materias primas. Y el producto ejecutado seguiría un modelo intelectualmente elaborado.

Además, el trabajo sería más público que la labor, pues exigiría el mercado de intercambio para el comercio, mientras que el trabajo tendría lugar en el hogar o en tierras de propiedad privada. Pensando en nuestra época, es evidente de cómo dependemos de productos fabricados, tanto para la alimentación, el ocio, el transporte, el trabajo y los servicios domésticos. Para Arendt, la actividad humana más importante es la acción, que se refiere a la política. Los seres humanos nacerían iguales, pero serían individuos únicos. Y traer algo nuevo al mundo. A través de la acción política, por palabras y actitudes, los seres humanos serían capaces de distinguirse a sí mismos y revelar su individualidad al mundo.

La acción también estaría relacionada al discurso, porque a través de éste las personas revelan sus dones, talentos y defectos. Y difiere del trabajo porque los involucrados intentan resolver un problema, emiten un discurso o intervienen en un asunto público. Se debe destacar, fundamentalmente, que el concepto de acción política de Arendt es anti-to-



talitario porque prioriza las diferencias entre las personas; los seres manifestarían su libertad. La teoría de Arendt, también, está abierta a la posibilidad de que comunidades diferentes opten por conclusiones diversas acerca del significado de la acción, basándose en lo que más apropiado para ellas.

Este concepto de Arendt también nos alerta sobre los innumerables totalitarismos que nos persiguen, sean los regímenes políticos (incluso los que se afirman democráticos) sean las imposiciones de teorías religiosas. Al final de su citada obra, Arendt trata de la alienación humana moderna. Y cita tres causas para tanto: el descubrimiento de América por los europeos, que habría encogido la sensación de un planeta más vasto, la Reforma protestante, que habría reducido la importancia económica de la Iglesia y estimulado el surgimiento del Capitalismo, y la invención del telescopio, que habría inducido a los seres humanos a pensar en ambientes fuera de la Tierra.

Las personas se sentirían desamparadas, de no pertenecer ni a la Tierra ni al mundo humano fabricado. Para Arendt, esa alienación conduciría a la superposición de las esferas pública y privada. Las cuestiones políticas comenzarían a implicar como mejor proveer a las necesidades privadas ya los intereses de grupos específicos, a fin de obtener aún más riqueza. El consumismo entonces resultante sustituiría el énfasis en el homo faber por la elevación de la labor a la más alta posición en la vida activa. El tiempo libre pasaría a ser gastado en pasatiempos privados en vez de en actividades políticas, lo que provocaría la pérdida de la libertad, la realidad del mundo, la durabilidad y la permanencia. Y, para Arendt, la falta de interés en la política es una tendencia perturbadora.

Observemos entonces el momento político de muchos países. Para ciertos grupos, lo importante es mantener el estatus económico: coche del año, celulares de última generación, residencias lujosas y viajes fenomenales. Para otros, la vida sigue siendo difícil, donde conseguir alimentarse ya es un privilegio. Y otros viven en un verdadero zigzag entre esas tendencias. Resuelven estos hechos en verdaderas confusiones ideológicas. Elena Zubieta, Roxana Boso y Marisa Rodríguez recuerdan que, según el Antiguo Testamento, el trabajo era entendido como doloroso y sufriente, como consecuencia del pecado original. Y, desde el Renacimiento, el trabajo pasó a adquirir sentido por el placer de su realización. Y destacan la Reforma Protestante, que ha hecho del trabajo una obligación que contribuye a la creación del reino de Dios.

Después de varios siglos, lavar y pasar ropa, limpiar la casa, cocinar, cuidar de los hijos y, más modernamente, efectuar compras en supermercados se convirtieron en tareas de carácter femenino. Y, cuando la mujer tiene su empleo, es sustituida por otras mujeres contratadas para esa finalidad. La mujer pasó a ser tratada con un ser inferior al hombre. Este, a su vez, es considerado homosexual al dedicarse intensamente a esas mismas tareas caseras. Y muchas madres evitan enseñar servicios domésticos para los hijos varones.

La mujer confinada a la esfera doméstica no tiene acceso a la especie de autoridad, prestigio y valores culturales, prerrogativas exclusivas del hombre, como subraya Michelle Zimbalist Rosaldo en el libro *A Mulher, A Cultura, A Sociedade*.



Considero que parte de ese tratamiento dado a las mujeres se basa en la Biblia. Un compañero mío, ateo, hace unos meses alertó a los amigos, por Facebook, sobre un fascículo bíblico que afirmaba que la mujer necesariamente debe ser sumisa al hombre. La propia creación de la mujer, según ese libro considerado sagrado, valoriza la inferioridad cuando menciona que ella nació de una parte del cuerpo masculino, la costilla. Y Adán y Eva habrían sido expulsados del Edén cuando Eva aceptó la tentación de la serpiente. Y muchas mujeres, en la tradición judeo-cristiana-musulmana, asumen que son seres inferiores.

EL TRABAJO ACTUAL DE LAS MUJERES

Antropólogas como Judith Butler y Donna Haraway señalan que no existe una diferencia esencial o fundamental entre los hombres y las mujeres basada en disparidades biológicas entre los sexos. Destacan también el papel de la biología y la tecnología a la hora de determinar las relaciones de género.

Margaret Mead, en su libro *Hombre y Mujer*, declara que “en todas las sociedades conocidas se puede reconocer la necesidad del hombre en realizarse. Él puede cocinar, tejer, vestir muñecas o cazar colibríes, pero si tales actividades son ocupaciones apropiadas al hombre, entonces toda la sociedad, tanto hombres como mujeres, las considera importantes. Por otro lado, cuando esas mismas ocupaciones son ejercidas por las mujeres, son consideradas menos importantes”.

Muchos líderes femeninos, sin embargo, pasaron a encarar las injusticias sexuales existentes en las instituciones económicas, sociales y políticas, buscando al mismo tiempo los medios para combatirlas. Una acción política, en los moldes propuestos por Arendt? Las estadísticas demuestran que, a partir de la segunda mitad del siglo XX, la mujer profesional amplió considerablemente su participación en el mercado de trabajo. Las mujeres se convirtieron en protagonistas de carreras que antes eran eminentemente masculinas y pasaron a enfrentar barreras para avanzar profesionalmente.

¿Y LA REALIDAD BRASILEÑA?

En Brasil, la tasa de participación femenina, en el mercado de trabajo, creció aproximadamente 13% entre 1950 y 1980, llegando en los años 90 a aproximarse al 40%.

Considerando otros números, durante el periodo 1990-1998, la producción económicamente activa (PEA) femenina pasó de 22,9 millones para 31,3 millones. En, 1998, la más alta actividad, superior al 66%, fue encontrada entre mujeres de 30 a 39 años. Además de esto, cerca del 63% las de 40 a 49 años también eran activas.

Entre 1976 y 2002, la participación masculina en la PEA pasó del 80.8% para el 67.1%, al paso que la participación femenina se triplicó, saltando del 13,6% para el 49%.

En el mismo periodo, la Investigación Nacional por la Muestra de Domicilios (PONAD), del IBGE, muestra que las tasas de la actividad masculina oscilaban levemente, entre 73% y 76%, en cuanto a las tasas femeninas aumentaron del 29% para el 50%, casi doblando. Esa tendencia, sin embargo, no se reproduce en relación a la participación de las mujeres en conjunto de los empleados, que, sin contar los domésticos, permaneció oscilando en torno de un tercio del total.

Cuando las tasas de ocupación, la PNAD indica una pequeña variación entre 2004 y 2014, en que las mujeres se mantienen debajo de la tasa media general. En ese período, la tasa de ocupación masculina se redujo levemente, del 77% para el 75%, en cuanto a las mujeres osciló entre 51% y 53%.

Sería natural que las mujeres tuviesen papel de importancia cada vez más en el servicio público en la actividad laboral de Brasil, en la medida en que ellas constituyen la mayoría de nuestra población. En el Censo 2010 de IBGE, las mujeres sumaban 97.342.162 y los hombres un poco más de 93 millones. Los datos mostraron, además, que las mujeres tienen más liderazgo en las familias, mismo así cuando son casadas. En esos casos, hubo un aumento porcentual del 19,5% para el 46,4% entre 2000 y 2010. El Censo 2010 también mostró que, en diez años, el nivel de ocupación de las mujeres de 10 o más de edad paso de 35,4% para el 43,9%, entre 2000 y 2010, en cuanto a los hombres fue del 61,1% para el 63,3% en el mismo periodo. En la misma franja etaria de 25 años o más, el porcentual de hombres con al menos formación academia completa fue del 9,9%, en cuanto al de la mujer fue del 12,5%, porcentual que pasaron para 11,5% y 19,2% respectivamente, entre los profesionales ocupados.

De acuerdo con el reciente trabajo del IBGE, en cooperación con la Secretaria de Políticas para las Mujeres y el Ministerio del Desenvolvimiento Agrario, usando datos del Censo del 2010, comparados a los del 2000, la participación de las mujeres con edad activa (16v años o más) en el mercado de trabajo creció del 50% (2000) para 55% (2010), en cuanto a la participación de los hombres cayó del 80% para el 76%. Esa diferencia de participación entre hombres y mujeres indica que hay un contingente potencial de mujeres que puede ingresar al mercado de trabajo y continuar responsable por el futuro de la formación de la fuerza de trabajo del país. El crecimiento de la participación es mayor para aquellas con más de 30 años, así como la participación de las que viven en las ciudades (56%) es superior a las de las que viven en el medio rural (46%). El ingreso de la mujer en el mercado del trabajo es considerad una transformación estructural en la composición de la fuerza de trabajo y es responsable por crear, en teoría, un ambiente favorable para otros cambios en la situación de la desigualdad de oportunidades.

La formalidad también creció en el mercado del trabajo brasilero. Para las mujeres, el nivel de formación paso del 51% para el 58% y el de los hombres de 50% para el 59%. Es probable que el empleo doméstico explique parte de ese movimiento menos fuerte de formalización entre las mujeres, pues las trabajadoras domésticas corresponden al 15% de las que trabajan (en 2000 eran 19%). El registro en la cartera de trabajo creció del 37% para el 47% de la fuerza del trabajo masculino y, para el femenino, paso del 33% al 40%.



Las mujeres estudian más y tienen mayor nivel de instrucción (en promedio, 7,9 años de estudio, contra 7,4 años de los hombres, de acuerdo con datos del 2013 del IBGE), poseen más formación en áreas que pagan menores salarios para las mujeres que ocupan funciones idénticas a la de los hombres. En 2010, el rendimiento medio masculino era de R\$ 1.587 y de R\$ 1.074 para ellas. Las diferencias disminuyen en las mejores ciudades brasileñas y en la mayoría de las capitales de los estados. La remuneración media en el Nordeste es 43% menor que la del Sudeste (R\$ 881 contra R\$ 1.575). El rendimiento medio de las negras o pardas (R\$ 727) representa 35% del rendimiento medio del hombre blanco (R\$ 2.086) y el rendimiento medio de las mujeres rurales es de R\$ 480, inferior al salario mínimo de la época (R\$ 510).

Mas, todavía el IBGE, el índice de desempleo entre las mujeres es mayor que entre los hombres y que, cuando están desempleadas, ellas demoran una semana más que ellos para encontrar una nueva colocación en el mercado.

En el mundo moderno, las mujeres son minoría en cargos importantes, tanto en el mundo político como en el universo empresarial. Hay empresas que todavía no contrata a mujeres casadas o madres. Alegan, entre bastidores, que las mujeres en esas condiciones se dedicarán mucho más a la familia que a sus lugares de trabajo. Y cuando ocupan cargos, las mujeres sufren otra discriminación: salarios inferiores a los hombres en las mismas posiciones.

En el último ENANGRAD (Encuentro Nacional de los Cursos de Graduación en Administración) de que participé (el 29º), en São Paulo (2018), en la ceremonia de apertura del evento sólo una mujer fue destacada; coincidentemente la coordinadora de cursos donde enseñé. Y muchas mujeres tienen una carrera interrumpida por estar embarazadas. Pero el embarazo no es enfermedad. Evidentemente, durante el proceso de gestación y lactancia, las mujeres se quedan más cerca de los hijos que los padres. Estos a menudo se comportan de forma omisa, como si no fueran responsables de la prole.

Esto en realidad es cultural. En Brasil, raramente son los niños entrenados para realizar servicios domésticos. Y muchos todavía se dedican a los hijos cuando éstos son del sexo masculino. En particular, he trabajado y convivido con excelentes profesionales: abogadas, arquitectos, bancarias, comerciales, profesoras, periodistas, médicos y tantas otras.

¿Es posible suavizar ese prejuicio? La educación es el primer paso. Todos los niños deberían saber que el trabajo doméstico no disminuye el estatus de nadie. Además, una jornada de trabajo reducida o licencias del trabajo, para hombres y mujeres, permitiría, en mi opinión, mayor participación en la educación de los hijos, por parte de los progenitores. En la elite brasileña, desgraciadamente, es muy frecuente que las niñeras se vuelven más importantes para los niños que la propia familia genética.

En particular, lamento la educación machista que recibí. Incluso he realizado algunos servicios domésticos, pero no sé ni fritar un huevo, y la cocina es un elemento fundamental para la supervivencia humana. En ese contexto inicial, cuáles son las motivaciones humanas para vivir y trabajar, según expertos

MOTIVACIÓN PARA LA VIDA Y PARA EL TRABAJO

Shalom Schwartz cita diez tipos de motivaciones de valores:

- **Poder:** status social sobre las personas y los recursos
- **Éxito:** éxito personal mediante la demostración de competencia según criterios sociales.
- **Hedonismo:** placer y gratificación sensual.
- **Auto-dirección:** pensamiento independiente y elección de la acción, creatividad y explotación.
- **Universalismo:** comprensión, aprecio, tolerancia y protección del bienestar de todas las personas y de la naturaleza.
- **Benevolencia:** preservación e intensificación del bienestar de las personas con las que está en contacto personal frecuente.
- **Tradicición:** respeto, compromiso y aceptación de las costumbres e ideas que proporcionan la cultura tradicional y la religiosa.
- **Conformidad:** restricción de acciones, inclinaciones e impulsos que pueden molestar o herir a otros y violar expectativas o normas sociales.
- **Seguridad:** seguridad, armonía y estabilidad de la sociedad, de las relaciones y de sí mismo.

Y otras teorías de motivación se desarrollaron desde la década del 50, siglo XX:

- **Teoría jerárquica de las necesidades de Maslow** – presentada gráficamente como una pirámide. En la base estarían las necesidades fisiológicas, después las de seguridad, sociales, de estima y, en la cima, las de autorrealización.
- **Teoría de McGregor:** motivación según supuestos básicos), definiendo perfiles X e Y de comportamiento.
- **Teoría de los factores higiénicos, de Herzberg y otros:** el individuo tendría una relación básica y fundamental con el trabajo; entonces su propia actitud puede determinar el éxito o el fracaso.
- **Teoría ERG de Aldefer:** adaptando la teoría de Maslow, agrupó las necesidades fisiológicas y de seguridad en Existencia (como proporcionar recursos básicos de existencia material), Sociales (el deseo de mantener relaciones importantes con las personas) y unir las necesidades de estima y auto-realización en Crecimiento (el deseo intrínseco de desarrollo personal).
- **Teoría de las necesidades de McClelland:** necesidad de éxito sobre los patrones, sobresalir, ir más allá de las soluciones tradicionales; necesidad de poder, influenciar a los demás, competir y mantener prestigio; la necesidad de afiliación, gustar y ser aceptada por los demás.
- **Teoría del establecimiento de metas (Locke):** cuando se establecen metas específicas y difíciles, el desempeño se incrementa.

- **Teoría de la equidade (Adams):** los individuos comparan sus contribuciones individuales y los beneficios obtenidos de la organización con las contribuciones y beneficios de otros miembros, em función de ciertos criterios, a partir de los cuales responden eliminando las desigualdades.
- **Teoría de las expectativas de Vroom:** sostiene que la fortaleza de uma tendência a actuar de certa manera depende de la fuerza de la expectativa, de que el acto sea seguido por uma respuesta da y del atractivo del resultado de ese acto para las personas.

EXISTE UNA CARRERA IGUALITARIA

En Brasil, el acceso a cargos públicos, tanto en el Ejecutivo, como en el Legislativo como en el Judicial, es efectuado por concurso público. Lo que garantiza generalmente la contratación de hombres, mujeres, negros y homosexuales, sin restricciones preconcebidas.

En la actualidad, son aproximadamente 3000 mujeres, en un universo de 5000 servidores, en los Estados de São Paulo y Mato Grosso. Hay una creencia popular, entre los brasileños, que dos factores atraen para la carrera pública: el salario y la estabilidad profesional.

Pretendo demostrar en mi futura tesis que, en realidad, los siguientes factores motivan a esas trabajadoras:

- Relación com compañeros de trabajo y jefes.
- Equidad de tratamiento com compañeros de sexo masculino.
- Estabilidad em el empleo t la remuneración y los beneficios recibidos.
- Falta de perspectiva professional em empresas privadas.
- La posibilidad de mantener su condición professional (función desempeñada y remuneración) después de la licencia de maternidade.
- Posibilidad de crecimiento em la Justicia Federal y posición ejercida.
- Cursos y entrenamientos ofrecidos por la entidade y reconocimiento y valorización de su trabajo por superiores.
- Posibilidad de hacer um trabajo com Buenos resultados.
- Ubicación y comodidade del lugar de trabajo.
- Reglas y procedimientos adoptados por la Justicia Federal.
- Autonomía para la realización del trabajo.
- Respeto por la sociedade por el trabajo realizado.
- Posibilidad de trabajar em sistema home office.



PALABRAS FINALES

¿ Lo que Arendt pensaría en ese asunto? Mujeres dejando la labor y queriendo ser poderosas y grandes consumidoras. Karina A. Fry señala que Arendt no era simpatizante del feminismo. Pero reconocía que era problemático si las mujeres no recibían un pago igual a los hombres por trabajo equivalente. Entonces, creo que ella apoyaría a las mujeres que actúan en el gobierno brasileño.

Concluyo este modesto texto con una frase de Margaret Mead, de su libro *Hombre y Mujer* (citación del libro *A Mulher, A Cultura, A Sociedade*):

“En todas las sociedades conocidas se puede reconocer la necesidad del hombre en realizarse. Él puede cocinar, tejer, vestir muñecas o cazar colibríes, pero si tales actividades son ocupaciones apropiadas al hombre, entonces toda la sociedad, tanto hombres como mujeres, las considera importantes. Por otro lado, cuando esas mismas ocupaciones son ejercidas por las mujeres, son consideradas menos importantes”.

REFERENCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres receberam 23,6% menos que os homens em 2015, aponta IBGE.** In: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/mulheres-receberam-236-menos-que-os-homens-em-2015-aponta-ibge/>

ARENDT, H. **La Condición Humana.** Ed. Paidós. Buenos Aires: 2005.

FERRARI, L. Breve Reseña Sobre Las Direcciones de La Investigación en Torno a la Motivación Como Concepto y Como Proceso en Organizaciones. In: **Psicología y Trabajo – Una Relación Posible**, de Filippi, G. y Zubieta, E. Ed. Eudeba. Buenos Aires: 2010.

FRY, K. A. **Comprender Hannah Arendt.** Ed. Vozes. Petrópolis: 2017.

GRANJEIRO, J. W. **Em Defesa das Mulheres no Serviço Público.** In: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/em-defesa-das-mulheres-no-servico-publico/>

OLIVEIRA, L. **10 Lições sobre Hannah Arendt.** Ed. Vozes. Petrópolis: 2012.

PEACOCK, J. L. **La Lente Antropológica.** Ed. Alianza Editorial. Madrid: 2005.

ROSALDO, M. Z. y LAMPHERE, L. (orgs.) **A Mulher, A Cultura e A Sociedade.** Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1979.

YOUNG-BRUEHL, E. **Why Arendt Matters.** Yale University Press. New Haven: 2006.

ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E. y BASTOS, A. V. B. (orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.** Ed. Artmed. Porto Alegre: 2004.

ZUBIETA, E., BOSO, R. y RODRIGUEZ, M. **Aspectos psicosociales del trabajo.** In: **Psicología y Trabajo – Una Relación Posible**, de Filippi, G. y Zubieta, E. Ed. Eudeba. Buenos Aires: 2010.



RELATIVIDADE ACERCA DO COLONIALISMO E AS DIVERGÊNCIAS A PARTIR DO PENSAMENTO COLONIAL E DESCOLONIAL

Valdir Francisco Da Silva Filho¹

RESUMO

Neste presente artigo, pretende-se abordar questões relativas às teorias do movimento que se questiona as ideias dominantes acerca do colonialismo e as divergências que concorrem contra este movimento, a partir do pensamento colonial e descolonial. Trazendo uma nova releitura a partir de autores que fazem suas indagações a partir da ambivalência, estereótipo e de pontos e contrapontos, onde as voltas com este pensamento colonialista, nos remete a reflexionar o quanto é necessário haver uma quebra deste paradigma que tenta se perdurar ao longo de décadas.

Palavras-chave: Colonialismo; Pensamento Colonial e Descolonial; Ambivalência; Estereótipo.

RESUMEN

En este artículo, se pretende abordar cuestiones relativas a las teorías del movimiento que se cuestionan las ideas dominantes acerca del colonialismo y las divergencias que concurren contra este movimiento, a partir del pensamiento colonial y descolonial. En el caso de los autores que hacen sus indagaciones a partir de la ambivalencia, estereotipo y de puntos y contrapuntos, donde las vueltas con este pensamiento colonialista, nos remite a reflexionar cuanto es necesario que haya una quiebra de este paradigma que intenta perdurarse durante décadas.

Palabras-clave: Colonialismo; Pensamiento Colonial y Descolonial; Ambivalencia; Estereotipo.

¹ Graduado em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Metropolitana de Santos (2008). Graduado em Pedagogia (Licenciatura Plena) pelo Centro Universitário São Judas Tadeu - Campus Unimonte (2005). Pós-Graduado em Gestão Escolar, Artes Visuais, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Educação e Inclusão com Ênfase em D.I, Educação e Inclusão com Ênfase em D.A, Docência do Ensino Superior e Teoria Psicanalítica. Mestre em Pós-Graduação Stricto Sensu em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Atualmente, é Doutorando do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Psicologia, pela UCES – Universidade de Ciências Empresariais e Sociais. Endereço eletrônico: valdir2681@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A vigente pesquisa sugere empreender-se em um empenho que contribui para análise do discurso das abordagens coloniais e descoloniais, procurando entender como estas relações que foram estabelecidas a partir do olhar e domínio do colonizador, como os usos e costumes e suas culturas no caso do colonizado, tais procedimentos perturbam sua atuação ou presença.

Esta pesquisa tem o objetivo, em especial investigar a partir de alguns autores, sob a perspectiva no sentido de perceber as suas centralidades e antagonismos cercado por ideias de autores que discutem a imagem do outro a partir salvacionista, mas com objetivo de chamar atenção com esse poder colonial, se impõe, para regular e normatizar a sua cultura.

A ideia do discurso colonial é a criação do estereótipo do outro no sentido de desnaturalizar ao levá-lo ao rebaixamento de suas crenças e valores, fortalecendo assim ou desta forma o paradigma da subalternidade.

Um estereótipo é uma supergeneralização: não pode ser verdadeiro para todos os membros de um grupo [...]. O estereótipo é, provavelmente, muito inexacto como descrição de um dado sujeito [...] mas não dada qualquer outra informação, constitui uma conjectura racional. Um desses traços levaria então à inferência de outros traços [...]. (GAHAGAN, (1980, p. 70, APUD SOUSA; BARROS, 2012, p. 203).

Vale destacar que este estereótipo se articula uma ambivalência, que de forma paralela o estereótipo opera. De acordo com Flor (2015, p. 47) “É o poder da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: “[...] garante a sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes.”

É neste sentido que, se retomarmos a nossa reflexão da ambiguidade que estabelece no estereótipo, que o próprio colonizador cria, o que se percebe é que uma boa construção de um discurso em paralelo, o que se observa de certa forma é uma sustentação de um discurso colonial e como isto é posto, ou como está posto.

Primeiro, pela ideia que se é imposta do outro como uma figura estigmatizada, este discurso vai se constituindo ao longo de todo esse processo, deixando claro que o colonizador a qualquer preço cria ou estabelece uma ordem universal imutável de forma paradoxal, juntamente com isto, é que há também a repetição perigosa de que o outro, seja ele quem for, no lugar que este colonizador e colonizado, “o outro” não existe, pois o reconhecimento da cultura do outro não é relevante.

Destacaremos que, este discurso é desserviço no sentido de não se dar voz e vez a História do outro, onde a soberania colonizadora ofusca toda a historicidade deste indivíduo. E portanto, a ideia ou pensamento que o outro não tem importância ou representação, cada vez mais ganha corpo, a medida em que se observa que o colonizador procura fixar o seu discurso sobre outro como um ser desqualificado



sem atributos, assim quando olhamos para ação do colonizador entre representação e reconhecimento do outro é algo visível que os trata com menosprezo.

Neste sentido, cabe entendermos o que é a representação social e sua relação com o estereótipo, pois ele é produto de relações sociais que os grupos mantêm. A função social do estereótipo pode influenciar a estereotipia em virtude deste possuir um papel “[...] de legitimar as formas de dominação e poder social de um grupo sobre o outro e daí o assumirem um carácter (sic) mais frequentemente depreciativo face aos ‘outros’, muito diferentes de nós.” (LIMA, (1996, p. 14, apud SOUSA; BARROS, 2012, p. 205)

Assim para uma melhor compreensão nossa, tudo aquilo que “outro” produz e traz consigo, de certa maneira tem sobre si olhar estrangeiro, que constrói esta imagem fixada, que não o reconhece como parte deste todo. A partir desta perspectiva, o outro é um ser que tem uma imagem estereotipada que é por sua reafirmada pelo colonizador como ser exótico e será por esse viés de repetição que a sua presença é roubada dando lugar no anonimato.

Nesse sentido, o primordial é reconhecer o estereótipo como um modo ambivalente de conhecimento que desloca a noção de identificações, como positivas ou negativas, para a compreensão de processos de subjetivação tornados possíveis e plausíveis. Segundo o autor, se, a princípio, não tomarmos a imagem estereotipada a partir de uma normatividade política, se é possível produzir um deslocamento e lidar com sua eficácia. Isto é, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial, tanto colonizador como colonizado (BHABHA, (2013, p. 118, *apud* FLOR, 2015, p. 47).

Mas é em meio a toda essa supremacia do colonizador, no sentido de suprimir a existência deste outro, que sua própria veracidade, no caso do outro colonizado e hora por vez, o coloca ou exponha a sua condição grácil em lutar contra esta lógica dominante.

Os estereótipos constituem a memória do indivíduo sobre determinado objeto estereotipado, sendo representações partilhadas que refletem problemas, projetos e estratégias de grupos sociais, porém, nem todas as representações sociais podem se originar de estereótipos. Mas, a representação social permite-nos acrescentar o estereótipo como forma de RS, por ser um tipo específico de atitude fundado em crenças relativas a determinados grupos. (BATISTA, (1996, APUD SOUSA; BARROS, 2012, p. 207)

O que se observa neste contexto, é que as tentativas que se faz para romper com esta lógica da colonização ficam ou estão no campo do diálogo ou do discurso, onde as narrativas apontam ou expõem estas feridas de tal modo que se discutem quais movimentos, avanços e quais são contidos no sentido de se desconstruir a imagem produzida pelo colonizador, e fazer valer a presença ou seu lugar de existência

Contudo, o que de verdade se busca é discutir o papel do “outro” em si, que o colonizador se recusa em perceber. Portanto, esta visão como “outro” é não está posta como diálogo no processo que se quer e, se busca em última análise, dar a devida importância ou reconhecimento do papel do “outro”.

De verdade, o que se observa, ou que se busca neste nosso olhar é fazer com que outro faça parte deste contexto. Assim, este outro partilharia deste contexto multicultural. Neste processo de colonização, ele faria parte de um contexto de influência, é pensar como ainda que o colonizador queira negar a existência deste “outro”, ele se constitui-se como sujeito proativo justamente pela sua múltipla inserção neste contexto colonial.

Bassnett e Trivedi (1999, p. 05, *apud* Agra, 2013, p. 07) comentam: “Teóricos pós-coloniais estão, cada vez mais, voltando a atenção a traduções e revendo os termos: apropriação e reavaliação”

Então, o que nós estamos pensando que “o outro” participa deste contexto onde o colonizador se impõe com sua hegemonia, mas “o outro” participa deste processo, hora por vez por suas influências, portanto este outro ao trazer à tona a luta das comunidades hegemônicas, do lugar epistêmico de legitimação e da definição de quem ele é.

Vale lembrar o que está em jogo neste contexto é uma luta de significado e representação entorno do “outro”, que tem sobre achar “estrangeiro” que é do colonizador, isto se constitui atos de poder que vão consolidando uma política de força eurocêntrica.

Por ter um papel de manutenção do sistema de valores do indivíduo e do próprio status quo os estereótipos são dificilmente abalados por informações incongruentes a eles “[...] de facto, estas (RS) apresentam funções de organização significativa do real, explicando-o, função de comunicação” (BAPTISTA, (1996, p. 13, *apud* SOUSA; BARROS, 2012, p. 208)

O que estamos colocando neste contexto para pensarmos, é que o lugar que o outro ocupa neste contexto, precisa ser colocado como um lugar do “hibridismo”. Desta forma, cria-se a possibilidade de se subverter esta lógica dominante do colonizador.

Neste lugar híbrido, será possível se trabalhar com uma agenda pautada na substituição do colonizador, que utiliza desta linguagem em seu discurso, referindo-se a “outro” no caso, o colonizado. Entretanto, o que se observa é que destituído de outros que não utilitários calcado nesta ideia da imagem de um conhecimento, esvazia-se a obra da dimensão cultural e congela-se a perspectiva de produção construídas em meio a disputa de sentidos.

REPENSANDO AS CONCEPÇÕES COLONIAIS E DESCOLONIAIS

De acordo com Mignolo (1993, p. 285, apud Pimmer, Stefan, 2017, p. 285):

“Así, intenta haver visibles aquellas reflexiones sobre el colonialismo que fueron ocultas por el discurso colonial, y que representan y ayudan a construir lo que em uno de sus primeros aportes sobre este tema define como lugar de enunciación colonial o postcolonial, es decir, um relato del mundo (post)colonial contado no desde la perspectiva de los colonizadores sino de los colonizados.”

Refletir sobre o lugar do pensamento a partir da fala de Stefan Pimmer, nos permite pensar que: “Qual seria de fato o papel que o processo de ocupação tem no lugar denominado território, aquilo que denominamos espaço de ocupação?”

Em su dimensión normativa, la geo-política y corpo-política del conocimiento no sólo permiten a Mignolo a precisar su noción del lugar de enunciación, sino que representan también dos elementos centrales de su pensamiento fronterizo. (PIMMER, STEFAN, 2017, p. 286)

Nesta nossa perspectiva, a questão da ocupação do lugar nos permite também pensar que o lugar de ocupação, pode ser transgredido por um viés que se articula entre anunciação e a denúncia. Para tanto, é necessário se compreender, aquilo que tem sido aplicado por Mignolo, Heidegger, Dussel, Anibal, Quijano. O sentido que eles dão ao lugar e como eles propõem a ideia de desconstruir algumas categorias que foram introjetadas em nós mesmos a partir da colonialidade.

O conceito de pátria acerca de algo além da fronteira e compacto, consistente que subentende de certa forma, uma subdivisão onde a narrativa de um pensamento colonial dominante a respeito de uma identidade nacional tem se perpetrado sob a égide da modernidade, junto com a colonialidade não obstante a experimentação de uma identidade nacional, a da topologia do ser, trazem consigo sinônimos de aglutinação e agregação de ocupação onde está terminologia está associada ao conceito de nação.

PERSPECTIVAS ACERCA DA COLONIEDADE E DESCOLONIEDADE

Qual é o papel que o processo de ocupação do lugar chamado “território” que aparentemente denominamos espaço de ocupação, e posteriormente, este poder ser transgredido por um viés que se articula no sentido de compreender a partir da ideia ou do pensamento da colonialidade e da descolonidade, onde ambos lugares são pensado e falado em uma complexidade de convivência em um mesmo espaço.

Ao observarmos, o processo de constituição de alguns aspectos do lugar da anunciação e denúncia, temos dois paradigmas importantes: o lugar de ocupação enquanto espaço. Nem sempre harmônico, mas que abriga adversidades de tendências e ideias, crenças, valores, tradições diferentes pouco etnias, isto estabelece o paradigma da topofilia.

Em uma outra perspectiva tem um outro paradigma que muitos teóricos possuem lugar chamado do medo. De certa forma, eu pretendo problematizar como tem sido ressignificado lugar da ocupação de outro a partir de uma perspectiva de lugar de anunciação ou denúncia. E a partir daí o nosso entendimento, se inclina para entender como estas ações de colonização e descolonização vão sendo criadas e reconfiguradas no contexto global.

Vale, aqui, uma breve observação quanto ao lugar da anunciação na seguinte perspectiva: Ao se criar e reconfigurar a sua própria identidade atrelada ao sentimento de pertencimento que é capaz constituir uma explicação à homogeneização, que se pretende a colonização. Entendendo que a denúncia nos remete, pensarmos a seguinte concretização: O reconhecimento do lugar do qual você faz parte atua por ele?

É oportuno sublinhar que tais ideias remetem à noção de hierarquização de uma anunciação que pode ser compreendida como um fenômeno “geopolítica mundial”. Com base nos pressupostos por nós aqui elencados, é importante observarmos que a partir da colonização temos uma cultura que se sobrepõe, a cultura que está sob sua judice, no interno desta cultura há um discurso colonial que está inserido neste contexto, onde colonizado e colonizador, dentro deste cenário, possuem um discurso colonial muito forte, e neste discurso a imagem do outro onde a supremacia deste poder colonial tem sobre outro na tentativa de regular e ao mesmo normatizar as diferenças do povo e categorização de cada um desses povos colonizados por grupos e subgrupos.

Nesta construção deste discurso do ser colonizado, neste momento, a ideia ideológica de um conceito de visibilidade, neste sentido o pensamento colonial apresenta outro, como estereótipo como uma das estratégias do discurso colonial, como temos visto isto em lugares.

Enquanto representação social os estereótipos possuem valor importantíssimo na percepção de outros seres humanos, pois eles são representações sociais de traços físicos e sócio-culturais de determinados grupos, sendo um modelo de resolução para as contradições da vida cotidiana, servindo para dominar a realidade. (SOUSA; BARROS, 2012, p. 209)



Se nós pensarmos nos estereótipos podemos, refletir, e olharmos a partir destes estereótipos que foram construídos em muitos lugares, podemos pensar como nós ainda lidamos com estes estereótipos que foram criados em nós mesmos a partir desta perspectiva colonial.

Desta forma, as estratégias usadas por esse poder colonial, que são concebidas, em uma narrativa que aponta para um discurso onde seu olhar fixo está no menosprezo de tudo que o outro possui. No sentido de se estabelecer uma demarcação ideológica. Ao analisarmos o lugar que ocupa a colonialidade, ela traz consigo pretensões bem definidas e aí neste sentido ela procura articular o lugar outro a um estereótipo, isto é uma objetividade do pensamento colonial.

O ESTEREÓTIPO E A AMBIVALÊNCIA

Vale lembrar que isto é a principal estratégia, que possui como discursiva a objetividade do pensamento colonial para se colocar “o outro” em um plano inferior. Como é que enfrentamos estes estereótipos que se consagraram em nossa História, como é que os enfrentamentos a partir do lugar de anunciação e denúncia?

Vale destacar que, estes estereótipos do outro, eles se articulam com uma certa ambiguidade e nesta perspectiva o lugar que se ocupa precisa ser estendido como uma construção ou desconstrução daquilo que está engendrado a partir de uma cultura imposta por um poder colonialista de conformidade.

Naturalmente, os estereótipos podem se manifestar sob várias formas. Em geral, eles se encontram profundamente enraizados nas tradições culturais de um povo. Elementos tradicionais, tais como as lendas, os provérbios e as anedotas encarregam-se de transmitir de geração a geração o conteúdo dos mesmos. (PEREIRA, (2002, p. 10, APUD SOUSA; BARROS, 2012, p. 205).

O que se pode perceber neste discurso, é que se sustenta a partir de ordem, e que não se pode mudar o lugar de pertencimento do outro. Nesta perspectiva, não se trata de se compreender somente o estereótipo e sim, desconstruir este estereótipo. Ao estabelecermos uma leitura sob a ótica ou a perspectiva do que se coloca sobre o outro e seu lugar, isto nos permitirá de certa forma transgredir e atravessar essas fronteiras.

Destarte, este paradoxo se funda, em uma apresentação ambígua no reconhecimento das diferenças, e seu repúdio pelo outro. Vale lembrar que este contexto, o colonizador também traz consigo para esse ambiente hostil desejos e fobias. Onde está a ambiguidade? O estereótipo se funda na diferença, na ansiedade da falta.



O lugar de denúncia se estabelece no repúdio desta não aceitação do outro. Vale destacar que o pensamento colonialista traz consigo um aparato de poder tal, que na sua linha discursiva, ele opera no sentido de negar tudo o que pertence ao outro, e isto se dá justamente no lugar da anunciação.

Ao pensarmos nesta ambivalência, precisa ser percebida neste contexto com algo que recepciona as diferenças, e que esta ambivalência torna-se o lugar da denúncia deste estado que busca a qualquer preço estigmatizar outro. Portanto, o processo de colonização à descolonização se constrói do outro, ela se reconhece algo institucionalizado pelo colonizador.

A ambivalência em função do estereótipo do discurso colonial encontra sua forma mais bem-acabada na sociedade brasileira sublinhada pelo patriarcalismo, que articula poder racial e, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas de regulação oriundas do sexismo. Uma forma de poder e regulação característica e constituinte da sociedade brasileira. Produto da colonização portuguesa, a família e, sobretudo, o patriarcado civilizador, veiculado à personagem do homem português, seria o núcleo das relações sociais brasileiras. Fora o patriarcalismo, o grande responsável pela acomodação e conciliação de possíveis conflitos em nossa sociedade. (FLOR, C., 2015, p. 49)

CONCLUSÃO

No decorrer dos últimos anos tem havido uma enorme gama de questionamentos e concepção provenientes da teoria do pensamento colonial e descolonial e a ambivalência. Os chamados lugares periféricos que engrossam uma custa de países subdesenvolvidos têm levantado uma bandeira contra este movimento que antes já elencamos que tenta de alguma forma da uma invisibilidade aos países periféricos.

Não obstante a experimentação de uma identidade nacional, cuja ambivalência subjacente ao discurso colonial, de certa colocam o paradigma da modernidade como asseinhoreamento dominante sobre os países periféricos. (BHABHA, 2013).

No centro deste debate está em discurso, não só um conceito de nação, cultura, ideologia, mas também estamos falando de algo que dá a uma nação, a um povo o sentimento de pertencimento, e, portanto, falamos de coisas intrínseca e extrínseca do sujeito que vai além do pensamento propriamente dito.

Neste artigo acerca do pensamento acerca do colonialismo, que também extrapola as concepções imperialismo, e coloca no jogo de cena, debates interessantes acerca do que fazer e como fazer para não sermos tragados por esta onda, elencando assim pensamento de alguns autores que possuem fundamentadas suas discussões no sentido de tentar trazer uma proposta que possa romper com este paradigma referente ao pensamento colonial e o estereótipo.



REFERÊNCIAS

AGRA, K. 2013. **A Teoria Pós-Colonial na Tradução:** Caminhos à Descolonização Através da Arte e Educação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-2013-teoria-pos-colonial-pos-traducao.pdf>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2019.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

FLOR, C. 2015. **O estereótipo enquanto prática do discurso colonial:** Gilberto Freyre e a narrativa da formação da nação. *Áskesis* | v. 4 | n. 2 | julho/dezembro - 2015| 43 – 58. Disponível em: < <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/viewFile/90/pdf>> Acesso em: 05 de Fevereiro de 2019.

PIMMER, STEFAN. 2017. **El pensamiento y su lugar:** consideraciones epistemológicas em torno al punto de vista feminista y el pensamiento fronterizo. *Tabula Rasa*. Bogotá – Colombia, Nº 27: 275-299, julio-diciembre, 2017 – ISSN 1694-2489.

SOUSA, K.; BARROS, J. 2012. **Estereótipos étnicos e representações sociais:** uma breve incursão teórica – *Revista Educação e Emancipação*, São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/VITORIA/Downloads/3259-14725-1-PB.pdf>> Acesso em: 08 de Fevereiro de 2019.



RELACIÓN DE LA MÚSICA CON EL COMPORTAMIENTO HUMANO: LA INFLUENCIA DE LOS GÉNEROS ROCK Y HEAVY METAL EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

Viviane Maria Ramalho Galvão²

RESUMO

O presente artigo apresenta como tema: “Relação da música com o comportamento humano: a influência dos gêneros *rock* e *heavy metal* na construção da identidade”. Para entender o papel da música, sem dúvida importante, que proponho a verificação e compreensão sobre a formação da identidade do indivíduo, num contexto psicossocial, antropológico e cultural, permitindo a verificação da influência da música no comportamento humano, trabalhando com dois dos gêneros de música: *Rock and Roll* e *Heavy Metal*. A música atua sobre a cultura que o sustenta, ao mesmo tempo que faz parte da estrutura dinâmica em que se formou. Está inserida nas diversas atividades sociais, das quais derivam múltiplos significados. A cultura cria pontos de referência e materiais e instrumentos simbólicos que cada indivíduo usa para criar e orientar sua identidade. Para experimentar música, refere-se aos significados construídos no mundo social, a partir de seus contextos sócio-históricos e culturais. É importante considerar a construção pessoal e social do indivíduo em relação à música. Esta incorporação ocorrerá, principalmente, na observância da influência de dois estilos musicais: Rock e Heavy Metal, bem como seus subgêneros, e nas ações que cada pessoa tem com eles, ligada à experiência vivida, passada ou presente, dando sentido a uma construção social.

Palavras-chave: Música; Comportamento; Identidade; Psicologia Social.

RESUMEN

El presente artículo presenta como tema: “Relación de la música con el comportamiento humano: la influencia de los géneros rock y heavy metal en la construcción de la identidad”. Con el objetivo de comprender el papel de la música, sin duda, importante, que propongo llevar a cabo la verificación y la comprensión sobre la formación de la identidad del individuo, en un contexto psicossocial, antropológico y cultural, permitiendo la verificación de la influencia de la música sobre el comportamiento humano, trabajando con dos de los géneros de música: *Rock and Roll* y *Heavy Metal*. La música actúa sobre la cultura que le da soporte, mientras que al mismo tiempo como parte de la estructura dinámica en la que se formó. Se inserta en las diversas actividades sociales, de los cuales se derivan múltiples significados. La cultura crea puntos de referencia e instrumentos materiales y simbólicos que cada individuo utiliza para crear y guiar su identidad. Cuando el sujeto experimenta la música, se refiere a los significados construidos en el mundo

² Doutora em Psicologia Social; Pós Graduada em Marketing Avançado; Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo; Professora de Graduação e Pós Graduação; Jornalista e Assessora de Comunicação. vivianeramalho@hotmail.com



social, desde sus contextos socio-históricos y culturales. Es importante considerar la construcción personal y social del individuo en relación con la música. Esta incorporación se producirá, principalmente, en la observancia de la influencia de dos estilos musicales: El Rock y Heavy Metal, así como sus subgéneros y en las acciones que cada persona tiene con ellos, que está ligada a la experiencia vivida, pasado o presente, dando sentido a una construcción social.

Palabras-clave: Música; Comportamiento; Identidad; Psicología Social.

INTRODUÇÃO

El presente artículo busca investigar las relaciones entre construcción de la identidad social de los individuos, en los ámbitos personal y grupal, con la música, representada por el Rock and Roll y por el Heavy Metal, así como sus demás subgéneros, entendiendo estos dos estilos como movimientos musicales y culturales relevantes de la segunda mitad del siglo XX, reconociendo también su contribución significativa para la alteración de diversos comportamientos individuales y colectivos.

Más del que una característica esencial de una sociedad, la música puede ser considerada como elemento principal en la formación de la identidad de un sujeto. En consonancia con la Psicología Social, el sujeto es un ser que se constituye dialécticamente, por medio de su actividad, mediado semióticamente por las relaciones que establece con otros sujetos.

Hay diversos intereses en la música, entre ellos, que su clamor se intensificó los días actuales (Frith³, 1996), identificado por el número de personas que van a shows, que tocan instrumentos musicales, consumen productos conectados al estilo de sonido (remeras, discos de vinilo). Estas personas también utilizan el internet para tener acceso a diversos sonidos y discutir acerca del asunto.

El autor aún observa que para algunos la música es considerada como la mayor manifestación de la creatividad humana, para otros es la afirmación simbólica de la tradicional cultura occidental. Otros, aún, acreditan a la música como una negación explícita a los valores tradicionales de la sociedad (para ellos la música suena como protesta, rebelión o hasta revolución). El factor en común a todas esas perspectivas es que creen en el poder y en la importancia de la música en la sociedad.

La música puede ser decisiva en la vida de una persona pues esta, conectada a la musicalidad, desarrolla estima por la cultura y por el arte, valores que están escasos actualmente, y colaboran para el enriquecimiento cultural de cualquier País Según el autor (Snyders⁴, 1994). En relación a la formación intelectual, la música no es solamente un don: es también un estudio. Y este estudio de la música contribuye para el enriquecimiento del saber y de la formación cultural y personal.

En el campo de Psicología Social, la obra *La Psicología Social de la Música*, Farnsworth⁵ (1958) es bastante considerable, donde se tratan las influencias culturales en el comportamiento musical y se describe la personalidad del músico. Sin embargo, hemos de tener en cuenta que las teorías actuales de la psicología cuestionan el contenido de esta obra. Los psicólogos sociales han establecido que los juicios que se hacen la un músico individual, si suelen hacer de acuerdo a un grupo social.

Frith⁶ (1988) apunta diversos intereses en la música, de entre ellos, su intensidad los días actuales,

3 Frith, S. (1996). *Music and Identity*. London: SAGE.

4 Snyders, G. (1994). *A escola pode ensinar as alegrias da música?* 2ª Edição, São Paulo.

5 Farnsworth, Paul R. (1958). *La psicología social de la música*, Nueva York: Dryden Press.

6 Frith, S. (1988). *Music for Pleasure: Essays in the Sociology of Pop*. New York:Routledge

identificado por el número de personas que van a la shows, que tocan instrumentos musicales, las miles de personas que compran Cd, remeras y hasta aquellos que escuchan música en el radio o en la televisión.

El autor aún observa que para algunos la música es considerada como la mayor manifestación de la creatividad humana, para otros es la afirmación simbólica de la tradicional cultura occidental. Otros, aún, observan la música como una negación explícita a los valores tradicionales de la sociedad (para ellos la música suena como protesta, rebelión o hasta revolución). El factor en común a todas esas perspectivas es que creen en el poder y en la importancia de la música en la sociedad.

Siendo la música una forma comunicacional humana, ella está sujeta a ser interpretada de incontables formas. Su significado no viene definido a la priori, cada vez que ella es oída por una persona diferente, tal persona a significa de una forma única, en consonancia con sus vivencias personales (BLACKING⁷, 2007, p. 218).

Huron⁸ (1999) sugiere que, en el tocante a la evolución de la especie, la música ejerce un papel importante, por crear escenarios para los relacionamientos humanos. Según la teoría de Huron (1999), la música ejerce algunos efectos sobre la atracción y sobre el desarrollo subsecuente de relaciones interpersonales.

Mientras algunos autores puntúan que la música ha recibido poca atención “más comúnmente concebida y estudiada sobre las bases de los estudios psicológicos y experimentales” (SIQUEIRA⁹, 2009, p. 16). Otros ya a reconocen como importante factor para comprender el comportamiento humano, considerado-a, también, como grande constructo para captación de trazos de personalidad, actitudes y valores. Dentro de este contexto, también se tiene la aplicabilidad de la música en prácticas terapéuticas, destacándose la musicoterapia, definida por los cardiologuitas Hatem, Lira y Mattos¹⁰ (2006) como un proceso multidisciplinar - por lo tanto, no exclusivo de la Psicología - y sistemático de intervención en que lo terapeuta ayuda el paciente a promover la salud utilizando experiencias musicales y las relaciones que se desarrollan a través de ellas como fuerzas dinámicas de cambio.

La doctora en Psicología Social, Maheirie (2003), nos dice que la música es un fenómeno humano, derivado de la relación del hombre con su contexto físico, social, político y cultural, pudiendo ser vista como mediación para comprender la vida en diversos ámbitos. Resalta que siguiendo estas consideraciones, la música, como cualquier expresión artística, debe ser comprendida como una actividad humana colocada en un determinado contexto, donde se hace posible ponderar su especificidad mientras un proceso, una forma de sentir y pensar, capaz de crear emociones e inventar lenguajes.

7 Blacking, J. (2007). *Música, Cultura e Experiência*. Cadernos de Campo, 16: USP, p.218.

8 Huron, D. (1999) Lecture 2. An Instinct for Music: Is music an evolutionary adaptation? Trabalho publicado online e disponível na página <http://www.musiccog.ohio-state.edu/Music220/Bloch.lectures/2.Origins.html>
Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

9 Siqueira, A. S. (2009) *Música e vida social: sentidos do festival de inverno de Campos do Jordão para músicos da comunidade local*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

10 Hatem, T. P; LIRA P. I.C; MATTOS, S. S.(2006) *Efeito terapêutico da música em crianças em pós-operatório de cirurgia cardíaca*. Rio de Janeiro: v.82, n. 3, p.186-192. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572006000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 4 fev. 2017.



Comprendiendo el sujeto como constituido y constituyente del contexto social, Maheirie completa su teoría acerca de la música, puntuando-a como lenguaje reflexivo-afectiva, es decir, expresión del pensamiento afectivo, que posee una función simbólica y expresa, que releva o traduce toda una época, un hecho, u otro objeto cualquiera

Se configura, por lo tanto, “como una forma comunicacional, de lenguaje, pues por medio del significado que ella carga y de la relación con el contexto social en el cual está insertada, ella posibilita a los sujetos la construcción de múltiples sentidos singulares y colectivos” (MAHEIRIE¹¹, 2003, p. 148).

Partiendo de esta idea, es posible inferir que el sujeto que está “sumergido” en una música. “Significa el mundo que está su vuelta, por medio de conciencias afectivas” (MAHEIRIE, 2003, p. 148), que según la autora, que aquí se basa en la definición de Sartre, nada más es del que la forma de incautar el mundo. En este sentido la música, justamente por crear y despertar la afectividad, parece alterar la forma como el sujeto significa el mundo que lo cerca. Este punto es muy interesante para pensarse en la influencia de la música en la construcción de identidades, ya que más allá de significar el mundo, la música puede ayudar el sujeto a significar a sí aún.

A pesar de no existir muchos estudios que relacionen preferencia musical con periodos de la vida, el Rock and Roll y el Heavy Metal, por ejemplo, vienen siendo comúnmente asociados con la adolescencia, juventud y protesta, resaltando que no solamente estos, pero que diversos estilos, hay mucho, ya preocupaban la sociedad en el tocante a la influencia prejudicial que podrían tener sobre el comportamiento humano.

Según CÂNDIDO¹² (1985), el análisis de aspectos culturales relacionados a la música suscita enfoques variados. Ella puede acontecer bajo varias perspectivas, partiendo de los ejemplares de producción, transmisión y recepción de la música, y de sus respectivas relaciones entre el autor y la obra, la obra y los mediadores (cómo intérpretes, productores musicales, grabadoras y medios comunicacionales) y la obra y el público. Los cuestionamientos y observaciones referentes a los aspectos resaltados por el autor pueden contemplar, por ejemplo, las formas de contacto que cada grupo social mantiene con la música, sus usos y funciones en los diferentes contextos, las influencias ejercidas por los factores técnicos y tecnológicos, las posibles implicancias sociales e históricas de la música en tiempos y espacios diferenciados, el marketing musical y las estrategias de estímulo al consumo. Finalmente, una diversidad de situaciones que la música propicia, mientras fenómeno socio-cultural que se constituye en uno de los soportes representativos del imaginario de las sociedades.

Las interacciones de la música con los espacios sociales son cada vez mayores, y ocasionan la creación de nuevas áreas de estudios a medida que otras posibilidades de aplicación se procesan.

11 Mannheim, K. (2003) *O Problema de uma Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.2003, p.148).

12 Candido, A. (1985). *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional.



La música, como en todo y cualquiera proceso artístico o cultural, se constituye como un fenómeno social, pues mantiene relación y cuestiona los valores sociales y las significaciones de los sujetos. Así, ella deja de ser solamente un instrumento de cultura y ocio, y pasa a ser un conductor de integración social. Si la construcción de identidad es un proceso continuo, la música también lo es, pues en la medida en que las identidades de las personas se reelaboran, la música también es reelaborada, mientras que también auxilia en la reelaboración de las identidades.

En una reciente investigación bibliográfica, puede observarse que la mayoría de las investigaciones en el Brasil afronta el estudio del comportamiento de la música, se envía solamente a los adolescentes y la formación de la identidad. La autora, a su vez, quería demostrar que, independientemente de la edad, la experiencia dentro de los estilos permanece y establece un punto de unión en torno al cual los miembros de la sociedad se reúnen para dedicarse las actividades que requieren cooperación y coordinación del grupo social en los cuales están insertados y, que aunque ni toda música sea ejecutada así, hay, en toda sociedad, ocasiones marcadas por la reunión de las personas, recordándoles su unidad.

Los cuestionamientos y observaciones referentes a los aspectos de la música pueden contemplar, aquí, las formas de contacto que cada grupo social mantiene con la música, sus usos y funciones en los diferentes contextos, las influencias ejercidas por los factores técnicos y tecnológicos, las posibles implicancias sociales e históricas de la música en tiempos y espacios diferenciados, el marketing musical y las estrategias de estímulo al consumo. Finalmente, una diversidad de situaciones que la música propicia, mientras fenómeno socio-cultural que se constituye en uno de los soportes representativos del imaginario de las sociedades.

Existe cierto consenso de que la música debe promover el desarrollo integral de las personas y sobre el aprendizaje de determinados contenidos de la cultura necesarios para que ellas sean miembros del abordaje socio-cultural de referencia. En la concepción constructivista, la construcción del conocimiento se encuentra en la interacción, ocurriendo cuando acciones físicas o mentales del sujeto sobre objetos provocan el desequilibrio. En este contexto, la investigación apunta a demostrar cómo los sujetos estudiados aquí característica interactividad y gustos en común, especialmente para la música dirigida.

A medida que este contenido es asimilado y acomodado, las perturbaciones hacen surgir algo nuevo, resultando en la construcción de esquemas. Tales esquemas se hacen cada vez más afinados, haciendo con que las próximas asimilaciones sean diferentes y mejores que las anteriores (BECKER¹³, 2001).

Así, en consonancia con este abordaje y con la propuesta de estudio de la música como constructo conductual, se constató que el individuo aprende cuando consigue incautar un contenido y formular una representación personal de un objeto o realidad. Ese proceso es determinado por experiencias, intereses y conocimiento previsto, que se dirigirán al investigado por medio de cuestionarios aplicados en el método de investigación.

13 Becker, F.(2001). *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed.



La música se constituye como un fenómeno social, pues mantiene relación y cuestiona los valores sociales y las significaciones de los sujetos. Así, cuando se vivencia la música no se establece relación sólo con la materia musical en sí, pero con toda una red de significados construidos en el mundo social, en contextos colectivos más amplios y en contextos singulares.

La música, entonces, además de ser un instrumento de adquisición de cultura y de ocio, puede servir como una herramienta de integración social y, en este sentido, se presenta como forma de demarcar/reflejar diferencias psicológicas y socioculturales, lo que hace con que ella y lo gusto musical creen concepciones, conceptos, rotulaciones, grupos sociales de convivencia e incluso estigmas, mientras que, también se colocan como forma de representación de la identidad.

Entendiendo la música como un hacer que se construye por la acción del sujeto en relación con el contexto histórico-cultural, entendemos el sujeto como constituido y constituyente del contexto en el cual está insertado “Todo individuo mientras ser social se inserta, desde el momento en que nace, en un contexto cultural, apropiándose de él y modificándolo activamente, al tiempo que es por él modificado...” (ZANELLA¹⁴, 1999 p. 153).

El pensamiento sobre la identidad y comportamiento del sujeto con base en la musicalidad se hace una reflexión sobre la diversidad de las culturas y subculturas, conduciéndonos a la cuestión de la alteridad y cuestionamiento que surgen con el objetivo de preparar este sujeto a vivir en una sociedad donde esa diversidad es reconocida como legítima.

Delante de este hecho, presentamos la música, aquí representada por los géneros Rock and Roll y Heavy Metal, como objeto de representación social, re apropiada por el individuo o por el grupo, reconstruida en su sistema cognitivo, integrada en su sistema de valores, dependiente de su historia y de los grupos sociales e ideológicos que lo cercan.

La cultura vivida por las personas de la ciudad de Campina Grande que escuchan los géneros Rock and Roll y Heavy Metal va a tener influencia en el modo como ellas se enjergan ante la diversidad socio-cultural en que viven.

La música producida y consumida por los adeptos a los estilos aquí citados se sitúa en un espacio de mediación cuyos símbolos, normas y vivencias permiten reconocer las personas diferenciando las. Esto quiere decir que esa musicalidad refleja una identidad que poco tiene a ver con la producida por la interpelación de la sociedad y de sus instituciones, pero sí, por el ritual de comportamiento que requiere reconocimiento y aceptación.

A partir del registro de los comportamientos y de las referencias bibliográficas, llevando en consideración las formas diferentes de expresión que ese tipo de música proporciona, podemos comprender un poco más sobre los caminos por los cuales esa subcultura circula y actúa.

14 Zanella, A.V. (2008). *Psicologia e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Fue necesario verificar como diversos elementos externos - grupos de referencia, ambiente, público - redimensionan sus prácticas para el análisis conductual del *Rock* y del *Heavy Metal*.

Este estudio encontró algunos estereotipos de personalidad directamente relacionados a los géneros musicales investigados, así como estereotipos relacionados a la estratificación social y al estatus. Esos estereotipos influyen el comportamiento del sujeto, aunque de forma inconsciente, porque ese comportamiento está directamente relacionado a las respuestas personales a los estereotipos asociados a los *Rock and Roll* y al *Heavy Metal*.

Tomando por base la psicología cognitiva, este estudio confirma la idea de que la música está relacionada al comportamiento, que por su parte está directamente conectado a los esquemas cognitivos, que son fruto de experiencias vividas. Los estilos musicales abordados dan su contribución en la formación del comportamiento por medio de la facilitación de actividades que promueven la interacción social y el desarrollo de la identidad.

En el contexto de la Psicología Social, la música, como cualquier expresión artística, debe ser comprendida como una actividad humana colocada en un determinado contexto, donde se hace posible ponderar su especificidad mientras un proceso, una forma de sentir y pensar, capaz de crear emociones. La música aparece entonces como lenguaje reflexivo-afectiva, como una expresión del pensamiento activo, capaz de traducir mucho del comportamiento humano.

Como todo proceso de producción de conocimiento es social y colectivo -también las investigaciones científicas -, toda construcción de sentido parte de los conocimientos dados en las condiciones sociales de producción en las que se desarrolla la investigación. Estas condiciones son determinantes de, y determinados por, la producción social de sentido. Por eso, también debemos preguntarnos por el contexto social de una investigación. Para qué y para quiénes estoy investigando, son preguntas de peso para definir cómo hacerlo. Se vuelve pertinente reforzar el proceso de reconocimiento del carácter estratégico-político de la investigación, y de los investigadores respecto de la sociedad en la que viven.

En el contexto de la investigación aquí desarrollado, fue importante considerar la construcción personal y social del sí produjo en la observancia de la influencia de dos estilos musicales: El *Rock* y *Heavy Metal*, así como sus subgéneros y en las acciones que cada persona tiene con ellos, que está ligada a la experiencia vivida, pasado o presente, dando sentido a una construcción social. Por detrás de todo el concepto de entretenimiento que la música posee, aquí destaco la propia constitución de la vida cotidiana, basada por la interacción y por significados relevantes para la representación social que tiene, por base, el fundamento en este mismo cotidiano. Todo este escenario demuestra que el grupo social es base importante de la sociabilidad, asumiendo relevante papel como fuente de referencia para el análisis social de la cuestión musical del *Rock* y del *Heavy Metal* y sus influencias sobre lo comportamiento de la persona.

Tanto en el *Rock and Roll* como en el *Heavy Metal*, podemos observar un tipo de tendencia y de identificación grupal, donde la música y el jeito de vestir característico demarcan, en la mayoría de las



veces, el grupo social en el cual aquel sujeto está insertado, lo que sugiere la idea del concepto de influencia social, sistematizado en el área de Psicología Social, cómo siendo lo que ocurre cuando el comportamiento de una persona hace con que otra cambie de opinión o ejecute una acción que, de otro modo, no ejecutaría.

Así, podemos concluir que la identidad presupone la realidad social en la cual estamos insertados, o sea, cada individuo encara las relaciones sociales, configurando una identidad personal, un proyecto o historia de vida. En su conjunto, las identidades constituyen la sociedad, al tiempo que son constituidas por ella.

El objetivo principal era establecer una relación entre el Rock and Roll y el Heavy Metal, así como sus demás subgéneros, en la construcción de identidad de un individuo. Con base en los estudios desarrollados esta relación fue definida positivamente, pues las experiencias musicales proporcionadas por los dos estilos permiten una sociabilidad, y esa forma de interaccionar, contribuye en la formación de la identidad, ya que acontece también un cambio de experiencias entre los individuos. En el comportamiento humano, en relación al Rock y al Heavy Metal, el sujeto búsqueda oír aquello que no solamente lo agrada sonoramente, pero lo que permite a ellos perciban quién son y lo que buscan en la sociedad. Por eso la música es vista como una de las mayores formas de expresión de la humanidad.

La música, como en todo y cualquiera proceso artístico o cultural, se constituye como un fenómeno social, pues mantiene relación y cuestiona los valores sociales y las significaciones de los sujetos. Así, cuando se vivencia la música no se establece relación sólo con la materia musical en sí, pero con toda una red de significados construidos en el mundo social, en contextos colectivos más amplios y en contextos singulares.

Además de ser un instrumento de adquisición de cultura y de ocio, la música puede servir como una herramienta de integración social y, en este sentido, se presenta como forma de demarcar/reflejar diferencias psicológicas y socioculturales, lo que hace con que ella y lo gusto musical creen concepciones, conceptos, rotulaciones, grupos de convivencia e incluso estigmas, mientras que, también se colocan como forma de representación de identidad.

Así como el comportamiento, lo me gusta musical también es construido en las relaciones interpersonales y en la percepción de cada individuo sobre su cotidiano. La investigación nos remitió a este resultado. Los sujetos aquí analizados demostraron que con la música establecen conceptos, experimentan, se relacionan finalmente, hablan de sus identidades personales y de sus identificaciones con grupos sociales que dividen del me gusta por el mismo género musical. Y si la construcción de identidad es un proceso continuo, la música también es, pues en la medida en que las identidades de las personas se reelaboran, la música también es reelaborada, mientras que también auxilia en la reelaboración de las identidades.

La Psicología Social no puede desperdiciar esto, al tiempo que ella también tiene muy a contribuir. La investigación realizada sobre estos géneros musicales y suyas influencias en la conducta puede ser considerada innovadora, contribuyendo para una mayor difusión cultural y estudio de comportamiento.



Se espera entonces, que este estudio contribuya para instigar y movilizar investigaciones académicas futuras, pudiendo venir a ser realizada en un mayor número de personas, o incluso en otras ciudades o países, incitando nuevas investigaciones y fomentando, de esta forma, posibilidades de nuevas profundizaciones y de otras comprensiones.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, F.(2001). **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed.

BLACKING, J. (2007). **Música, Cultura e Experiência**. Cadernos de Campo, 16: USP, p.218.

CANDIDO, A. (1985). **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional.

Farnsworth, Paul R. (1958). **La psicología social de la música**, Nueva York: Dryden Press.

FRITH, S. (1988). **Music for Pleasure: Essays in the Sociology of Pop**. New York: Routledge.

FRITH, S. (1996) **Music and Identity**. London: SAGE.

HATEM, T. P; LIRA P. I.C; MATTOS, S. S.(2006) **Efeito terapêutico da música em crianças em pós-operatório de cirurgia cardíaca**. Rio de Janeiro: v.82,n. 3, p.186-192. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572006000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 4 fev. 2017.

HURON, D. (1999) **Lecture 2. An Instinct for Music: Is music an evolutionary adaptation?** Trabalho publicado online e disponível na página <http://www.musiccog.ohio-state.edu/Music220/Bloch.lectures/2.Origins.html> Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

MANNHEIN, K. (2003) **O Problema de uma Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

SIQUEIRA, A. S. (2009) **Música e vida social: sentidos do festival de inverno de Campos do Jordão para músicos da comunidade local**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

SNYDERS, G. (1994), **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 2ª Edição, São Paulo.

ZANELLA, A.V. (2008). **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.







Esta obra foi composta em papel avena 80g e fonte Adobe
Garamond Pro, em agosto de 2019, para a Editora Edições
Superiores.
Impressa pela gráfica Laser Plus.